UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

ROSANGELA MARIA NASCIMENTO

LETRAMENTO INFORMACIONAL PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS:
uma proposta de aplicativo para dispositivos móveis como auxílio didático

Rio de Janeiro
2016

ROSANGELA MARIA NASCIMENTO

LETRAMENTO INFORMACIONAL PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS:
uma proposta de aplicativo para dispositivos móveis como auxílio didático

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Orientador: : Prof. Dr. Alberto Calil Junior

Rio de Janeiro
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

N224l Nascimento, Rosangela Maria

Letramento Informacional para Repositórios Institucionais: uma proposta de aplicativo para dispositivos móveis como auxílio didático / Rosangela Maria Nascimento; orientador Alberto Calil Junior. -- Rio de Janeiro, 2016.

146 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Rio de Janeiro 2016.

1. Acesso livre. 2. Repositório institucional. 3. Letramento informacional. 4. Universidades públicas. 5. Smartphones. I. Calil Junior, Alberto, orient. II. Título.

CDD –

ROSANGELA MARIA NASCIMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Alberto Calil Junior - Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Profa. Dra. Simone da Rocha Weitzel - Membro titular interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Profa. Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque - Membro titular externo
Universidade de Brasília

_____

Profa. Dra. Lidiane dos Santos Carvalho - Membro suplente interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Profa. Dra. Bruna Silva do Nascimento - Membro suplente externo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (*in memorian*): Crizantina Maria do Nascimento pelo seu inesquecível amor e José Luiz do Nascimento que me ensinou que não existe um grande pecado, e sim, um grande perdão de Deus em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, autor da minha vida. Sem Ele não há razão para existir.

Ao terminar essa dissertação, compreendi porque todos que trilham esse caminho realizam tantos agradecimentos. Compreendi que ninguém consegue chegar até aqui com suas próprias forças, porque em torno daquilo que produzimos existem familiares, amigos, professores, colegas de turma que em momentos estratégicos são como anjos enviados por Deus para nos dar uma palavra de incentivo e despertar reflexões para chegarmos até o término dessa jornada. A esses seguem os meus agradecimentos e o meu muito obrigado!

Ao meu amado irmão Marcos Antônio do Nascimento, que me despertou o amor pela leitura, principalmente pelo livro dos livros: a Bíblia.

Ao meu amado irmão Washington Luiz do Nascimento, que me ouviu inúmeras vezes e com paciência as minhas angústias no decorrer da construção dessa dissertação, discutindo as ideias, para que eu pudesse refletir melhor sobre a temática. Com certeza, ele é uma mente brilhante!

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Alberto Calil Júnior, pelas orientações preciosas, competência, gentileza e por ter acreditado e abraçado essa pesquisa.

Ao meu chefe, Luiz Fernando Corrêa da Silva Cavalcante, pela paciência, compreensão, pelos risos para que pudesse desestressar, por acreditar em mim todo o tempo me incentivando e proporciando todas as condições para que eu pudesse chegar até o final dessa dissertação.

Aos meus professores do PPGB, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos meus colegas de turma pelo aprendizado, palavras de incentivo para mantermos o “foco, a força e a fé” e pela constante troca de ideias. Em especial, à Marcele do Nascimento Silva Tamashiro, Dempsey de Lima Bragante, Adriana Aparecida de Oliveira e Valéria Rodrigues de Oliveira Pozzatti.

A Dra. Rosane Regis Vilella Ouverney, que me ajudou a sair da caverna.

A Pra. Neide de Araújo Guedes, pelo carinho, pelos conselhos e pelo exemplo de fé.

A Dra. Igy Belks, pelo auxílio nos momentos mais difíceis.

A Dra. Helen Anholete, pelos conselhos preciosos nessa reta final.

A Jane, Noêmia, Catia e Regina, pelo incentivo constante.

A todos que de alguma forma me ajudaram a chegar à conclusão dessa dissertação. Vocês foram flores plantadas de Deus no jardim do meu coração nessa etapa da minha história.

Mas Deus prova o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores. (Apóstolo Paulo, provavelmente 53 d.C).

RESUMO

Tem como objetivo principal identificar se existem programas de letramento informacional nas bibliotecas das universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente sobre o uso de repositórios institucionais, a importância do autoarquivamento em repositórios institucionais e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla. Além disso, apresenta a questão do letramento informacional como prática educativa a ser desenvolvida pelos bibliotecários nesse processo. No aspecto metodológico, a pesquisa é de caráter exploratório e descritivo. Primeiramente, foram pesquisadas as universidades públicas federais brasileiras inseridas no sistema e-MEC do Ministério da Educação. Em um segundo momento, foram verificadas as universidades que possuíssem repositórios institucionais implantados em suas instituições que apresentassem em suas coleções digitais as tipologias documentais de caráter comprobatório de cursos referentes à comunidade discente, com vistas a ter subsídios para a discussão sobre o autoarquivamento e o papel dos bibliotecários no processo de autoarquivamento, bem como a possibilidade de servir como espaço para o exercício da função educativa do bibliotecário. Em seguida, foram pesquisados os sites das bibliotecas das universidades públicas federais, que possuíam Repositórios Institucionais para verificar se existiam cursos de capacitação sobre o Acesso Livre com vistas a identificar as ações dos bibliotecários sobre essa temática. Além disso, foi criado um protótipo de aplicativo para smartphones como proposta de sugestão para servir de auxílio didático aos bibliotecários nas atividades voltadas ao Acesso Livre e maximizar essa temática entre esse segmento. Com o objetivo de realizar a coleta de informações e a análise dos dados, fez-se a escolha de uma pesquisa de caráter quali-quantitativo. Verificou-se, no resultado dos sites das bibliotecas, que existem poucas bibliotecas que realizam cursos de capacitação sobre o Acesso Livre para a comunidade discente e que a participação da comunidade discente no autoarquivamento dos repositórios institucionais é ainda ínfima, porque apenas oito universidades apresentavam todas as tipologias da comunidade discente, especificamente dos discentes de graduação, apontando à necessidade de uma atuação mais efetiva do bibliotecário no processo de tornar informacionalmente letrada a comunidade discente no uso dos repositórios institucionais nas universidades públicas federais e sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma ampla.

Palavras-chave: Acesso livre. Repositório institucional. Letramento informacional. Universidades públicas. Smartphones.

ABSTRACT

Its main objective is to identify if there are programs of informational literacy in the libraries of federal public universities to informally literate the student community about the use of institutional repositories, the importance of self-archiving in institutional repositories and the Open Access to Scientific Information Movement more broadly. In addition, it presents the issue of information literacy as an educational practice to be developed by librarians in this process. In the methodological aspect, the research is exploratory and descriptive. First, the Brazilian federal public universities included in the e-MEC system of the Ministry of Education were surveyed. In a second moment, the universities that had institutional repositories implanted in their institutions that present in their digital collections the documental typologies of evidential character of courses referring to the student community were verified, with a view to having subsidies for the discussion about the self-archiving and the role of the librarians in the process of self-archiving, as well as the possibility of serving as a space for the exercise of the librarian's educational function. Next, the sites of the libraries of the federal public universities were searched, which had institutional repositories to verify if there were training courses on Open Access in order to identify the actions of the librarians on this subject. In addition, a smartphone application prototype was created as a suggestion proposal to serve as a didactic aid to librarians in activities related to Open Access and to maximize this theme among this segment. In order to carry out data collection and data analysis, a qualitative-quantitative research was chosen. It has been found, in the result of the library sites, that there are few libraries that conduct training courses on Open Access for the student community and that the participation of the student community in the self-archiving of the institutional repositories is still small, because only eight universities presented all The typologies of the student community, specifically undergraduate students, pointing to the need for a more effective action of the librarian in the process of informing the student community in the use of institutional repositories in federal public universities and on the Open Access to Scientific Information Movement Broadly.

Keywords: Open acess. Institutional repository. Information literacy. Public universities. Smartphones.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Letramento Informacional: movimento circular de aprendizagem..... 44

Figura 2 Aplicabilidade do letramento informacional pelo bibliotecário em Ris..... 47

Figura 3 Tríade dos atores que fazem parte do Programa de LI na universidade..... 53

Figura 4 Desenho da pesquisa……..... 68

Figura 5 Base de dados do e-MEC..... 69

Figura 6 Desenho da pesquisa das Tipologias documentais..... 71

Figura 7 Desenho da pesquisa das Políticas institucionais..... 74

Figura 8 Desenho da pesquisa dos RIs nos sites das bibliotecas..... 75

Figura 9 Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará_RI em destaque..... 77

Figura 10 Desenho da pesquisa sobre Capacitação de Usuários..... 78

Figura 11 Capacitação de usuários sobre o RI..... 79

Figura 12 Desenho da pesquisa sobre materiais disponíveis nos sites das bibliotecas..... 80

Figura 13 Tutorial de aula: Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo..... 81

Figura 14 Tutorial auto-instrucional Conhecendo o Repositório Institucional da UFC..... 82

Figura 15 Tutorial auto-instrucional da Universidade Federal do Ceará..... 82

Figura 16 Desenho da pesquisa: guia do usuário e FAQS..... 83

Figura 17 UFLA: exemplo de guia de usuário onde menciona o RI..... 84

Figura 18 UFRGS: exemplo de um FAQ de biblioteca que menciona o RI..... 84

Figura 19 Desenho da Idealização do Aplicativo..... 95

Figura 20 Aplicativo para *smartphone* do RI UNESP..... 97

Figura 21 Plataforma da Fábrica de aplicativos..... 98

Figura 22 Menu dos Tópicos do aplicativo sobre o Acesso aberto..... 99

Figura 23 Continuação do Menu dos Tópicos do aplicativo sobre o Acesso aberto..... 100

Figura 24 Continuação do Menu dos Tópicos do aplicativo sobre o Acesso aberto..... 100

Figura 25 Acesso aberto: conceito……..... 101

Figura 26 Acesso aberto: propósito……..... 102

Figura 27 Acesso aberto: histórico..... 103

Figura 28 Via dourada e Via Verde..... 105

Figura 29 Repositórios IFES……..... 106
Figura 30 Autoarquivamento..... 107
Figura 31 Diretórios e Registros..... 109
Figura 32 Políticas editoriais……..... 109
Figura 33 Repositórios: Ranking Web……..... 110
Figura 34 Softwares livres……..... 110
Figura 35 Portais……..... 111
Figura 36 Galeria de áudios……..... 112
Figura 37 Quer saber mais?..... 113
Figura 38 Mural……..... 113
Figura 39 Sobre o App Acesso aberto..... 114
Figura 40 Contato……..... 114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distinção dos termos (Letramento informacional)..... 43

Tabela 2 Padrões e indicadores da American Library Association relacionados ao ALi..... 56

Tabela 3 Quantitativo de fontes de informação com itens relevantes..... 64

Tabela 4 Descrição metodológica para alcançar os objetivos..... 65

Tabela 5 Quantitativo dos RIs das IFES que possuem políticas institucionais..... 74

Tabela 6 RIs das universidades que possuem destaque do RI na página principal da biblioteca..... 76

Tabela 7 Quantitativo dos RIs das IFES que possuem capacitação concernentes ao ALi..... 78

Tabela 8 Tutorais das aulas disponibilizados nos sites das bibliotecas referentes aos cursos de capacitação..... 80

Tabela 9 Tutorais auto-instrucionais dos RIs disponibilizados nos sites das bibliotecas..... 81

Tabela 10 Materiais disponibilizados nos sites das bibliotecas: FAQ e guia do usuário..... 83

Tabela 11 Depósito da produção acadêmica nas Políticas Institucionais..... 87

Tabela 12 Repositórios Institucionais das Universidades Públicas Federais no Brasil..... 106

Tabela 13 Lista das universidades públicas federais encontradas no sistema e-MEC do MEC por Unidade da Federação..... 140

Tabela 14 Lista das Universidades Públicas Federais que possuem RIs..... 144

Tabela 15 Quantitativo dos RIs das IFES que possuem as tipologias documentais da comunidade discente..... 146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Quantitativo dos RIs encontrados por região..... 71

Gráfico 2 Quantitativo dos RIs das IFES que possuem as tipologias documentais da comunidade discente..... 72

Gráfico 3 Comparativo entre os TCCs e Trabalhos de especialização em relação às Teses e Dissertações dos RIs das IFES..... 86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Alfabetização Informacional
ALi	Acesso Livre
AA	Acesso Aberto
ARCA	Repositório Institucional Fiocruz
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BOAI	Budapest Open Access Initiative
CI	Competência Informacional
DT	Dissertações e Teses
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
HI	Habilidades Informacionais
LI	Letramento Informacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OAI	Open Archives Initiative
OpenDOAR	Directory of Open Access Repositories
PDF	Portable Document Format
RD	Repositório Digital
RDs	Repositórios Digitais
RIs	Repositórios Institucionais
RIUNESP	Repositório da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
ROAR	Registry of Open Access Repositories
TE	Trabalho de Especialização
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espirito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal de Grandes Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 17

2 **JUSTIFICATIVA** 23

3 **OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS: UMA FERRAMENTA INOVADORA PROPORCIONADA PELO SURGIMENTO DA INTERNET** 29

3.1 OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO DE ACESSSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA 31

3.2 REPOSITÓRIOS DIGITAIS: CATEGORIAS, ABORDAGENS E SOFTWARES 34

4 **LETRAMENTO INFORMACIONAL COMO PRÁTICA BIBLIOTECÁRIA** 41

4.1 ÁRVORE DO LETRAMENTO INFORMACIONAL PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS 46

4.2 PROGRAMA DE LETRAMENTO INFORMACIONAL SOBRE O MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA 53

5 **METODOLOGIA** 63

5.1 DESCRIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA 67

5.2 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS 68

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS 85

6 **PROPOSTA DE APLICATIVO PARA O ACESSO LIVRE** 91

6.1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA ELABORAÇÃO DO APLICATIVO ACESSO ABERTO 95

6.2 PROTÓTIPO DO APLICATIVO ACESSO ABERTO 99

7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 115

REFERÊNCIAS 119

APÊNDICE A – LISTA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS ENCONTRADAS NO SISTEMA E-MEC DO MEC POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO 137

APÊNDICE B – LISTA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS QUE POSSUEM RIS 142

APÊNDICE C – QUANTITATIVO DOS RIS DAS IFES QUE POSSUEM METADADOS PARA AS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DA COMUNIDADE DISCENTE 144

ANEXO : INDICADORES DE COMPETÊNCIA INFORMACIONAL 145

1 **INTRODUÇÃO**

No processo de desenvolvimento dos repositórios institucionais (RIs) nas universidades e instituições de pesquisa, especificamente nas universidades públicas federais, onde se concentra a nossa pesquisa, a grande problemática para o desenvolvimento dos RIs de forma satisfatória se deu no seu povoamento. Vale ressaltar que povoamento é a ação de reunir as publicações científicas pertencentes aos pesquisadores, docentes e etc da instituição no repositório institucional. Nesse aspecto, o repositório institucional (RI) possui um recurso chamado autoarquivamento, que possibilita que o próprio autor realize o depósito de sua publicação científica (LEITE, 2009; SAYÃO; MARCONDES, 2009). Esse recurso tem como objetivo agilizar o processo de disponibilização da informação e troca de novos saberes, onde o próprio autor da obra disponibiliza e realiza o depósito de sua produção científica, contribuindo ao mesmo tempo para o povoamento do RI, de forma a tornar livre e gratuito o acesso às suas publicações. Além de ser um princípio do Acesso Livre para inverter a lógica do pagamento ao acesso dos artigos de periódicos produzidos pela comunidade científica e disponiblizados em periódicos científicos comerciais.

Para envolver a comunidade acadêmica, os gestores de RIs, juntamente com as instâncias superiores das universidades, começaram a estabelecer políticas mandatórias para exigir que os pesquisadores disponibilizassem seus trabalhos acadêmico-científicos, já que são as primeiras categorias de público alvo dos gestores de RIs, pelo fato de serem os produtores do conhecimento científico registrado em periódicos científicos, anais de congresso e outras formas de publicações para esse fim. A política mandatória é uma estratégia do Movimento de Acesso Livre para tornar obrigatório e maximizar o autoarquivamento pela comunidade científica de suas publicações nos repositórios institucionais de suas instituições, já que de forma espontânea a participação era ínfima.

No decorrer dessa pesquisa, podemos observar, que são poucas as universidades públicas federais que têm a comunidade acadêmica envolvida no processo de autoarquivamento de suas publicações. De acordo com Nunes (2011, p. 121), “Este quadro somente mudará quando as instituições tornarem o autoarquivamento das publicações científicas nos repositórios um hábito por parte de seus pesquisadores.”

Portanto, estimular o seu uso através do autoarquivamento é torná-la familiar para que a comunidade possa usar plenamente os seus recursos informacionais,

encontrando na mesma um espaço, não sómente de busca da informação, porém de participação e aprendizado contínuo.

Segundo Leite (2009) o autoarquivamento faz parte do planejamento do repositório institucional, pois é uma das etapas de implantação envolver a comunidade acadêmica nesse processo. Isso porque o autoarquivamento é uma função disponibilizada nos softwares na construção de RIs.

Entretanto, apesar dos esforços das universidades de envolver a comunidade acadêmica na função de autoarquivamento, o que observamos é que a comunidade acadêmica brasileira das universidades não correspondeu a essa expectativa (KURAMOTO, 2014a). Vale frisar que, apesar do conceito de autoarquivamento trazer em sua essência o ato de submeter um trabalho científico de forma autônoma por parte do pesquisador, o que se observa é que na prática são os bibliotecários que alimentam os RIs de suas instituições. De acordo com Kuramoto (2014b, p. 168), a maioria dos países adotou essa prática para que a própria comunidade acadêmica depositasse suas publicações científicas no RI, entretanto "[...] no Brasil, a maioria das universidades brasileiras que vieram a implantar os seus repositórios definiu que a biblioteca universitária executasse essa tarefa".

Por isso, para consolidar os RIs nas universidades é preciso criar novas estratégias para envolver a comunidade nesse processo. Uma dessas estratégias para transformar esse quadro pode ser estimular o autoarquivamento da produção gerada pela comunidade discente – especificamente os trabalhos de conclusão de curso da graduação (TCC). Vale salientar, que o foco central dessa estratégia são os alunos da graduação, porém apresentamos também a importância de envolver de forma plena os discentes da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Nesse contexto, o foco dessa pesquisa é identificar se existem programas de letramento informacional nas universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada à comunidade discente sobre a importância do autoarquivamento em RI, o uso de repositórios institucionais e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla.

É necessário *evangelizar*, como dizem os militantes do Acesso Livre (ALi) sobre seus benefícios (WEITZEL, 2006) uma nova geração de pesquisadores sobre a importância de participar desse processo, de forma que a mesma conheça profundamente que essa atividade tornará visível a produção acadêmica discente da instituição, possibilitará a preservação da memória científica discente, a socialização da

informação científica e a geração de novos conhecimentos. Para Leite (2009, p. 97) "[...] como há tempos não se via, bibliotecários tornam-se imprescindíveis mediadores entre a informação científica e seus leitores, atendendo as expectativas de quem a produz e de quem a utiliza". Dentro da mesma ótica, Campello coloca que

> na sociedade contemporânea, caracterizada pela abundância de informações sem precedentes, cresce a necessidade de se saber usar as informações e, portanto, o papel educativo do bibliotecário torna-se mais evidente, tendo em vista sua competência específica para lidar com informações. (CAMPELLO, 2009, p. 11)

Portanto, nesse cenário, o bibliotecário pode ser um facilitador no processo de letramento informacional do corpo discente da universidade em relação ao autoarquivamento, utilizando as técnicas do letramento informacional (LI), pois o LI é um processo de aprendizagem que consiste em desenvolver competências e habilidades para que os usuários se tornem independentes no processo de identificação, avaliação e uso da informação de forma ética e eficaz. (GASQUE, 2012).

Desenvolver essa autonomia, no que concerne ao autoarquivamento por parte dessa nova geração que está nas universidades públicas federais, é um processo que inclui um trabalho contínuo por parte dos bibliotecários das universidades públicas federais, para tornar informacionalmente letrada essa futura geração de pesquisadores sobre o ALi.

Diante das reflexões apresentadas acima, essa pesquisa apresenta o seguinte objetivo geral:

- Identificar se existem programas de letramento informacional nas bibliotecas das universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente sobre o uso de repositórios institucionais, a importância do autoarquivamento em RI e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa propõe-se:

- Realizar pesquisa bibliográfica que venha contribuir para obter um panorama sobre a discussão relativa às ações educativas dos bibliotecários das

universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla;

- Efetuar um mapeamento das universidades públicas federais existentes no site do Ministério da Educação para identificar, dentro desse universo, quais universidades públicas federais encontradas no site do Ministério da Educação possuem RI;
- Identificar nos RIs as seguintes tipologias documentais referentes à comunidade discente: TCCs, monografias de especialização, dissertações e teses (literatura cinzenta) em suas coleções digitais, por serem documentos comprobatórios de final de curso da comunidade discente da instituição, com o intuito de elaborar uma tabela de quais RIs já possuem em sua coleção essas quatro tipologias documentais;
- Detectar nas políticas institucionais de Acesso Livre disponibilizadas nos sites dos RIs quais os segmentos que participam do autoarquivamento, verificando se a comunidade discente está inserida nesse processo.
- Verificar nos sites das bibliotecas das universidades públicas federais se existem cursos, palestras e seminários sobre Acesso Livre à Informação Científica, os repositórios institucionais e a questão do autoarquivamento, para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente.
- Criar um protótipo de aplicativo para *smartphone*, objetivando contribuir para a divulgação do Movimento do Acesso Livre à Informação Científica entre os estudantes das universidades públicas federais brasileiras e como auxílio didático para os bibliotecários em suas aulas de letramento informacional sobre o Acesso Livre.

Em relação à revisão de literatura e ao referencial-teórico, levantaram-se informações sobre os seguintes conceitos:

- Letramento informacional – Conceito de letramento informacional, principais autores que escrevem sobre a temática no Brasil, surgimento do conceito de LI, programas de LI e a funcão educativa do bibliotecário, Capacitação de usuários e universidades públicas federais.
- Movimento de Acesso Livre à Informação Científica – O que é e como surgiu esse movimento, histórico, conceito de Acesso Livre, Via verde, conceito de

repositórios digitais, repositórios institucionais, coleções digitais dos RIS (especificamente, os TCC's de graduação, monografias de especialização, dissertações e teses) Políticas institucionais de RIs e Autoarquivamento.

Quanto à organização da dissertação, a pesquisa foi construída em sete seções, além da *Introdução*.

A segunda seção trata sobre a *Justificativa da pesquisa*, onde argumentamos que tornar a comunidade discente das universidades públicas federais letrada informacionalmente sobre o uso dos RIs, a questão do autoarquivamento e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla poderá favorecer a participação efetiva ao longo da carreira profissional desses aprendizes nesse Movimento, pois é um segmento que não tem sido contemplado nesse processo de autoarquivamento e inserção no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica.

A terceira seção que se intitula, *Os repositórios digitais: uma ferramenta inovadora proporcionada pelo surgimento da internet*, aborda os repositórios como estratégia do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, de forma a maximizar o compartilhamento da informação científica de forma mais rápida e significativa para a comunidade científica e para a sociedade em geral, contribuindo de maneira eficaz para o desenvolvimento da Ciência. Destaca-se, também, a função de autoarquivamento nos repositórios como seu grande diferencial em relação às outras bases de dados.

A quarta seção tem como título *Letramento informacional como prática bibliotecária*, apresentando os aspectos históricos e conceituais do letramento informacional e de que forma o bibliotecário pode beneficiar a comunidade discente de sua instituição, desenvolvendo ações que venham desenvolver competências e habilidades referentes aos repositórios institucionais e o Acesso Livre (ALi). Nesse capítulo, também, elaboramos um Programa de Letramento Informacional sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica como sugestão para os bibliotecários utilizarem em seus cursos de capacitação em suas instituições.

A quinta seção aborda os aspectos metodológicos da pesquisa, sendo a pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Apresenta-se uma breve descrição entre os objetivos e a correlação entre a metodologia utilizada para alcançar os objetivos. Descreve o

ambiente selecionado para realização da pesquisa, sinalizando as fases utilizadas no campo empírico da pesquisa. Apresentam-se, ainda, os resultados da pesquisa, que foram obtidos através da coleta de dados em sites disponíveis na Internet que envolviam o universo da pesquisa escolhido, a saber: as universidades públicas federais, os repositórios institucionais das respectivas universidades e os sites das Bibliotecas centrais e Sistema de Bibliotecas das universidades que possuíam RIs. O universo da pesquisa apresentou como resultado 62 universidades públicadas federais pesquisadas, sendo que dessas 62 universidades encontradas, apenas 36 universidades públicas federais possuíam repositórios institucionais. Dessa forma, pesquisamos se as Bibliotecas Centrais e Sistemas de Bibliotecas possuíam programas de Letramento informacional disponíveis em seus sites e materiais que discorressem sobre o Acesso Livre, Os RIs e a questão do autoarquivamento.

A sexta seção apresenta uma proposta de aplicativo para *smartphones* sobre o Acesso Livre, visto que os *smartphones* transformaram a forma como interagimos e buscamos informações. Além disso, descreve qual foi à metodologia utilizada para criar o Aplicativo Acesso Aberto para dispositivos móveis.

A sétima, e última, seção apresenta as *Considerações finais* sobre a pesquisa, refletindo sobre a necessidade de uma ação mais efetiva por parte dos bibliotecários em relação ao Acesso Livre e a proposta de um programa de Letramento informacional para ser utilizado nos cursos de capacitação de usuários nas universidades. Além de refletir sobre a importância do aplicativo sobre o Acesso livre para *smartphone* proposto como auxílio didático e como meio de divulgação dessa temática entre os discentes, sendo livre para ser aprimorado pelas universidades para maximizar e engajar a comunidade discente no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica.

2 **JUSTIFICATIVA**

Parte-se do pressuposto de que a comunidade discente das universidades públicas federais, especificamente os alunos da graduação, é um segmento que não tem sido contemplado nesse processo de autoarquivamento e inserção no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica.

Observa-se através dos Repositórios Institucionais (RIs) que são poucas as universidades que inserem os Trabalhos de Conclusão de Curso desse público. Em pesquisa realizada no período de 07 de fevereiro a 15 de fevereiro de 2015 na listagem do site do IBICT (REPOSITÓRIOS..., 2012) identificamos dos 79 Repositórios digitais (RDs) analisados, que existem apenas 32 RIs referentes às universidades públicas federais, pois no conjunto dessa listagem há repositórios de universidades privadas, repositórios temáticos e de institutos de pesquisa. Desse universo de 32 RIs identificados, apenas 8 possuem em seu acervo digital dados sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da Graduação (NASCIMENTO; CALIL JUNIOR, 2015).

Existem muitas leis de trânsito para punir os condutores de veículos para evitar acidentes, com multas altas para impedir a infração das leis. Mas, apesar dessas normas, os acidentes acontecem e muitos condutores de veículos e pedestres morrem em decorrência, não da falta das leis, mas de uma plena conscientização, que é necessária para evitar esses eventos. Entende-se nesse contexto que

> a conscientização não pode existir fora da "práxis", ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens [...] implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. (FREIRE, 1979, p. 15)

Entender conscientização na visão de Paulo Freire leva o indivíduo a buscar uma ação efetiva na sociedade de forma a transformá-la. O entendimento não fica apenas no mundo das palavras, mas também se reflete em sua prática.

As políticas mandatórias são adotadas em diferentes instituições no mundo todo, porém é importante "[…] promover atividades de conscientização e incentivo acerca do movimento de acesso livre para que, no momento em que a política de depósito for estabelecida, a mesma possa ser bem recebida pela comunidade acadêmica […]" (NUNES, 2012, p.15). Da mesma forma, além da conscientização da comunidade discente, é necessário incluir e realizar o letramento informacional desse segmento sob os parâmetros do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, trilhando a via

verde[1] que são os repositórios institucionais. Vale frisar que segundo Rodrigues (2004b, p. 25) "[...] Acesso Livre significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter académico [sic] ou científico, permitindo a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses documentos". Portanto, o que é hoje uma obrigação através de políticas mandatórias pode gerar um movimento consciente de participação social nas universidades públicas federais.

Nessa perspectiva, o foco dessa pesquisa é identificar se existem programas de letramento informacional nas universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada à comunidade discente sobre a importância do autoarquivamento em RI, o uso de repositórios institucionais e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla, identificando quais são as ações que os bibliotecários das bibliotecas universitárias das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que possuem seus repositórios institucionais realizam para integrar a comunidade discente no processo de autoarquivamento de sua produção acadêmica, principalmente os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) dos alunos da graduação, dado o fato desses documentos serem documentos comprobatórios de final de curso desse segmento.

Marconi e Lakatos (2011, p. 155) apontam que "A monografia é o primeiro passo da atividade científica do pesquisador". Assim sendo, observamos a importância de ter um novo olhar sobre os TCCs, visto que na realidade brasileira a inclusão científica acontece quase em sua totalidade quando o aluno chega à universidade.

A obrigatoriedade quanto à elaboração de uma monografia ao término do curso, também aparece no caso dos cursos de especialização latu-sensu, conforme a Resolução n.1, de 08 de junho de 2017 do Ministério da Educação (BRASIl, 2007)

Em relação às teses e dissertações, Campello (2000, p. 125) no final do século XX aborda que embora as universidades e faculdades, órgãos de fomentos de pesquisas, ministérios de educação e de ciência e tecnologia se empenhassem em divulgar essas publicações, a sua visibilidade ainda era restrita.

Nos artigos 2 e 4, Anexo I, da Portaria nº 1.224 de 18 de dezembro de 2013, temos o seguinte sobre os procedimentos a respeito da manutenção e guarda do Acervo

[1] "[...] via verde (ou *green open access*) [...] prevê o armazenamento de cópia das publicações científicas em texto completo em repositórios digitais (institucionais ou temáticos) para a sua disponibilização livre por meio da Internet." (COSTA, 2014, p. 16).

Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino:

> Art. 2º A IES deve manter permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o Acervo Acadêmico sob sua guarda.
> [...]
> Art. 4 º A manutenção e guarda de Acervo Acadêmico não condizente com os prazos de guarda, destinações finais e observações conforme definidas no art. 1º desta Portaria poderá ser caracterizada como irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal.
> [...]
> Anexo I
> [...]
> 125.32 Trabalho de conclusão de curso. Trabalho final de Curso
> Incluem-se monografias, artigos científicos e relatórios, entre outros trabalhos elaborados na finalização dos cursos.

Ainda, no art. 43, inciso IV da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), de 20 de dezembro de 1996, "A educação superior tem por finalidade: [...] promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação."

Diante das normas explicitadas acima podemos destacar que o RI dentro desse contexto é uma ferramenta (NUNES et al, 2012) importante de preservação e divulgação das publicações acadêmicas, incluindo as publicações da comunidade discente, visto que é conhecimento científico produzido na academia e de responsabilidade da mesma a sua manutenção e guarda. Por isso, a necessidade de investir de forma criteriosa nesse segmento para disponibilizar o acesso ao seu produto final de pesquisa, visto que são documentos comprobatórios de final de curso.

É necessário refletir diante dessa nova ferramenta tecnológica a função educativa do bibliotecário, visto que ele pode ser um mediador no processo de aprendizagem do autoarquivamento e do Movimento de Acesso Livre em suas instituições, utilizando as técnicas de LI. Kenski (2010, p. 43-44) aponta que a tecnologia é essencial no processo educacional, sendo indissociáveis. Aborda que

> [...] podemos também ver a relação entre educação e tecnologias de outro ângulo, o da socialização da inovação. Para ser assumida e utilizada pelas demais pessoas, além do seu criador, a nova descoberta precisa ser ensinada. A forma de utilização de alguma inovação, seja um tipo novo de processo, produto, serviço, comportamento, precisa ser informada e aprendida. Todos nós sabemos que a simples divulgação de um produto novo pelos meios publicitários não mostra como o usuário deve fazer para utilizar plenamente seus recursos. […] Uma vez assimilada a informação sobre a inovação, nem a consideramos mais como tecnologia. Ela se incorpora ao nosso universo de

> conhecimento e habilidades e fazemos uso dela na medida de nossas possibilidades e necessidades. McLuhan, o grande teórico da comunicação, já dizia, nos anos 1970, que as tecnologias tornam-se invisíveis à medida que se tornam mais familiares.

Por isso, é necessário que os bibliotecários possam aplicar junto aos seus usuários as técnicas de LI, trabalhando a temática sobre a importância do RI para sua instituição, construindo um processo de torná-lo familiar nesse ambiente, visto que muitas ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelas bibliotecas, especificamente os repositórios, são desconhecidas no meio acadêmico e da sociedade em geral.

Podemos ainda refletir que nesse processo, onde a educação e tecnologia são indissociáveis, a questão não é apenas tecnológica, porém um dos objetivos dentro desse contexto é estimular esse segmento a transformar a informação[2] em conhecimento[3], levando a comunidade discente a identificar nas informações científicas disponibilizadas no RI uma fonte rica para construção de seus trabalhos e ser co-participante no povoamento do RI de sua instituição.

Vale ressaltar, que o RI ainda é uma ferramenta pouco conhecida no universo da comunidade acadêmica brasileira, pois o incentivo para construção dos mesmos começou de forma efetiva em universidades públicas federais no Brasil no final da década passada, através do apoio do Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia. (REPOSITÓRIOS..., 2012; KURAMOTO, 2014c). Não é porque os RIs estão disponibilizados na rede que são usados e conhecidos. A quantidade de informações existentes na internet se confunde entre as informações que são realmente fidedignas.

Castells (2003, p. 212) destaca que é necessário ter um nova postura educacional para trabalhar tanto com a Internet como para utilizá-la como meio de aprendizagem na sociedade contemporânea alicerçada nela, pois é crucial "[...] mudar do aprendizado para o aprendizado-de-aprender, uma vez que a maior parte da informação está online e o que é realmente necessário é a habilidade para decidir o que procurar[...]" obter, processar e como usar essa informação no contexto que ocasionou a sua busca. Levar a comunidade discente a identificar e ter uma visão crítica das informações veiculadas no RI de sua instituição e na *web* dentro desse universo é fundamental para torná-lo letrado informacionalmente.

---

[2]"1. BIB 1.1. Registro de um conhecimento que pode ser necessário a uma decisão. A expressão registro inclui não só os documentos tipográficos, mas também os reprográficos, e quaisquer outros suscetíveis de serem armazenados visando sua utilização. 1.2. Informação na sua definição mais ampla, é uma prova que sustenta ou apoia um fato. 1.3. Registro de um conhecimento para utilização posterior [...]" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 201)

[3] "[...] 6. ADM, ARQ, BIB conteúdo informacional contido nos documentos, nas várias fontes de informação e na bagagem pessoal de cada indivíduo." (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 101-102)

Por isso, no que concerne ao autoarquivamento e o Acesso Livre, o bibliotecário pode ser um mediador no processo de ensino-aprendizagem do corpo discente da universidade, aplicando as técnicas do letramento informacional. Gasque coloca que

> [...] o letramento constitui-se no processo de aprendizagem necessário ao desenvolvimento de competências e habilidades especificas para buscar e usar a informação.[...] No contexto contemporâneo, o indivíduo precisa ser "informacionalmente" letrado para atuar como cidadão crítico e reflexivo, dotado de autonomia e responsabilidade e, desse modo, colaborar na superação dos graves problemas de toda ordem que atingem hoje a humanidade. Diante disso, impõe-se discutir sistemicamente as ações políticas, culturais, educacionais, socioambientais e econômicas dos vários segmentos da sociedade capazes de efetivamente contribuir para a consolidação desse processo, de forma concreta e sistematizada, em todos os níveis de ensino. Isso porque o letramento informacional possibilita, mais do que a aquisição de conteúdos e competências, a sabedoria do aprender a aprender, contribuindo para a sustentabilidade da vida e a solidariedade humana na sociedade contemporânea. (GASQUE, 2010, p. 90)

O bibliotecário é um profissional que pode contribuir nesse processo, pois possui toda uma formação de conhecimento reflexivo e prático sobre a organização, busca e acesso à informação. Nesse sentido, a questão do letramento informacional pode se apresentar como uma função diferenciada a ser exercida, podendo ser um processo que todo bibliotecário deveria ter domínio, pois, dentre outros pontos, vem contribuir para o exercício da função educativa do bibliotecário concernente ao autoarquivamento em RIs e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla. Essa questão pode ser fundamentada no fato de que

> [...] no Brasil, a maioria das universidades brasileiras que vieram a implantar os seus repositórios definiu que a biblioteca universitária executasse essa tarefa. Assim sendo, no Brasil, quem faz o depósito não são efetivamente os pesquisadores ou os autores dos trabalhos publicados nas revistas científicas, mas os funcionários das bibliotecas universitárias. Esse procedimento adotado pelas bibliotecas brasileiras introduziu um complicador em um procedimento que em outros países é muito simples e onde, usualmente, é realizado por pesquisadores ou suas equipes. Conforme é preconizado na declaração BOAI [Budapest Open Access Initiative], esse procedimento deveria ser realizado pelos pesquisadores, tanto que essa declaração inicia a descrição dessa estratégia pela palavra self-archiving — que em português significa autoarquivamento — para em seguida indicar que os pesquisadores necessitam de ferramentas e assistência. (KURAMOTO, 2014b, p. 168)

Nesse cenário, é fundamental que esse profissional busque aplicar o conceito de LI juntamente à comunidade discente das universidades federais, de forma a desenvolver nesse segmento competências e habilidades referentes ao Acesso Livre e a questão do autoarquivamento. Lorenzoni (2015) no portal do MEC aponta que existem mais de um milhão de estudantes da graduação nas universidades públicas federais,

portanto é necessário preparar esses discentes, para que os mesmos adquiram competências e habilidades para se tornarem profissionais engajados nesse movimento no futuro.

De acordo com Gasque (2012, p. 19) é preciso ressaltar que os estudantes de graduação que ingressam nas universidades têm dificuldades de perceber a diferença entre informação científica e informação de atualidades, não reconhecem as bases de dados específicas de sua área de atuação e desconhecem os recursos disponibilizados pela biblioteca. O mesmo acontece com os estudantes de pós-graduação, mesmo que em escala menor, pois em geral não dominam completamente os requisitos necessários de busca e utilização da informação.

Diante do exposto acima podemos afirmar que o bibliotecário com esse tipo de prática profissional, como por exemplo, promovendo cursos de capacitação sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, os repositórios institucionais e a questão do autoarquivamento, é peça fundamental no ambiente acadêmico para esse fim.

Nesse contexto, tornar a comunidade letrada informacionalmente poderá favorecer a participação efetiva ao longo da carreira profissional desses aprendizes nesse Movimento, de forma a promover a consolidação dos RIs no Brasil.

3 **OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS: UMA FERRAMENTA INOVADORA PROPORCIONADA PELO SURGIMENTO DA INTERNET**

Atualmente, não há como contestar que as tecnologias de informação e comunicação transformaram o mundo de forma significativa. Primo (2008) destaca que para muitos estudiosos a Internet foi a maior invenção depois da imprensa, tendo em vista a sua estrutura hipermediática através da Web, sendo um dos grandes marcos da humanidade do século XX. Nessa mesma ótica, Castells (2003) afirma que a Internet transformou os paradigmas da forma como nos comunicamos e temos acesso à informação ao quebrar as barreiras geográficas e temporais, nos tornando uma grande *aldeia global*.

Esse conceito de aldeia global foi introduzido pelo filósofo e educador canadense Herbert Marshall McLuhan na década de 1960, que traz em si a ideia de que os indivíduos possam se intercomunicar, independente do tempo e local. Quando esse conceito foi criado por McLuhan ele teve como base para defini-lo a televisão, que é um meio de comunicação de massa integrado via satélite, para conceituar o modelo de aldeia global (LIMA, 2009; ALDEIA…, 2015). Portanto, a internet veio maximizar esse conceito com suas múltiplas variedades de interconectividade. Da mesma forma que a eletricidade foi crucial na Era Industrial para distribuição de energia, a internet se tornou a força motriz da sociedade atual que "[…] distribui a força da informação por todo o domínio da atividade humana", dando surgimento a um novo paradigma de viver e estabelecer relações em sociedade." (CASTELLS, 2003, p. 7)

Castells destaca, ainda, que

> A história da criação e do desenvolvimento da Internet é a história de uma aventura humana extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inauguração de um mundo novo. Reforça também a ideia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade. (CASTELLS, 2003, p. 13)

É preciso ressaltar, que a internet possibilitou um espaço de diálogo entre os diversos atores da sociedade, incluindo dentro desse universo a comunidade científica,

que foi imensamente favorecida pelas novas formas de veicular os resultados das pesquisas científicas, favorecendo a criação de novas ferramentas para esse fim. (MARRA, 2014)

Nesse cenário, os Repositórios digitais (RDs)[4] tornaram-se uma ferramenta (2012, NUNES et al.) inovadora para gestão, acesso e disseminação da informação em universidades e institutos de pesquisa, devolvendo à sociedade de forma livre a informação científica produzida com recursos públicos, proporcionando também o compartilhamento da informação de forma mais rápida e significativa para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

Por isso, a informação científica não pode ficar limitada aos meios comerciais de distribuição científica, visto que essa ferramenta tecnológica é um dos produtos desse novo mundo conectado em rede. Leite (2010, p. 24) ainda destaca que os repositórios institucionais oferecem como benefício para os pesquisadores "[...] um único ponto de referência para os seus trabalhos, acessíveis 24 horas por meio de qualquer dispositivo webdo trabalho, de casa ou enquanto estiver em uma conferência fora do país." Nesse aspecto podemos considerar que é um benefício para toda comunidade científica e para sociedade.

[4] "Consideram-se os repositórios digitais ferramentas para a promoção da comunicação científica, uma vez que possibilitam disponibilizar produtos de pesquisas científicas de maneira gratuita e não-burocrática, facilitando assim o acesso a informações de caráter acadêmico e consequentemente a obtenção de conhecimento e o incentivo à pesquisa."(RIBEIRO; VIDOTTI, 2009, p. 105)

3.1. OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO DE ACESSSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Os repositórios digitais surgiram a partir do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Segundo Rodrigues (2004b, p. 29) o ano de 1998 teve destaque especial, pois marca a consolidação do atual Movimento Acesso Livre, devido a alguns acontecimentos como a "[…] criação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition (SPARC)*[5] pela *Association of Research Libraries (ARL)*, o lançamento do Fórum da *American Scientist*[6]e o início de uma vaga de 'Declarações de Independência[7]' […]". Outro fator importante foi o encontro realizado em Budapeste nos dias 1 e 2 de dezembro de 2001, onde personalidades interessadas no sistema de comunicação da ciência encontraram-se para discutir as estratégias para tornar realidade o Acesso Livre e sem restrições à literatura científica publicada em periódicos científicos (RODRIGUES, 2004a). Esse encontro foi promovido pelo *Open Society Institute*[8], com o objetivo de obter subsídios para financiar esse movimento, resultando num dos documentos mais importantes para ampliar e maximizar o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica: a declaração de *Budapest Open Acess Initiative* (BOAI)[9].

Como resultado desse encontro, esse documento apontou que foi a primeira

[5]Visa trabalhar para a democratização do acesso ao conhecimento, agilizar o processo de descobertas científicas e aumentar o retorno sobre o investimento em pesquisa e educação.

[6] "Também designado *September98-Forum* é o mais antigo fórum de discussão sobre Acesso Livre, moderado por um dos principais impulsionadores do movimento, Stevan Harnad. Está acessível em </http://www.cogsci.soton.ac.uk/~harnad/Hypermail/Amsci/subject.Html/>" (HARNARD, 2004, p. 35)

[7]"Declaração de Independência, um termo usado pela SPARC, significa a demissão dos editores (científicos) de uma revista, em protesto contra a sua política comercial, e o lançamento de uma revista semelhante junto de um editor mais amigável. Em 1998 a maior parte da comissão editorial do *Journal of Academic Librarianship* demitiu-se e lançou *Portal: Libraries and the Academy* e toda a comissão editorial do *Evolutionary Ecology*, liderada por Michael Rosenzweig, demitiu-se e criou *Evolutionary Ecology Research*." (HARNARD, 2004, p. 35)

[8] Organização internacional fundada pelo investidor e filantropo George Soros. Atualmente conhecida como Open Society Foundations.

[9] A declaração foi finalizada em 14 de fevereiro de 2002.

[10] O termo *Open Acess* é traduzido em língua portuguesa por Acesso Aberto ou Acesso Livre, entretanto para efeito dessa dissertação escolhemos utilizar o termo acesso livre , pois "A adoção do termo Acesso Livre tem uma justificativa conceitual importante, pois o seu objetivo original, quando surgiu, era que todos os pesquisadores, de uma forma geral, tivessem acesso livremente, sem custos e sem a maioria das restrições provenientes dos direitos de autoria e de licenciamentos […]. Existem razões para essa preferência. Em primeiro lugar, nem tudo que é considerado Aberto é livre. Um exemplo clássico dessa distinção foi dado por Hélène Bosc – co-autora de um dos artigos publicados nesta edição da LIINC em Revista, e participante da reunião que definiu as estratégias do OA em Budapest – para justificar a tradução do referido termo para o francês "Accès Libre" ou "Libre Accès": o acesso a um supermercado é aberto e, no entanto, nada que está nas suas prateleiras é livre, cada produto tem seu preço. E, evidentemente, o conceito trabalhado pelos líderes do OA defendia que o acesso à produção cientifica fosse livre de custos, conforme definição defendida por Peter Suber." (PINHEIRO; KURAMOTO, 2012, p. 307-308)

declaração a usar uma definição pública sobre o termo *Open Acess*[10] e a primeira a ser acompanhada por financiamentos substanciais para a ampliação do Acesso Livre formulando ações para sua universalização. Além disso, foi a primeira a criar duas estratégias complementares para promover e consolidar esse movimento[11]. (BUDAPEST..., 2002; RODRIGUES, 2004b, p. 29)

A meta principal dessas estratégias era potencializar o Acesso Livre e irrestrito à literatura avaliada por pares em periódicos científicos. Na declaração original da BOAI (BUDAPEST..., 2002)[12], a primeira estratégia descrita para alcançar essa meta diz respeito ao autoarquivamento dos artigos publicados em periódicos científicos em repositórios de Acesso Livre pelos próprios pesquisadores e a segunda estratégia era possibilitar a construção de uma nova geração de periódicos comprometida com o ALi. (BUDAPEST..., 2002)

Essas estratégias vieram alterar de forma significativa os rumos de comunicação da ciência até então aceitos e praticados pela comunidade científica. Isso porque sempre houve uma antiga tradição entre os pesquisadores de publicarem em periódicos científicos os resultados de suas pesquisas, sem receber nenhuma remuneração, em benefício da "transparência e democratização do conhecimento." (BUDAPEST..., 2002). Essa tradição e uma nova tecnologia, que é a Internet, concorreram para tornar realidade o surgimento "[…] de um bem público sem precendentes." (BUDAPEST..., 2002). O benefício público e o avanço histórico que as duas proporcionaram foi a distribuição digital através da Internet da literatura científica avaliada pelos pares, […] por toda a extensão do globo, com acesso totalmente irrestrito e gratuito por parte de qualquer cientista, acadêmico, professor, estudante ou outro interessado". (BUDAPEST..., 2002; RODRIGUES, 2004a, p. 29-30)

O grande expoente do Movimento do Acesso Livre à Informação Científica foi o pesquisador húngaro Stevan Harnad. Para melhor facilitar o entendimento das

---

[11]"Removing access barriers to this literature will accelerate research, enrich education, share the learning of the rich with the poor and the poor with the rich, make this literature as useful as it can be, and lay the foundation for uniting humanity in a common intellectual conversation and quest for knowledge. For various reasons, this kind of free and unrestricted online availability, which we will call open access [...]"

[12] "To achieve open access to scholarly journal literature, we recommend two complementary strategies. **I.** Self-Archiving: First, scholars need the tools and assistance to deposit their refereed journal articles in open electronic archives, a practice commonly called, self-archiving**.** When these archives conform to standards created by the Open Archives Initiative, then search engines and other tools can treat the separate archives as one. Users then need not know which archives exist or where they are located in order to find and make use of their contents. **II.** Open-access Journals: Second, scholars need the means to launch a new generation of journals committed to open access, and to help existing journals that elect to make the transiten to open access. Because journal articles should be disseminated as widely as possible, these new journals will no longer invoke copyright to restrict access to and use of the material they publish."

estratégias propostas nesse encontro, Harnad aprofundou melhor tais estratégias, sendo elas a via verde e a via dourada, mencionadas nos dez anos do histórico da *Budapest Open Acess Initiative*[13]. (BUDAPEST..., 2012; KURAMOTO, 2009, p. 8.). Vale salientar, que esse movimento teve início por causa do alto custo das assinaturas dos periódicos científicos comercializados pelas editoras científicas comerciais e seu consequente monopólio. A via dourada é entendida como a disponibilização dos artigos científicos sem restrição na w*eb*, ou seja, não é necessário pagar uma assinatura para ter acesso ao conteúdo, realizar *download* ou utilizá-lo para fins de pesquisa. A outra via projetada por Harnard foi a via verde, que consiste na "[…] criação de RIs para a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa." (KURAMOTO, 2009, p. 8.)

Em entrevista ao periódico Encontros Bibli, Harnad coloca que em primeiro lugar esse movimento somente foi possível com o surgimento do meio digital, incluindo respectivamente a *internet*, a *web* e, logo depois, "[…] o modelo de interoperabilidade estabelecido pela *Open Archives Initiative* (OAI)." (HARNAD, 2007, p.x) Dessa forma, a Iniciativa de Arquivos Abertos criou um protocolo, tornando os conteúdos digitais incluídos nesse modelo pesquisáveis e com a possibilidade de serem coletados e tratados por outros sistemas de informação que possuam o mesmo modelo, "[…] como se todos os conteúdos de todos os arquivos estivessem em um arquivo global". (HARNAD, 2007, p. x).

[13] "Ten years of experience lead us to reaffirm that green and gold OA 'are not only direct and effective means to this end, they are within the reach of scholars themselves, immediately, and need not wait on changes brought about by markets or legislation."

3.2. REPOSITÓRIOS DIGITAIS: CATEGORIAS, ABORDAGENS E SOFTWARES

Os RDs se dividem em duas categorias principais: temáticos ou disciplinares e institucionais. Recentemente, no panorama internacional está se consolidando um terceiro tipo de repositório, a saber, o de dados científicos. (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2015). Os repositórios temáticos ou disciplinares, institucionais e de dados científicos são conceituados respectivamente da seguinte forma:

1. Os repositórios temáticos ou disciplinares armazenam e disponibilizam informações referentes à disciplinas ou assuntos específicos. Nesse contexto, o *arXiv* e o *PubMed Central* são considerados os mais conhecidos no mundo;
2. Os repositórios institucionais têm por objetivo preservar e disseminar a produção científica das universidades, laboratórios ou institutos de pesquisa;
3. Quanto aos repositórios de dados científicos, estão sendo "[...] criados por diferentes tipos de organizações para recolher, preservar e facilitar a partilha de conjuntos de dados científicos resultantes de atividades de investigação" (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2015).

Em 2009, Leite, um dos autores mais citados quando se trata de repositórios de Acesso Livre, no início da discussão a respeito dos repositórios digitais no Brasil, em seu livro *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto*, apresenta outra configuração referente aos repositórios digitais, pois além de apresentar as categorias de repositórios temáticos ou disciplinares e repositórios institucionais apresentou, naquele período, a categoria de repositório de teses e dissertações, que se ocupa especificamente com a inclusão destes documentos. Vale acentuar que Leite não inclui a categoria de repositórios de dados científicos (LEITE, 2009, p. 20). Entretanto, em 2012, em publicação com representatividade do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Leite, em co-autoria com Amaro, Batista e Costa, na cartilha, que se intitula *Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*, apresenta duas categorias: temáticos e repositórios institucionais (LEITE et al., 2012, p. 7). É necessário ressaltar que, através dessa cartilha, o IBICT procurava dirimir dúvidas

a respeito dos repositórios digitais, especificamente os repositórios institucionais para consolidação da terminologia no Brasil.

Especificamente em relação aos repositórios institucionais, há duas abordagens principais apresentadas por Leite (2009, p. 28-29, 32), a abordagem rígida e a abordagem flexível:

- A abordagem rígida estabelece como prioridade unicamente a literatura científica avaliada pelos pares, com o intuito de estimular a comunicação científica formal e maximizar o impacto dos resultados de pesquisa, fundamentalmente os artigos de periódicos científicos, sendo a principal justificativa do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Observa, ainda que se deve considerar na abordagem rígida outras publicações avaliadas por pares, como trabalhos apresentados em congressos, teses, dissertações, livros e capítulos de livros (LEITE, 2009, p. 28-29, 32).
- Quanto à abordagem flexível, além de considerar a literatura científica avaliada por pares, inclui outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos pelos membros da instituição, como por exemplo relatórios de pesquisa, objetos de aprendizagem, imagens e vídeos, entre outros. (LEITE, 2009, p. 28-29, 32)

No aspecto tecnológico, existem várias opções de softwares livres para construir um repositório digital (RD), dentre eles: *DSpace, Eprints, Fedora, Greenstone* e outros. Porém, em pesquisa realizada no *Directory of Open Access Repositories* (OpenDOAR)[14] o software mais utilizado pelas universidades e instituições de pesquisa no mundo é o *DSpace* (1.307 instituições). Outro diretório que apresenta dados sobre softwares utilizados para construção de RDs é o *Registry of Open Access Repositories* (ROAR)[15] e o *DSpace* (1.619 instituições) é sinalizado como o mais utilizado. Os dados divergem apenas no aspecto quantitativo, pois nem todas as instituições de pesquisa estão relacionadas nos dois diretórios, pois são as próprias instituições que incluem os dados sobre seus repositórios nesses diretórios espontaneamente, sendo de sua responsabilidade registrar e dar visibilidade a seus RIs através desses mecanismos. Vale destacar que esses diretórios são fontes livres sobre repositórios administrados, respectivamente, pelas universidades inglesas de Southampton e Nottingham. (MURAKAMI; FAUSTO, 2013, p. 187)

[14] Dados obtidos no Diretório de repositórios OpenDOAR em 13 jan. 2016.
[15] Dados obtidos no Diretório de repositórios ROAR em 13 jan. 2016.

No Brasil o resultado não é diferente, pois além dos diretórios ROAR e OpenDOAR, a lista dos RDs relacionados no site do IBICT confirmam que o *DSpace* é o mais utilizado no país. Podemos afirmar que isso se deve ao seu processo histórico, pois o IBICT participou da primeira apresentação do software *DSpace*, em 2002, pela biblioteca do *Massachusetts Institute of Technology*. (IBICT, 2015). Ao participar dessa apresentação, obteve informações de sua utilização em outros países e principalmente pela Universidade do Minho, em Portugal, que teria implantado o seu *RepositoriUM*[16]. Como já liderava as ações referentes ao Acesso Livre no Brasil, em 2004, o IBICT customizou esse software para distribuí-lo em nível nacional, criando a primeira versão brasileira do software *DSpace*. (REPOSITÓRIOS..., 2012)

Em 2009, o IBICT lançou um edital contemplando 29 instituições, além das 5 que participariam do projeto piloto para fomentar a criação de RDs no contexto brasileiro, utilizando o *software DSpace*. Através desse projeto foram distribuídos kits tecnológicos, treinamento para a equipe de recursos humanos de cada instituição e suporte informacional tecnológico para auxiliar as instituições contempladas e acompanhar o progresso do desenvolvimento dos sistemas. (REPOSITÓRIOS…, 2012; KURAMOTO, 2014d; MARRA, 2014, p. 334)

O primeiro RD reconhecido internacionalmente como um repositório institucional de Acesso Livre foi o *ArXiv*, criado por Paul Ginsparg, em 1991, pertencente ao *Los Alamos National Laboratory University of Santa Fe*, com o objetivo de disponibilizar os pre-prints entre os pares da área de Física. Foi um projeto bem sucedido, visto que a troca depre-printsentre os físicos já era comum antes da existência dos RDs (HENNING, 2013; UNIVERSIDADE DO MINHO, 2015).

Quando essa ferramenta começou a se espalhar pelo mundo, o autoarquivamento no *ArXiv*, que era algo natural entre os físicos, não se deu da mesma forma em outras iniciativas. Em 2007, Harnad já destacava que a taxa de autoarquivamento de forma espontânea era muito baixa, mesmo nas ciências, onde a incidência do autoarquivamento pelos pesquisadores era alta, apontando a urgência da adoção em escala mundial "[…] pelas universidades, instituições de pesquisa e agências de fomento, de mandatos oficiais de auto-arquivamento" (HARNAD, 2007, xiii). Em 2012, no site do *Budapest Open Acess Initiative*, como parte da estratégia do Acesso Livre, orienta que as instituições de ensino superior tenham uma política que assegure o

[16] RepositoriUM é o nome de batismo do RI da Universidade do Minho (Portugal).

depósito de suas publicações por parte do corpo acadêmico.

Henning destaca que para

> [...] entender com clareza a importância dos mandatórios é fundamental para definição de políticas de informação voltadas para o Acesso Livre. Existem dois tipos de política institucional. Elas podem ser voluntárias ou mandatórias. As políticas voluntárias solicitam ou encorajam os pesquisadores a fazerem o autoarquivamento enquanto a política mandatória exige que os pesquisadores façam o depósito das suas publicações em repositórios institucionais (HENNING, 2013, p. 126).

Muitos debates têm se realizado em torno dessa problemática, ou seja, dessas políticas serem voluntárias ou mandatórias e os gestores de RIs têm procurado soluções para envolver a comunidade acadêmico-cientifica no processo de autoarquivamento. Porém, a consolidação desse processo somente está acontecendo paulatinamente através das políticas mandatórias. Segundo Henning (2013), independente das políticas serem mandatórias ou não são essenciais para o sucesso de um repositório, pois as políticas têm como objetivos mais relevantes engajar a comunidade científica no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica e criar diretrizes para gestão dos repositórios digitais.

Kuramoto ressalta que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) pode ser apontada como a primeira instituição a implantar de forma pioneira uma Política de Acesso Aberto no Brasil, seguindo as diretrizes do *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). Isso porque a comunidade científica da Fiocruz é estimulada a autodepositar suas produções científicas, pois destaca que a declaração BOAI (BUDAPEST..., 2002) é bem clara em relação ao autodepósito ao discriminar em seus princípios, que essa atividade "[…] é, antes de tudo, uma tarefa do pesquisador." (KURAMOTO, 2014c). Ainda, a Universidade do Minho (2016), referencial no que se refere a repositórios institucionais, destaca que

> auto-arquivar num repositório institucional ou num repositório temático é preferível à disponibilização em websites pessoais ou departamentais. Os trabalhos são mais susceptíveis de serem armazenados e geridos de forma mais eficaz, bem como ser mais visíveis e facilmente pesquisáveis e recuperados, através de padrões de interoperabilidade e/ou com metadados descritivos de maior qualidade.

O diferencial na Política institucional de Acesso Aberto da Fiocruz se refere justamente ao autoarquivamento, pois em outras instituições que possuem suas políticas de acesso aberto o depósito dos documentos é feito pelas bibliotecas e seus técnicos. No caso da Fiocruz, o setor de informação ficará apenas responsável pelo acompanhamento do depósito, sendo o autodepósito uma tarefa do pesquisador. A Fiocruz, nesse processo de construção de sua política de Acesso Aberto, parece ter escolhido um caminho intermediário, onde une a política mandatória que obriga o pesquisador a autoarquivar o documento e a conscientização da comunidade científica sobre a importância dessa atividade ao criar em sua Política de Acesso Aberto os Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAACs), que são a "[...] instância responsável no âmbito de cada unidade pela coordenação, gestão, operação, participação, promoção e acompanhamento da adesão ao Repositório institucional Arca[17]." (FIOCRUZ, 2014). Além disso, ratifica em suas ações e desafios para o RI promover e sensibilizar a comunidade científica referente ao Acesso Livre, criando estratégias de divulgação e mecanismos para estimular e promover o ALi na instituição.

Por isso, apesar da existência das políticas institucionais de acesso livre é necessário, em meio a esses mecanismos, procurar a conscientização da comunidade acadêmica e sua participação no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Isso porque autoarquivar um documento é mais do que armazenar um documento no RI. Na realidade, é um processo de contínua construção da memória de uma dada instituição e a contribuição para a construção do conhecimento coletivo da humanidade, pois, de acordo com Alfano (2014), ferramentas de informação e comunicação têm um valor agregado em sua existência: a construção do conhecimento coletivo. O RI como ferramenta para armazenar, disseminar os conteúdos informacionais e salvaguardar a memória científica da instituição faz parte desse universo.

Segundo Kuramoto (2009, p. 9) o desenvolvimento de um RI não está limitado apenas ao aparato tecnológico, "[…] mas principalmente [a] desenvolver mecanismos que estimulem a comunidade institucional a depositar a sua produção científica [...] [ou seja, a] interoperabilidade humana […] [através do autoarquivamento]."

Vale evidenciar que a função de autoarquivamento na estrutura do RI é o seu grande diferencial em relação a outras bases de dados, pois as bases de dados comercializadas para gestão da informação existentes nas universidades e instituições de

[17]Arca é nome de batismo do Repositório Institucional da FIOCRUZ.

pesquisa para as bibliotecas são sistemas de arquivos fechados, pois não foram criados com esse propósito. Podemos citar alguns programas de automação de bibliotecas mais conhecidos no Brasil: *Pergamum* (PUC-RIO e UFFRJ), *Aleph* (FIOCRUZ e UFRJ) e *Sofia* (BN e UNIRIO), que são utilizados pelas principais instituições de pesquisa e universidades do país. Vale destacar que as bases de dados bibliográficas possuem outra filosofía de organização, pois os conteúdos informacionais disponibilizados nessas bases de dados não visam unicamente armazenar, preservar e disponibilizar a produção acadêmico-científica de sua comunidade como os RIs. A organização e o tratamento desses conteúdos disponiblizados nessas bases bibliográficas independem de serem produzidas pelos membros de suas instituições. Além disso, essas bases de dados dependem de profissionais da informação para inseri-los no sistema, enquanto o RI oferece a possibilidade de inserção pelo próprio autor. A literatura disponibilizada no RI é totalmente digital, livre para acesso, cópia, impressão e *download* por parte do utilizador. As únicas ressalvas são a preservação e o direito do autor de ser citado por parte dos utilizadores, preservando a integridade do trabalho e, consequentemente, os direitos autorais (BUDAPEST…, 2012).

Entretanto, apesar destas diferenças, as universidades conectadas com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, já estão criando portais/serviços para disponibilizar as informações dos catálogos de suas bibliotecas nos RIs, de forma a facilitar o uso e acesso de todas as ferramentas de informação de suas instituições. Na vanguarda dessa iniciativa, podemos citar alguns exemplos, como: UnB[18], UFRGS[19] e UFSC[20]. Todavia, RIs e sistemas de automação de bibliotecas têm suas peculiaridades, como já explicitado no texto.

Kuramoto (2014b, p. 168),como já mencionado no texto, destaca que na maioria dos países que implantaram repositórios institucionais designaram que o autoarquivamento fosse realizado pelos seu pesquisadores. Contudo, no Brasil, o caminho percorrido foi diferente, já que "[…] a maioria das universidades brasileiras que vieram a implantar os seus repositórios definiu que a biblioteca universitária executasse essa tarefa." (KURAMOTO, 2014b, p. 168) BOAI[21] (BUDAPEST..., 2012) recomenda, se necessário, ensinar os pesquisadores a arquivar seus trabalhos.

[18]Universidade de Brasília.
[19]Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[20]Universidade Federal de Santa Catarina.
[21] "[...] if necessary, and teach them how to archive their future papers."(BUDAPEST..., 2016)

Ainda Kuramoto (2014a,online), em entrevista ao Portal do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, ressalta que continua confiando na importância das bibliotecas universitárias brasileiras na implementação do Acesso Livre no Brasil, de forma que não fiquem apenas restritas ao papel de depositarem a produção científica de seus pesquisadores. Além disso, ele destaca que quando os pesquisadores perceberem "[...] os benefícios do autoarquivamento, eles não hesitarão em adotá-lo. [Afinal], trata-se de algo novo para eles e somente a prática poderá mostrar as vantagens desse procedimento."

Weitzel (2007, p. 66) já apontava que a comunidade científica não estava ainda suficientemente esclarecida sobre as "[…] vantagens, sua função e [...] [a] importância de seu engajamento [...]" sobre as questões relacionadas à disponiblização dos seus trabalhos científicos em RIs.

Nesse contexto, surge a importância do papel educativo do bibliotecário para transformar esse quadro, para semear nos graduandos e pós-graduandos os primeiros passos da importância do Acesso Livre à informação científica e de sua participação do autoarquivamento em RIs.

4 LETRAMENTO INFORMACIONAL COMO PRÁTICA BIBLIOTECÁRIA

Entende-se, letramento informacional como "[…] um processo de aprendizagem, compreendido como ação contínua e prolongada, que ocorre ao longo da vida" (GASQUE, 2012, p. 38). É preciso que a semente do aprender a aprender seja plantada nesse aluno, visto que esse conceito é a força motriz do letramento informacional. Gasque (2016) ainda ressalta que "O processo de aprendizagem necessário para lidar eficientemente com a informação denomina-se LETRAMENTO INFORMACIONAL!"

Quando o aprendiz assimila esse conceito, o mesmo entende que é um movimento de construção contínua que irá percorrer por toda a sua vida profissional e pessoal. Entretanto, será um movimento que envolve participação social, ética e capacidade de transformar informação em conhecimento, pois transformar informação em conhecimento é ouro no mundo da Ciência. É um processo de aprendizagem para desenvolver competências e habilidades de forma a buscar o engajamento do aluno no decorrer de sua carreira profissional no Movimento de Acesso Livre.

Segundo Campello (2009, p. 12), o conceito de letramento informacional (information literacy) teve sua origem nos Estados Unidos na década de 1970, ao estabelecer competências essenciais em relação ao uso das fontes eletrônicas de informação que estavam sendo criadas naquele período. No que concerne à classe biblioteconômica, a apropriação do termo *information literacy* se deu em reação ao relatório *Nation at Risk*, que descrevia o panorama da educação dos EUA, no qual ignorava a contribuição do papel educacional do bibliotecário no ensino norte-americano. Ao perceber esse fato, os bibliotecários reagiram frente a essa realidade. Surgiu, assim, o conceito de *information literacy*, como base para argumentar e provar que os bibliotecários eram imprescindíveis no processo de aprendizagem e melhora da educação no país. (CAMPELLO, 2009)

De acordo com Campello (2003, p. 28), o termo foi mencionado pela primeira vez no Brasil pela autora Caregnato (2000). Teve como primeira tradução realizada por Caregnatato, a expressão "alfabetização informacional", onde "[...] ressaltava a necessidade de que as bibliotecas universitárias se preparassem para oferecer novas possibilidades de desenvolver nos alunos habilidades informacionais necessárias para interagir no ambiente digital" (CAMPELLO, 2003, p. 28; GASQUE, 2010, p. 83). Porém, a autora "[…] optou pelo emprego de 'habilidades informacionais' como seu

equivalente em língua portuguesa" (GASQUE, 2010, p. 83). Assim, Caregnato foi a precursora do termoinformation literacyna literatura científica brasileira e, posteriormente, com Belluzzo (2001), Dudziak (2001, 2003), Hatschbach (2002) e Campello (2003) uma das principais autoras a discutir o termo no Brasil.

No processo histórico de discussão do termo no país, vários trabalhos foram publicados para estudar qual seria a expressão que teria uma maior aproximação com o termo relacionado em língua inglesa para designar o termo *information literacy* pelos autores brasileiros. Além dos trabalhos já mencionados acima, podemos destacar os trabalhos de Vitorino e Piantola (2009, 2011) e Gasque (2010, 2013a) para exemplificar a importância da temática no país.

Segundo Hatschbach e Olinto (2008, p. 23-24) são encontrados os seguintes termos para representar information literacy no Brasil: *Alfabetização Informacional, Alfabetização em Informação, Competência Informacional e Competência em informação*. Gasque (2010, p. 84) também aponta uma variedade de trabalhos desde a primeira tradução do termo information literacy por Caregnato (2000) utilizando vocábulos como: *Letramento, alfabetização, competências, literacia e habilidades*.

Diante dessas discussões três eventos foram marcantes para discussão do termo no Brasil, dando origem a três documentos: *Declaração de Maceió* (2011), o *Manifesto de Florianopólis* (2013) e a *Carta de Marília* (2014). Em termos de marco para a temática pelos pesquisadores do Brasil em eventos, a *Declaração de Maceió* (2011) é considerada a mais importante, pois foi o primeiro documento oficial elaborado sobre o assunto. Foi formulado pelo *Grupo de Trabalho do Seminário Competência em Informação: cenários e tendências, realizado no XIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*. Esse documento abordou que o fato de vivermos numa sociedade mediada pela informação exige competências diferenciadas para que venham atender às novas demandas para o desempenho da cidadania. Uma das mais importantes reflexões apontadas pela declaração de Maceió descreve que as bibliotecas e instituições que possuem em seu cerne o trabalho com a informação procurem ter uma participação efetiva na sociedade para "[...] promover a leitura, o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida". (FEBAB, 2013).

Gasque (2010) utiliza o termo letramento informacional como correspondente ao termo em inglês information literacy. Em entrevista ao periódico *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento,* (GASQUE, 2013a), distingue claramente os conceitos referidos acima sobre o termo information literacy da seguinte forma:

Tabela 1 – Distinção dos termos (Letramento informacional)

Termos	Conceitos
Letramento informacional	"[...] processo de aprendizagem voltado para o desenvolvimento de competências para buscar e usar a informação na resolução de problemas ou tomada de decisões. O letramento informacional é um processo investigativo, que propicia o aprendizado ativo, independente e contextualizado; o pensamento reflexivo e o aprender a aprender ao longo da vida. Pessoas letradas têm capacidade de tomar melhores decisões por saberem selecionar e avaliar as informações e transformá-las em conhecimento aplicável."
Alfabetização informacional	"[...] refere-se à primeira etapa do letramento informacional, isto é, abrange os contatos iniciais com as ferramentas, produtos e serviços informacionais. Nessa etapa, o indivíduo desenvolve noções, por exemplo, sobre a organização de dicionários e enciclopédias, de como as obras são produzidas, da organização da biblioteca e dos significados do número de chamada, classificação, índice, sumário, autoria, bem como o domínio das funções básicas do computador – uso do teclado, habilidade motora para usar o mouse, dentre outros. O ideal é que a alfabetização informacional se inicie na educação infantil."[22]
Competência informacional	" [...] refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos."
Habilidades informacionais	"[...] realização de cada ação específica e necessária para alcançar determinada competência. Para o aprendiz ser competente em identificar as próprias necessidades de informação, por exemplo, é necessário desenvolver habilidades de formular questões sobre o que deseja pesquisar, explorar fontes gerais de informação para ampliar o conhecimento sobre o assunto, delimitar o foco, identificar palavras-chave que descrevem a necessidade de informação, dentre outras."

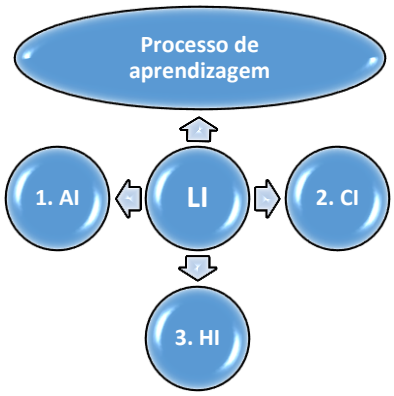
Fonte: Gasque (2013a, p. 5-6)

A autora aponta que os termos letramento informacional (LI), alfabetização informacional (AI), competência informacional (CI) e habilidades informacionais (HI) estão inter-relacionados, apesar de apresentarem conceitos diferentes (Gasque, 2013a), sendo o letramento informacional o conceito que envolve todo esse processo de aprendizagem, possibilitando esse movimento circular de aprendizagem. Podemos afirmar que o conceito *letramento informacional* como pesquisado pela autora aglutina todos os outros termos e conceitos. Na figura abaixo, apresentamos os conceitos que

[22]No caso da Alfabetização informacional no contexto do ensino superior, os alunos já passaram por essa etapa de aprendizagem de uso de computadores e outros dispositivos tecnológicos, porém as questões relacionadas "[...] sobre a organização de dicionários e enciclopédias, de como as obras são produzidas, da organização da biblioteca e dos significados do número de chamada, classificação, índice, sumário, autoria [...]" (GASQUE, 2013, p. 5) ainda é uma deficiência encontrada nos alunos de ensino superior, o que deve levar o bibliotecário a refletir em dirimir essas deficiências através do letramento informacional nessas temáticas para procurar preencher essa lacuna nos discentes do ensino superior no Brasil.

envolvem o letramento informacional como um processo que apresenta um movimento inter-relacionado de aprendizagem, onde sinaliza uma ação contínua a cada processo de aprendizagem iniciado por um aprendiz e aplicado por um bibliotecário ou professor.

Figura 1 – Letramento Informacional: movimento circular de aprendizagem



Fonte: A autora (2016)

Por isso, diante de tantas traduções para definir o termo information literacy no Brasil, no processo de pesquisa fizemos a opção de utilizar a expressão letramento informacional, pois consideramos como base as pesquisas de Campello (2003, 2009) e Gasque (2010, 2012, 2013a), a tradução que mais se aproxima do enfoque de nossa pesquisa, que é tratar da função educativa do bibliotecário, tendo como campo empírico o autoarquivamento em repositórios institucionais. Isso não implica que não possamos utilizar os autores com traduções divergentes, mas que utilizem conceitos convergentes, como os já citados no texto. São autores que já publicaram vários artigos nessa temática avaliados por pares.

De acordo com Campello (2009, p. 14) "o aparecimento do conceito de letramento informacional coincide com a época em que bibliotecários e pesquisadores da biblioteconomia e da ciência da informação familiarizavam-se com as teorias construtivistas que permeavam a educação." Portanto, a correlação entre o conceito de letramento informacional tem estreita relação com as noções advindas dos teóricos da educação.

Gasque (2013b), em palestra proferida aos professores da Província Marista Brasil-Norte, salienta que atualmente vivemos com uma quantidade imensurável de informações, por isso a necessidade do aluno ser letrado informacionalmente. Destaca que na nossa sociedade o grande problema não é a falta de informação, porém a dificuldade do indivíduo em buscar e usar essa informação de forma eficaz. Ainda

ressalta que o mundo de hoje é extremamente competitivo e que, para se adaptar a esse novo tempo, o indivíduo precisa saber lidar com a informação, pois a quantidade imensade informações disponíveis traz para o indivíduo a sensação de nunca estar atualizado o suficiente. Para a autora, essa questão ilustra a necessidade do indivíduo de ser letrado informacionalmente.

Nesse contexto surge a importância do papel educativo dos bibliotecários das universidades públicas federais e de uma ação mais efetiva para engajar a comunidade acadêmica no âmbito do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, para que os discentes conheçam que o RI reúne em único *"locus"* a memória científica da instituição, preservando a documentação em formato digital e exercendo a custódia desses conteúdos (SAYÃO, 2009, p. 25).

Além disso, esse aluno não terá apenas um contato com o RI de forma superficial, porém de uma forma mais ampla, cumprindo o seu papel social de disponibilizar para a sociedade a produção científica da academia. Essa questão traz em si a possibilidade de transformar uma atividade operacional, que é a atividade de autoarquivamento, em uma atividade reflexiva sobre os aspectos que envolvem os repositórios institucionais no Brasil e no mundo, ou seja, o aprendizado sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, sua importância, sua história, a disseminação das publicações científicas avaliadas por pares, a quebra do monopólio das editoras científicas comerciais, a necessidade de que esse aprendiz das universidades públicas federais venha contribuir para o impacto da pesquisa através dos repositórios institucionais.

Em referência às questões apresentadas acima podemos refletir sobre a aplicabilidade do letramento informacional pelo bibliotecário em repositórios institucionais[23] e de que forma o bibliotecário pode beneficiar a comunidade discente de sua instituição, desenvolvendo ações que venham desenvolver competências e habilidades referentes aos repositórios institucionais e o Acesso Livre (ALi).

No que se refere especificamente ao termo letramento, surgiu primeiramente como objeto de estudo na literatura educacional brasileira na década de 1980, pois "[...] refere-se ao estado ou à condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita" (SOARES, 1998 apud GASQUE, 2010, p.

[23]Capítulo desenvolvido e enxertado na dissertação com base no trabalho apresentado sobre a temática como pôster no ENANCIB 2015 pela mestranda Rosangela Maria Nascimento, juntamente com seu orientador: Prof. Dr. Alberto Calil Junior.

85). Transpondo para o conceito de letramento informacional, se refere ao processo de aprendizagem e à capacidade do aprendiz de buscar e usar a informação de forma eficaz, visando à produção de novos conhecimentos. Ainda afirma que “há fortes evidências de que tal processo é crucial na sociedade atual, submetida a rápidas e profundas transformações devido à grande produção de conhecimentos científicos e tecnológicos [...]” (GASQUE, 2012, p. 39-40, 90). Nesse cenário, a questão do LI pode se apresentar como uma função diferenciada a ser exercida pelo bibliotecário, no que diz respeito às práticas da função educacativa do bibliotecário.

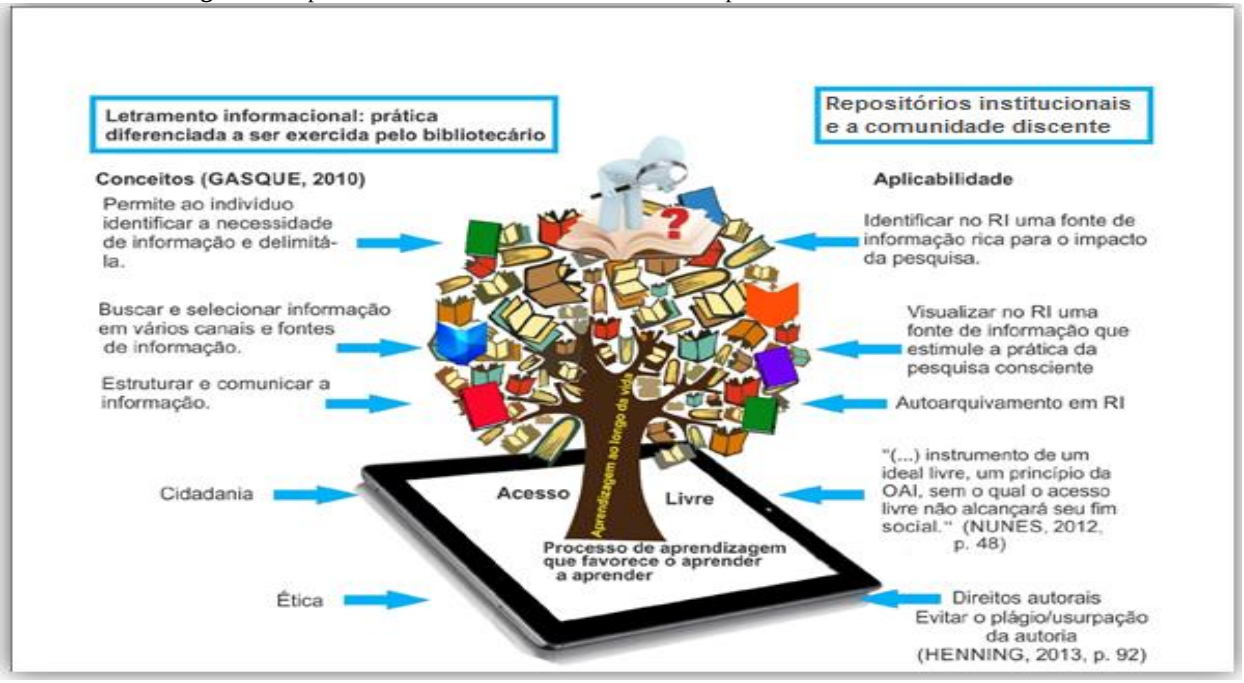
4.1. ÁRVORE DO LETRAMENTO INFORMACIONAL PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

A Figura 2 exemplifica como o bibliotecário pode aplicar os conceitos de letramento informacional para envolver a comunidade discente no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica através do autoarquivamento em RI. Teve como base o seguinte conceito de Gasque (2010) sobre letramento informacional:

> O letramento informacional é um processo de aprendizagem que favorece o aprender a aprender, visto que engloba conceitos, procedimentos e atitudes que permitem ao indivíduo identificar a necessidade de informação e delimitá-la, buscar e selecionar informação em vários canais e fontes de informação, bem como estruturar e comunicar a informação, considerando os seus aspectos éticos, econômicos e sociais. (GASQUE, 2010, p. 46)

Entretanto, para efeito dessa dissertação, aborda-se letramento informacional, incluindo apenas dois aspectos que envolvem esse conceito: busca e comunicação da informação, conforme ilustrado abaixo:

Figura 2 – Aplicabilidade do Letramento informacional pelo bibliotecário em RIs



Fonte: Adaptação dos autores Nascimento e Calil (2015) dos conceitos de letramento informacional de Gasque (2010)

Na base da figura está em destaque o Acesso Livre à Informação Científica e o conceito de letramento informacional, que é o processo de aprendizagem que favorece o aprender a aprender, tendo como foco tornar o indivíduo autonômo e capacitado para

aprender ao longo da vida, tornando-o competente para garimpar de forma crítica as informações disponíveis, seja de forma impressa ou online. Tornar o discente letrado informacionalmente sobre as questões do (ALi) é fundamental para que esse futuro pesquisador se torne pró-ativo no decorrer de sua vida acadêmica como pesquisador em relação ao Movimento de Acesso Livre à Informação Científica.

Nessa perspectiva podemos observar no conceito 1: Permite ao "[...] indivíduo identificar a necessidade de informação e delimitá-la [...] " (GASQUE, 2010, p. 46) e sua aplicabilidade em RI, que é tornar o discente capaz de reconhecer nessa ferramenta uma fonte de informação rica para o impacto da pesquisa, explicando-lhe a importância do Acesso Livre à Informação Científica para alcançar esse objetivo, pois sem acesso à informação científica não há possibilidade de progresso.

No conceito 2: "[...] buscar e selecionar informação em vários canais e fontes de informação [...]" (GASQUE, 2010, p. 46) Associando a aplicabilidade em RI, seria o bibliotecário levar o discente a visualizar no RI uma fonte de informação que estimule a prática da pesquisa consciente, visto que a maioria das publicações inseridas em RIs são avaliadas por pares ou de fonte fidedigna, sendo mais uma fonte de informações para escrever seus trabalhos científicos.

Ainda sobre buscar e selecionar informação em vários canais e fontes de informação, podemos refletir sobre um outro ângulo a discussão na literatura científica quando se afirma que há informações em excesso. Podemos questionar, quando a informação pode se tornar em excesso? Realmente, no aspecto quantitativo, podemos afirmar que nenhum leitor pode dar conta da quantidade de informações que são produzidas e veiculadas na sociedade contemporânea, entretanto podemos afirmar que é excesso? Parafraseando as cinco leis de Ranganathan (2009)[24]: primeira – as informações são para o uso; segunda – para cada leitor há uma informação; terceira – para cada informação há um leitor; quarta – quando o leitor é letrado informacionalmente ele economiza tempo, pois será capaz de identificar as fontes confiáveis para sua pesquisa e não se perderá em informações que não atendam aos seus objetivos; quinta – a Internet é um espaço virtual em constante expansão, pois novas informações são inseridas a cada segundo na rede. Por isso, o letramento informacional

[24] "1. Livros são para uso. 2. A cada leitor seu livro. 3. A cada livro seu leitor. 4. Economize o tempo do leitor. 5. Uma biblioteca é um organismo em crescimento."

surge como um norte para resolver essas indagações. Isso porque, por mais que se produza e se veicule informações, sempre haverá alguém para utilizá-la, pois o letramento informacional implica em tornar apto os aprendizes para analisar informações simples ou de alta complexidade, de modo a formar gerações que possam usar com competência a riqueza de informações proporcionada pela sociedade conectada em rede.

No caso da informação científica, que é o foco dessa discussão, é apresentar os conceitos de LI que venham proporcionar a essa geração, que é nativa digital a ter autonomia para lidar demaneira hábil e eficiente com a informação produzida e veiculada nessa selva de informações proporcionada pela Internet.

No conceito 3: Estruturar e comunicar a informação. A aplicabilidade deste conceito em RI se refere à questão do módulo de autoarquivamento dessa ferramenta, que segundo Leite (2009, p. 21) possibilita que o próprio autor disponibilize a sua produção científica no RI. O autoarquivamento permite à pró-atividade do discente em comunicar através de uma ferramenta científica online o seu trabalho acadêmico.

Segundo Pavão (2010) a Internet possibilitou mudanças signifitivas no processo da comunicação científica[25], promovendo o acesso de forma mais rápida da literatura cinzenta, principalmente no que se refere à comunidade acadêmica, que são os grandes produtores desse tipo de literatura. Vale destacar que "a expressão literatura cinzenta, tradução literal do termo inglês *grey literature*, é usada para designar documentos não convencionais e semipublicados, produzidos nos âmbitos governamentais, acadêmicos, comerciais e da indústria" (GOMES; MENDONÇA; SOUZA, 2000, p. 97).

Pavão (2010) identificou no repositório do LUME[26] da UFRGS uma quantidade considerável de *downloads* na tipologia documental de teses e dissertações, que foi a tipologia escolhida como foco de sua pesquisa, o que evidenciou o interesse por esse tipo de publicação disponibilizada no RI. Pavão (2010, p.3) ainda ressalta que as teses e dissertações são de grande relevância institucional para avaliação dos cursos de pós-graduação e, principalmente, "[...] porque durante muito tempo as teses e dissertações

[25]A comunicação científica é o compartilhamento dos resultados de pesquisa entre os cientistas, para que as novas informações e conceitos formulados possam contribuir para o avanço da ciência. No entanto, para serem reconhecidas, comprovadas e verificadas pelos pares precisam ser comunicadas para que as mesmas, sendo legitimidas pela comunidade científica, possam ser utilizadas gerando novas descoberta (TARGINO, 2000).
[26] Nome de batismo do repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

tiveram sua consulta restrita ao ambiente físico das bibliotecas, dificultando o acesso ao seu conteúdo."

Nesse universo, podemos considerar as outras tipologias documentais da comunidade discente nessa reflexão, como os trabalhos de conclusão de curso e as monografias de especialização, pois enfrentam ainda dificuldades em seu acesso. Machado (2005, p. 43) destaca algumas características da literatura cinzenta, que incluem, principalmente: apresentar mecanismos de produção simples, sendo limitadas ao universo das universidades, centros de pesquisa e sua limitação à uma comunidade reduzida. Os RIs possibilitam preencher essa lacuna no que se refere à produção acadêmica discente.

A comunicação científica através do autoarquivamento em repositórios institucionais é uma estratégia do Movimento de Acesso Livre, que não pode ser desconsiderada nesse processo. Segundo Meadows (1999, p. vii), "A comunicação situa-se no próprio coração da ciência". Rodrigues (2015) em entrevista ao Portal de periódicos Fiocruz ainda ressalta a importância que o Acesso Livre propicia para o impacto da pesquisa sinalizada na declaração da BOAI (BUDAPEST..., 2012) ao possibilitar retomar "[...] a velha tradição de partilha, distribuição alargada e reutilização do conhecimento produzido, que sempre caracterizaram a atividade científica."

Moreno e Arellano (2005) ressaltam que a geração de novos conhecimentos depende essencialmente da disseminação das publicações científicas, criando mais do que um espaço de produção e armazenamento da produção científica, porém favorece um ambiente de troca de ideias, geração de novos conhecimentos entre os pares e visibilidade da produção científica da instituição.

As publicações da comunidade discente não fazem parte do contexto dos sistemas de publicação científica, o que nos leva a ratificar a importância de trabalhar com a comunidade a questão do autoarquivamento junto a esse segmento, sem perder de vista o objetivo principal que é tornar esses alunos letrados informacionalmente e engajados no Movimento de Acesso Livre.

Essa nova geração, chamada por alguns de nativos digitais é formada de "[...] indivíduos nascidos após a explosão tecnológica que veio a afetar o dia a dia da sociedade desde os aspectos institucionais até as relações sociais e o próprio modo de vida destes indivíduos" (CASTRO; CALIL JUNIOR, 2010, p. 1548). Esses indivíduos têm em sua essência o compartilhar, que significa "ter parte em, participar de,

partilhar com alguém" (COMPARTILHAR, 2015), pois uma das características dessa nova geração é compartilhar informações através das mídias sociais como: *Facebook, Twitter*, *Instagram*, *Whatsapp* e etc, facilitando, o seu engamento no ALi.

Nesse contexto, os bibliotecários, através do investimento nos aspectos educacionais de seu fazer – a função educativa do bibliotecário – têm o potencial de otimizar o uso dessas mídias e de outros dispositivos tecnológicos por parte dos nativos digitais, principalmente os repositórios institucionais, abrindo caminho para essa geração lidar de forma eficiente com a informação e as formas de comunicá-la.

No conceito 4, que se refere à Cidadania, podemos correlacionar esse conceito vinculado ao LI com a citação de Nunes (2012, p. 48) que descreve o autoarquivamento como um "[...] instrumento de um ideal livre, um princípio da OAI, sem o qual o Acesso Livre não alcançará seu fim social". O LI trabalha no indivíduo a consciência dos seus direitos e deveres em seu meio social. O bibliotecário, através do LI, esclarece para essa futura geração de pesquisadores que, ao comunicar as suas publicações em RI, ele cumpre o seu papel como cidadão de devolver à sociedade os resultados de pesquisa financiados com verbas públicas, assim sendo, trabalha o conceito de cidadania com esses aprendizes. Schwartzman (2005 apud Gasque, 2012, p. 127) ressalta que "[...] 70% dos pesquisadores brasileiros pertencem às universidades, reconhecendo o papel determinante que elas desempenham na produção de novos conhecimentos". Assim, ratifica a importância do letramento informacional como prática diferenciada pelo bibliotecário junto à comunidade discente de suas universidades.

No conceito 5, que trata a respeito de Ética em LI, Gasque (2010, p. 32) aborda que o indivíduo precisa ter a capacidade de usar a informação ética e legalmente. No tocante a esse aspecto, o bibliotecário, ao ensinar ao discente de sua universidade sobre os direitos autorais, coloca em pauta a ética em relação à construção de seus trabalhos acadêmicos. Henning aborda essa questão com propriedade que até as Leis de Direitos Autorais

> [...] não dão mais conta das novas dinâmicas do processamento e controle da informação; principalmente como lidar legalmente: com a rapidez de distribuição e a facilidade de cópia que pode levar ao uso indevido e abusivo ou, até mesmo, ao plágio e à usurpação da autoria. (HENNING, 2013, p. 92)

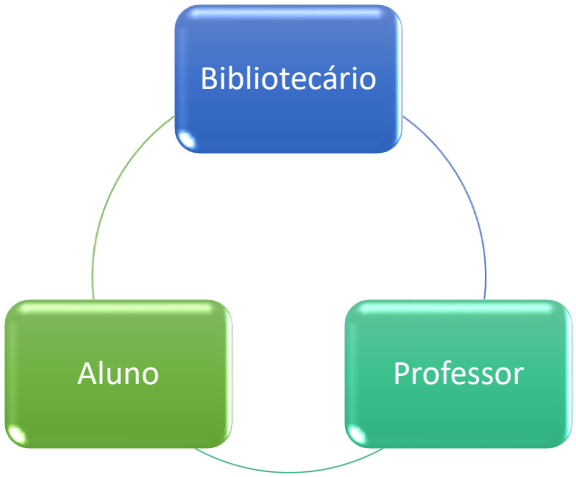
Portanto, o papel educativo do bibliotecário é essencial no panorama atual que se apresenta em relação ao uso de forma ética da informação. Além disso, esse aluno não

terá apenas um contato com o RI de maneira superficial, porém de um modo mais amplo, aprendendo a ser letrado informacionalmente em todos os aspectos apresentados acima. Essa questão traz em si a possibilidade de transformar uma atividade operacional, que é a atividade de autoarquivamento, em uma atividade reflexiva sobre os aspectos que envolvem os repositórios institucionais e, principamente, tornar esse aluno letrado informacionalmente ao longo de sua vida.

4.2 PROGRAMA DE LETRAMENTO INFORMACIONAL SOBRE O MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Quando se planeja um programa de letramento informacional é essencial pensar na tríade *bibliotecário, professor e aluno* para que haja uma interligação entre esses atores e que ações de LI possam ser inseridas nos currículos acadêmicos referentes ao Acesso Livre. Só assim poderá se construir uma ponte entre as ações educativas dos bibliotecários junto à comunidade acadêmica referente a essa temática.

Figura 3 – Tríade dos atores que fazem parte do Programa de LI na universidade



Fonte: A autora (2016)

Santos et al. (2015, p.202) ressaltam que

> [...] para que os programas de competência de informação obtenham êxito, é importante que o bibliotecário demonstre a toda comunidade acadêmica a importância da competência em informação na sociedade contemporânea. [...] Investir em programas de competência informacional [...] é proporcionar aos usuários a capacitação no uso, recuperação, avaliação, compartilhamento e comunicação efetiva e eficaz das informações para o desenvolvimento e a geração de ideias criativas e inovadoras.

Ainda para Campello (2009, p. 57) quando o bibliotecário participa de ações coloborativas que venham a integrar os currículos escolares abre-se um espaço rico para "criar experiências significativas de aprendizagem" no ambiente escolar.

É preciso ressaltar que a comunicação científica tem como característica principal o compartilhamento de novas descobertas; se assim não for, a ciência não avança. Os programas de letramento informacional envolvem a capacitação do aprendiz

na questão do compartilhamento da informação. O que nos leva à conclusão que essa prática bibliotecária será uma facilitadora no processo de inserção dessa geração nascida na ambiência da *web* e que tem como característica principal o ato de compartilhar estimulado pelas mídias sociais. Nesse processo esses discentes terão facilidade de participar desse movimento, porém informacionalmente letrados.

Um novo *modus operandi* de comunicar a informação se apresenta com o surgimento da *web*, exigindo dos futuros pesquisadores uma nova forma de comunicar, não apenas através dos sistemas tradicionais e comerciais de publicações científicas, porém outras opções que estão impactando a pesquisa como publicar em periódicos de Acesso Livre e disponibilizar sua produção científica em RIs. Meadows (1999) já apontava que o tipo de publicação com a inclusão de novas tecnologias transforma o modo como os cientistas disponibilizam suas descobertas. Essa é uma constatação que não tem retorno e é rica para o avanco da ciência. Informacionalmente letrados, os nativos digitais obterão um novo olhar sobre o Acesso Livre e consolidarão esse movimento no Brasil.

Nesse aspecto, primeiramente, para que esses alunos tenham uma inserção no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais efetiva, sugere-se que nos primeiros períodos da graduação os alunos já tenham contato com o conceito de Acesso Livre, a via verde e a questão futura do autoarquivamento de sua monografia no final da graduação. Propõem-se que essas temáticas possam ser ministradas nos cursos de capacitação sobre Fontes de Informação Online ministrados nos primeiros períodos, quando esses alunos entram cheios de entusiasmo para o aprendizado com o objetivo de estimulá-los, para que no decorrer das disciplinas cursadas e elaboração de seus trabalhos acadêmicos possamaplicar os conhecimentos adquiridos. Teríamos, então, um parâmeto para depois avaliar a aplicabilidade desse aprendizado ainda com o aluno em curso na universidade.

Seria interessante propor aos professores da disciplina de Metodologia Científica que coloquem em sua ementa, além do letramento informacional em fontes de informação científica, a abordagem de forma prática dos aspectos que envolvem a questão do autoarquivamento para a comunidade discente e a importância de disponibilizar em Acesso Livre o produto de seu trabalho de pesquisa, retomando a temática do Acesso Livre. É nessa disciplina que o discente de graduação tem de fato uma visão sobre como elaborar um projeto de pesquisa e é inserido na prática de

pesquisa e no processo de construção de sua monografia, exceto os bolsistas de iniciação científica, que representam uma parcela pequena desse segmento.

Seria uma experiência rica para esses discentes, pois possibilitaria também um momento de visualizar e realizar na prática o processo de autoarquivamento de um documento, estimulando o mesmo a ser um ativista do Acesso Livre, disponibilizando através dos RIs a sua produção acadêmica. Além disso, no decorrer de sua vida acadêmica, ao realizar a submissão de artigos ou uma comunicação oral para um evento, ao ter sido capacitado no autoarquivamento em RI, essa atividade se tornaria familiar para esse aluno.

Paralelamente a essas duas propostas, seria importante colocar em pauta junto aos docentes a importância do Acesso Livre e a estratégia para disponibilização da produção acadêmica discente em repositórios institucionais, pois todo professor de pós-graduação[27] tem um número máximo de orientandos por orientador, de forma que os professores na função de orientadores mentoreassem seus discentes sobre o ALi e sobre a responsabilidade de autoarquivar sua monografia no RI da universidade. Da mesma forma, cada orientador da graduação também tem orientandos sob sua responsabilidade. Propõe-se que na Política Institucional do RI exista um procedimento para que na finalização da monografia o professor[28] possa acompanhar o processo de autoarquivamento dos documentos comprabotários de final de curso dos discentes sob sua supervisão, como uma das atividades de final de curso, pois é o professor que acompanha o aluno até o fechamento da monografia. O bibliotecário poderia entrar na fase final de correção dos dados inseridos pelo discente e aceito pelo professor no processo de submissão da monografia no RI.

Nesse aspecto, toda a comunidade acadêmica seria alcançada. Através dos discentes os professores teriam um contato mais efetivo também com o Acesso Livre em sua prática profissional.

Segundo Campello (2009, p. 21) a aplicabilidade do conceito de letramento informacional foi concebida a partir da "sistematização das habilidades informacionais desejáveis". Essas habilidades informacionais foram elaboradas por um conjuntos de instituições que representavam tanto bibliotecários como educadores. Sendo o

[27]Portaria nº 174, de 30 de dezembro de 2014. "[...]. Art. 5º A relação de orientandos/orientador fica condicionada ao limite máximo de 8 (oito) alunos, considerados todos PPGs dos quais o docente participa como permanente".

[28] Proposta do Professor Alexandre Fortes (Diretor do Instituto Multidisciplinar), que será discutida com a comunidade acadêmica, com vistas a ser implementada nos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo Insituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

documento mais emblemático formulado pela *American Libray American Association of School Libraries*[29] denominado *Information Power*.

Os padrões e indicadores[30] sistematizados nesse documento que se relacionam com o Acesso Livre que foram utilizados nessa dissertação para elaborar a base do Programa de Letramento para o Acesso Livre e estão especificados no quadro abaixo:

[29] Uma divisão da American Library Association.
[30] A relação completa dos padrões e indicadores está no Anexo I da dissertação.

Tabela 2 - Padrões e indicadores da American Library Association relacionados ao ALi

Categorias		Padrões	Indicadores	Correlação com o ALi
Padrões de competência informacional	**O indivíduo que possui competência informacional**	Acessa informações de forma efetiva e eficiente.	Reconhece a necessidade de informação	Identificar no RI uma fonte de informação rica para o impacto da pesquisa.
			Desenvolve e usa estratégias de localização de informação bem sucedidas	O RI possui possibilidades de realizar pesquisa básica e avançada.
			Formula perguntas baseadas nas necessidades de informação	Visualizar no RI uma fonte de informação que estimule a prática da pesquisa consciente.
			Identifica uma variedade de fontes potenciais de informação	O RI possui vários tipos de tipologias documentais avaliados por pares.
			Percebe que informação apropriada e abrangente é a base para a tomada de decisão.	RI é uma fonte fidedigna de informações.
		Avalia a informação de forma crítica e competente	Determina exatidão, relevância e abrangência	Fonte fidedigna de informações.
			Seleciona informação apropriada para o problema ou pergunta proposto.	Prática da pesquisa consciente.

		Usa a informação corretamente e Produtivamente	Produz e transmite informação e idéias em formatos apropriados	O RI possibilita à comunidade acadêmica disponibilizar suas publicações científicas, de forma a contribuir para o progresso da ciência.
Padrões de aprendizagem independente	**O aprendiz independente posui competência informacional e:**	Procura informação relacionada a assuntos de interesse pessoal	Busca informação relacionada às várias dimensões de bem-estar pessoal, tais como interesses profissionais, envolvimento comunitário, questões de saúde, atividades de recreação	Várias fontes de informações disponibilizadas em RIs podem responder as questões relacionadas a interesses profissionais de interesse pessoal, visto ao tipo de informação científica veiculada nessa ferramenta.
		Aprecia literatura e outras expressões criativas da informação	Deduz sentido de informação apresentada de modo criativo e em diferentes formatos.	Vários RIs como, por exemplo, o LUME, apresenta informações disponibilizadas em diferentes formatos (mp4, vídeo, epub, jpeg e etc.)
		Empenha-se pela excelência na busca de informação e na geração de conhecimento	Delineia estratégias para revisar, melhorar e atualizar o serviço ou o conhecimento gerado individualmente.	O RI é um espaço rico de informações fidedignas para encontrar informações que venham melhorar e atualizar o conhecimento gerado individualmente.
Padrões de responsabilidade social	**O indivíduo que contribui positivamente para a aprendizagem da comunidade e para a sociedade possui competência informacional e:**	Reconhece a importância da informação para uma sociedade democrática	Respeita o princípio de acesso eqüitativo à informação	O Acesso Livre traz em si em sua essência o acesso à informação científica sem restrições a toda comunidade científica e para sociedade em geral.
			Busca os princípios de liberdade	Autoarquivamento em RI é "[...] um instrumento de ideal livre, um princípio da OAI,

			intelectual.	sem o qual o Acesso Livre não alcançará o seu fim social.” (NUNES, 2012, p.48).
		Apresenta conduta ética com respeito à informação e às tecnologias de informação	Respeita os direitos de propriedade intelectual.	O ALi defende a questão dos direitos autorais, pois a literatura disponibilizada no RI é totalmente digital, livre para acesso, cópia, impressão e download por parte do utilizador. As únicas ressalvas são a preservação e o direito do autor de ser citado por parte dos utilizadores, preservando a integridade do trabalho e, consequentemente, os direitos autorais. (BUDAPEST…, 2012).
			Utiliza as tecnologias de informação de forma responsável.	O RI pode ser um espaço de uso de uma ferramenta de informação de forma responsável.
		Participa efetivamente em grupos de procura e geração de informação	Colabora com os outros no projeto, desenvolvimento e avaliação de produtos e soluções de informação, seja pessoalmente ou através das tecnologias.	A implementação de um RI é espaço de trabalho que envolve uma equipe multidiscilpinar que possibilita profissionais letrados informacionalmente participar do projeto de desenvolvimento de um RI.

Fonte: Adaptação da autora com base nos Indicadores de competência informacional (1998, Duarte 2007 apud Campello, 2009).

Vale ressaltar, que os padrões e indicadores constituem a base teórica para elaboração do Programa de Letramento Informacional para o Acesso Livre, conforme apresentado a seguir. A proposta aqui elaborada apresenta a seguinte configuração para o Programa:

Programa de Letramento Informacional para o Acesso Livre poderia conter as seguintes temáticas:

1) O conceito de Acesso Livre, propósito e histórico.

Ementa: conceituar o Acesso livre e seu propósito. Além, de traçar um breve histórico sobre o Acesso livre, incluindo os principais fatos que impulsionaram à comunidade científica a iniciar o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, como: os encontros em Budapeste, Berlim e Bethesda e as declarações que surgiram a partir desses encontros.

2) A via verde e a via dourada;

   Ementa: explicar o que é a via verde e a via dourada e sua importância para envolver a comunidade científica, as universidades e as intituiçoes de pesquisa no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Citar a importância de Stevan Harnad como um dos grandes expoentes desse movimento no mundo e que os termos via verde e via dourada foram concebidos por ele.

3) Acesso, busca e importância do Repositório da universidade

   Ementa: explicar a importância do RI na instituição para armazenar, preservar a memória científica da universidade, divulgar a produção acadêmica e proporcionar sua visibilidade. Capacitar a comunidade discente a realizar ter acesso e realizar buscas no RI.

4) Autoarquivamento

   Ementa: definir autoarquivamento e apresentá-la como uma estratégia do Movimento de Acesso Livre à Livre Científica, visando maximizar e agilizar à disponibilização da produção científica da comunidade científica. Capacitar a comunidade discente na função de autoarquivamento no RI, mostrando a importância dessa prática no decorrer de sua vida acadêmica e profissional, como meio de engajá-la no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica.

5) Política institucional de Acesso Livre da universidade

   Ementa: apresentar e explicar as diretrizes da Política institucional de Acesso Livre da Universade, focando principalmente no papel da comunidade acadêmica junto ao RI da universidade.

6) Portais de Repositórios

Ementa: mostrar o Portal CORE[31] que permite a pesquisa simultânea em único lugar em vários repositórios de Acesso Livre. Além do Portal RCAAP[32], que também permite à pesquisa simultânea de vários repositórios portugueses.

7) Repositórios das Universidades Públicas Federais

Ementa: demonstrar o site *Ranking Web Repositories*[33], que apresenta o ranking das universidades públicas federais que possuem repositórios institucionais como de outras universidades brasileiras e de todo o mundo, apresentando novas formas de busca da informação em RIs.

8) Diretórios e Registros

Ementa: apresentar os diretórios e registros de RI para que os discentes tenham conhecimento dessas ferramentas que envolvem os RIs como meio de proporcionar visiblidade à comunidade envolvida com o Acesso Livre a sociedade. Apresentar, como exemplo, os seguintes diretórios e registros:

a) The Directory of Open Access Repositories (OPENDOAR)[34]

b) Repository Maps[35]

c) Registry of Open Access Repositories (ROAR)[36]

d) ROARMAP[37]

9) Políticas editoriais

Ementa: apresentar os diretórios de políticas editoriais para que os discentes tenham conhecimento dessas ferramentas que envolvem as políticas de

[31] Endereço eletrônico: </https://core.ac.uk/search/>
[32] Endereço eletrônico: </https://www.rcaap.pt/>
[33] Endereço eletrônico: </http://repositories.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil/>
[34] Endereço eletrônico: <http://www.opendoar.org/index.html>.
[35] Endereço eletrônico: <http://maps.repository66.org/>.
[36] Endereço eletrônico: <http://roar.eprints.org/>.
[37] Endereço eletrônico: <http://roarmap.eprints.org/>.

direitos autorais e de autoarquivamento referentes aos artigos científicos publicados em periódicos científicos com a gerência de editores comerciais. Apresentar, como exemplo, as seguintes políticas editoriais:

a) Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM)[38]

b) SHERPA ROMEO PORTUGUÊS[39] – Políticas de copyright e de auto-arquivo de editores.

10) Softwares livres

Ementa: expor os softwares livres mais utilizados para criação de repositórios digitais. Isso se mostra importante, pois aqueles que seguirem uma carreira acadêmica podem ter conhecimento de softwares livres para criação de RIs em seu ambiente de trabalho e incentivar a construção dos mesmos.

a) DSpace.[40]

b) DSPACE – IBICT (Versão em português).[41]

c) EPRINTS Services.[42]

d) FEDORA Repository.[43]

11) Cidadania

Ementa: explicar que o autoarquivamento é "[...] instrumento de um ideal livre, um princípio da OAI, sem o qual o Acesso Livre não alcançará seu fim social." NUNES (2012, p. 48), esclarecendo para essa futura geração de pesquisadores que, ao comunicar as suas publicações acadêmicas em RI, ele cumpre o seu papel como cidadão de devolver à sociedade os resultados de

[38] Endereço eletrônico: <http://diadorim.ibict.br/>.
[39] Endereço eletrônico: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt>.
[40] Endereço eletrônico: <http://www.dspace.org/>.
[41] Endereço eletrônico: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais/apresentacao>.
[42] Endereço eletrônico: <http://www.eprints.org/uk/>.
[43] Endereço eletrônico: <http://www.fedora-commons.org/>.

pesquisa financiados com verbas públicas, trabalhando, assim, o conceito de cidadania com esses aprendizes.

12) Ética

Ementa: elucidar para à comunidade discente de sua universidade sobre os direitos autorais, colocando em pauta a ética em relação à construção de seus trabalhos acadêmicos, abordando a questão de respeitar as leis de direitos autorais, citando os autores utilizados em seus trabalhos acadêmicos para evitar o plágio.

Assim, o bibliotecário alcançaria tanto o aluno como o professor, por isso pensamos nessa tríade, onde esses três atores interagem continuamente para divulgar e realizar o letramento informacional da comunidade acadêmica sobre o Acesso Livre nas universidades públicas federais brasileiras, pois sem haver o envolvimento desses três atores não há como aplicar as técnicas de LI em sua plenitude.

5 **METODOLOGIA**

A pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo, pois segundo Braga (2007, p. 25), “a pesquisa exploratória tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior” e a pesquisa descritiva (GIL, 2010) objetiva identificar e analisar as variáveis, de forma a elucidar ideias e conceitos a respeito da temática estudada.

Quanto à pesquisa bibliográfica teve como finalidade obter um panorama sobre a discussão relativa às práticas educativas dos bibliotecários das universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla, tendo como foco principal o autoarquivamento em repositórios institucionais. Além de buscar informações na literatura científica sobre a temática a respeito do letramento informacional como uma função diferenciada a ser exercida pelos bibliotecários nesse processo. Segundo Cervo (2007, p. 60) a pesquisa bibliográfica “[...] constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.”

A revisão de literatura e a fundamentação teórica foram realizadas em bases de dados disponibilizadas no Portal Periódicos da CAPES, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), a ferramenta de busca Google Acadêmico e repositórios institucionais. O levantamento da pesquisa bibliográfica não foi limitado a um tipo de fonte de informação específica. Considera-se, nesse contexto, que fonte de informação significa

> [...] qualquer recurso que responda a uma demanda de informação por parte de usuários-aprendentes e que gere ou veicule informação, influenciando na geração do conhecimento e do aprendizado. Essas fontes incluem produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador etc. (SILVA; AQUINO, 2014, p. 204)

Por isso, buscamos encontrar informações pertinentes às temáticas desenvolvidas nessa pesquisa, que incluem os repositórios institucionais, a questão do autoarquivamento, o Movimento de Acesso Livre à Informação científica de forma mais ampla e o letramento informacional como prática bibliotecária para engajar a comunidade discente dentro desse universo.

O autor Severino (2007) levanta uma questão sobre o que podemos pesquisar na Internet, pois como a Internet apresenta uma imensa gama de informações, é necessário saber filtrar e ter critérios na utilização das informações nela encontradas. Por isso, essa pesquisa bibliográfica foi baseada nos princípios da análise crítica de fontes de informação especificadas pela *Cornell University Library* (2016), que inclui avaliar as crendenciais do autor, data de publicação, revisão, publicação, se é um texto acadêmico ou de atualidades e os aspectos que envolvem a análise de conteúdo, ou seja, o público-alvo para o qual o texto foi escrito, a fidedignidade, a cobertura e se o texto é uma contribuição que valorize o estudo da temática pesquisada.

Na Tabela 3 abaixo destacamos o quantitativo de fontes de informação encontradas com itens relevantes para essa pesquisa.

Tabela 3 – Quantitativo de fontes de informação com itens relevantes

Fontes de informação	Itens relevantes
Artigos de jornais	1
Artigos de periódicos científicos	20
Artigos de demais revistas	1
Capítulos de livro	9
Dissertações e teses	8
Dicionários e enciclopédias	3
Folhetos	1
Livros	15
Mídias sociais	4
Publicações governamentais	5
Sites institucionais	148
Sites pessoais	1
Trabalhos apresentados em eventos	6
Vídeos	1
Total	**223**

Fonte: A autora (2016)

Considerando que o campo empírico utilizado realizou-se na Internet, a pesquisa nos sites foi um processo de descobertas e construção no decorrer da pesquisa, pois a interface de cada site pesquisado tinha uma arquitetura diferenciada e uma semântica distinta para propiciar as mesmas informações. Da mesma forma, a interface de cada RI possuía uma forma diferenciada de organização de suas comunidades, subcomunidades

e coleções, portanto era necessário um olhar clínico para identificar as tipologias documentais da comunidade discente. Entretanto, a Internet oferece atualmente uma oportunidade sem precedentes para a pesquisa que cientistas sociais do passado nem imaginavam possível ter, ou seja, o "[...] mundo social, em todo seu desarranjo e complexidade, na soleira da sua porta" (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva, iniciamos a construção metodológica dessa pesquisa, pois esse novo espaço de pesquisa proporcionado pela Internet apresenta um ambiente complexo e rico para os cientistas sociais de observação de um fenômeno no ambiente virtual. Ainda de acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 13-14) "a internet [...] demanda novas formas de observação, que requerem que os cientistas sociais voltem a fabricar suas próprias lentes, procurando instrumentos e métodos que viabilizem novas maneiras de enxergar".

Ressaltamos que o objetivo principal desse levantamento bibliográfico é identificar se existiam programas de letramento informacional nos sites das bibliotecas das universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente sobre o uso de repositórios institucionais, a importância do autoarquivamento em RI e o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla. Abaixo apresentamos o quadro com os objetivos específicos e a metodologia usada para alcançá-los.

Tabela 4 – Descrição metodológica para alcançar os objetivos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METODOLOGIA
Realizar pesquisa bibliográfica que venha contribuir para obter um panorama sobre a discussão relativa às ações educativas dos bibliotecários das universidades públicas federais para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla.	Foram realizadas buscas no Portal periódicos da CAPES, Bases de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google acadêmico e Repositórios institucionais, utilizando os princípios da análise crítica de fontes de informação especificadas pela *Cornell University Library* (2016). Além disso, a partir dessa pesquisa foram escritos dois capítulos: Os repositórios digitais: uma ferramenta inovadora proporcionada pelo surgimento da internet e Letramento informacional como prática bibliotecária.
Efetuar um mapeamento das universidades públicas federais existentes no site do Ministério da Educação para identificar, dentro desse universo, quais universidades públicas federais encontradas no site do Ministério da Educação possuem RI;	Foi realizada uma pesquisa no Sistema e-Mec para identificar as universidades públicas federais brasileiras.

Identificar nos RIs as seguintes tipologias documentais referentes à comunidade discente: TCCs, monografias de especialização, dissertações e teses (literatura cinzenta) em suas coleções digitais, por serem documentos comprobatórios de final de curso da comunidade discente da instituição, com o intuito de elaborar uma tabela de quais RIs já possuem em sua coleção essas quatro tipologias documentais.	Através da identificação das universidades públicas federais brasileiras no sistema e-MEC, foi realizado a pesquisas de quais universidades possuíam repositórios institucionais. O fato da escolha (TCC, monografias de especialização, teses e dissertações) se dá porque essas tipologias documentais se referem exclusivamente à produção acadêmica dos documentos comprobatórios de final de curso da comunidade discente.
Verificar nos sites das bibliotecas das universidades públicas federais se existem cursos, palestras e seminários sobre Acesso Livre à Informação Científica, os repositórios institucionais e a questão do autoarquivamento, para tornar informacionalmente letrada a comunidade discente.	Essa verificação foi realizada nos sites das Bibliotecas centrais ou SIBI das universidades públicas federais que possuíam repositórios institucionais.
Detectar nas políticas institucionais de Acesso Livre disponibilizadas nos sites dos RIs quais os segmentos que participam do autoarquivamento, verificando se a comunidade discente está inserida nesse processo.	A pesquisa para alcançar essa metodologia foi realizada nos sites dos RIs.
Criar um protótipo de aplicativo para smartphone, objetivando contribuir para a divulgação do Movimento do Acesso Livre à Informação Científica entre os estudantes das universidades públicas federais brasileiras e como auxílio didático para os bibliotecários em suas aulas de letramento informacional sobre o Acesso Livre.	Para alcançar esse objetivo foi utilizada a plataforma do site da Fábrica de Aplicativos e a elaboração do capítulo: Proposta de aplicativo para o acesso livre

Fonte: A autora (2016)

Com o objetivo de realizar a coleta de informações e realizar a análise dos dados nos sites sobre as Universidades públicas, Repositórios institucionais, Políticas institucionais e Cursos de capacitação de usuários nos sites das bibliotecas das universidades que possuíam RIs, fizemos a escolha de uma pesquisa de caráter quali-quantitativo. De acordo com Goldenberg (2004, p. 62) “A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter mais confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico [...]”, de forma a investigar diversas questões que se encontram no decorrer da pesquisa, utilizando, além de fontes de informação, também os dados estátisticos.

5.1 DESCRIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa se deu no mapeamento das universidades publicas federais encontradas na base do e-MEC[44], que é um sistema que pertence ao Ministério da Educação (MEC). O site do MEC foi escolhido porque gerencia o sistema educacional brasileiro. Identificamos no sistema do e-MEC 62 universidades públicas federais[45] existentes no Brasil. Posteriormente, detectamos 36 repositórios institucionais desse universo das 62 universidades pesquisadas.

Escolhemos como recorte para pesquisa das coleções disponibilizadas nos RIs as seguintes tipologias documentais: TCC's de graduação, monografias de especialização, dissertações e teses para situar na pesquisa quais as universidades dispunham em seus RIs esses documentos, isso porque, são documentos comprabatórios de final de cursos da comunidade discente. Também pesquisamos nos sites dos RIs, as políticas institucionais dos RIs, para identificar se havia especificado nas políticas a questão do autoarquivamento por parte da comunidade discente dessas tipologias documentais.

Posteriormente, realizamos a pesquisa nos Sistemas de Bibliotecas das universidades públicas federais, que possuíam RIs para identificar se havia cursos de capacitação disponibilizados nos sites sobre os RIs, o acesso livre, o autoarquivamento nas ementas dos cursos e tutoriais de aulas disponibilizados nos sites. Além disso, buscamos encontrar outros tipos de materiais como: guias do usuário e FAQ's para verificar se haviam informações sobre essas temáticas para maximizar a visibilidade e o engajamento da comunidade acadêmica no uso RI da universidade.

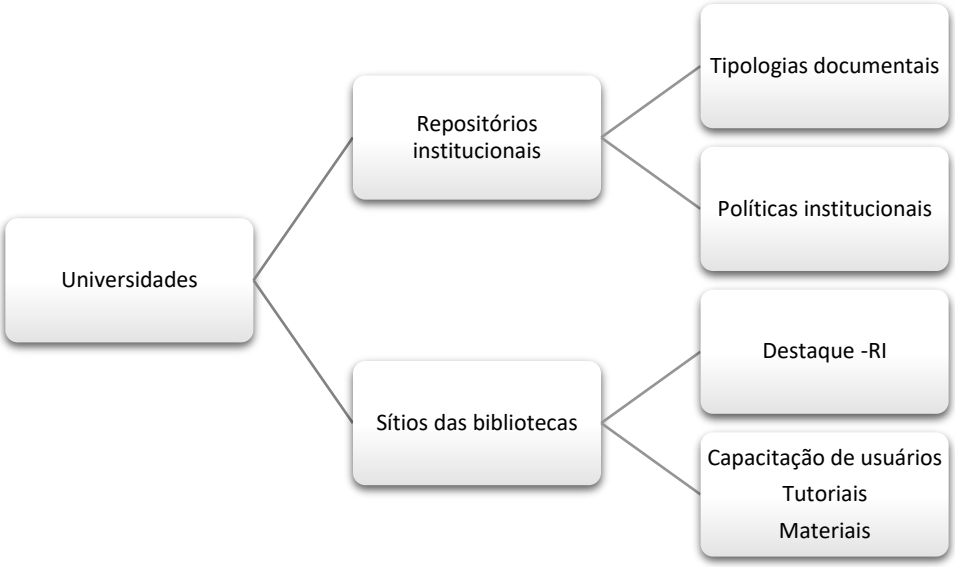
[44]e-MEC – "Foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela Internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente." Endereço eletrônico: <http://portal.mec.gov.br/e-mec>.

[45]A lista das universidades públicas encontradas no site do e-MEC está disponibilizada no apêndice A da dissertação.

5.2 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa subcessão da pesquisa relatamos todo o processo que foi utilizado para alcançar os objetivos da pesquisa. O desenho da pesquisa abaixo apresenta uma visão geral da pesquisa realizada nos sites disponibilizados na internet.

Figura 4 – Desenho da pesquisa



Fonte: A autora (2016)

Dividimos a pesquisa em sete fases, que foram descritas da seguinte forma:

a) Primeira fase da coleta de dados: mapeamento das universidades públicas federais no site e-MEC (portal eletrônico do Ministério de Educação).

O campo empírico da pesquisa[46] se deu primeiramente na coleta de dados das universidades públicas federais existentes na base do e-MEC, que é um sistema que pertence ao Ministério da Educação (MEC), objetivando identificar as universidades públicas federais existentes no Brasil. Como existiam cadastradas no sistema universidades públicas e privadas e de âmibito municipal, estadual e federal, no mapeamento da busca realizada utilizamos as seguintes categorias para identificar as universidades públicas federais: Instituição de Ensino Superior; Unidade da Federação; Categoria Administrativa: Pública Federal, Organização Acadêmica: Universidade;

[46]Início da pesquisa em 25 de novembro de 2015 e término da pesquisa em 15 de fevereiro de 2016.

Situação: Ativa. Para cada universidade pesquisada foi obrigatória a utilização do código de verificação. Nessa primeira fase da coleta de dados identificamos no sistema do e-MEC 62 universidades públicas federais[47] existentes no Brasil, sendo o universo da pesquisa que possibilitou o decorrer de toda a pesquisa.

Figura 5 – Base de dados do e-MEC

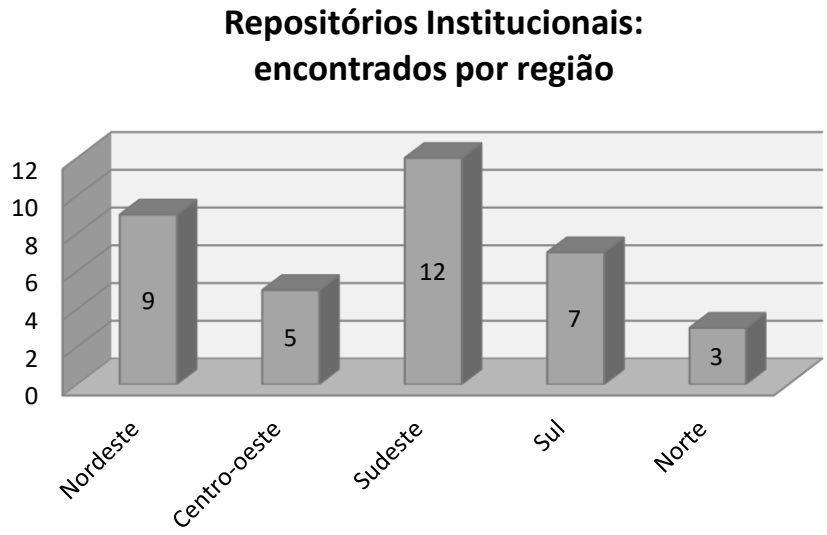
Fonte: Base de dados do e-MEC.

b) Segunda fase da coleta de dados: Identificação de quais universidades públicas federais brasileiras possuíam RIs.

A partir dos dados coletados no sistema e-MEC foi utilizada a ferramenta de busca Google para verificar quais universidades possuíam repositórios institucionais, utilizando a seguinte estratégia de busca: nome da Universidade e Repositório. Nessa segunda fase da pesquisa, do universo de 62 (100%) universidades públicas federais, identificamos 36 (58%) universidades que possuem repositórios em suas instituições e 26 (42%) que não possuíam RIs. Abaixo o Gráfico 1 com o quantitativo dos RIs[48] encontrados por região.

[47]A lista das universidades públicas encontradas no site do e-MEC está disponibilizada no apêndice A da dissertação.
[48]A tabela dos RIs com os respectivos endereços online está no apêndice B da dissertação.

Gráfico 1 – Quantitativo dos RIs encontrados por região



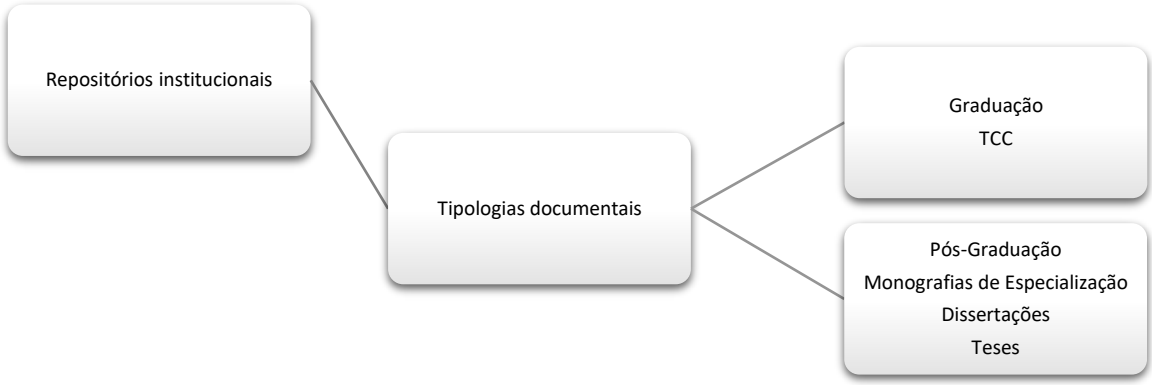
Fonte: A autora (2016)

Essa fase da pesquisa revela que as Regiões Sudeste (UFF, UFRJ, UFSCar, UNIFESP, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFU, UFV, UFVJM, UFES) e Sul (UFPR, UNILA, UTFPR, UFSC, FURG, UFPel, UFRGS) concentram o maior número de repositórios institucionais com 19 RIs no total, a Região Centro-Oeste (UFMT, UFG, UFGD, UFMS, UnB) com 5 RIs, a Região Nordeste (UFMA,UFBA, UFRB, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFAL, UFS,) com 9 RIs e a Região Norte com o menor número de RIs com apenas 3 repositórios (UFAC, UFPA, UFT). Vale destacar, que o RI da UFAC não pôde ser avaliado, pois o *link* estava indisponível no período da pesquisa.

c) Terceira fase da coleta de dados: Verificação nos sites dos RIs da existência das tipologias documentais escolhidas para análise (TCCs da graduação, monografias de especialização, dissertações e teses)

Na terceira fase da coleta de dados foram pesquisados nos sites dos repositórios das universidades quais possuíam armazenadas em suas coleções as seguintes tipologias documentais: Trabalhos de Conclusão de Curso, que se referem aos cursos de graduação, às monografias dos cursos de especialização e às dissertações e teses, que são respectivamente do mestrado e do doutorado.

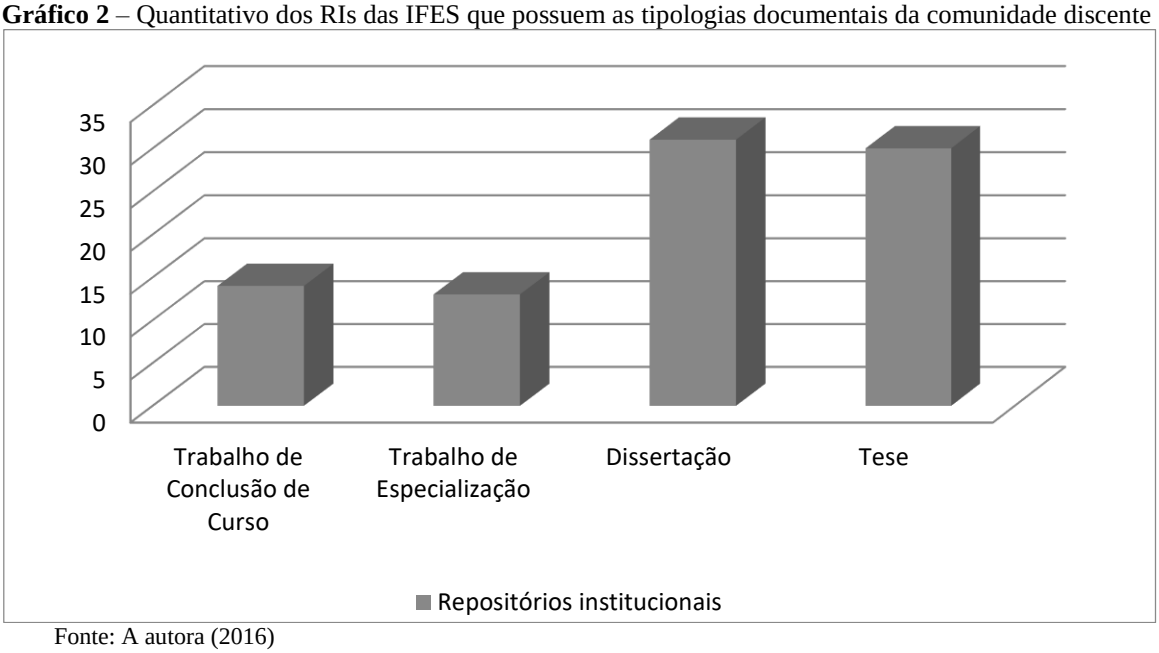
Figura 6 – Desenho da pesquisa das Tipologias documentais



Fonte: A autora (2016)

O fato da escolha se dá porque essas tipologias documentais se referem aos documentos comprobatórios de final de curso da comunidade discente. Abaixo o Gráfico 2 com os resultados da pesquisa. A tabela completa com os dados da pesquisa nos 36 RIs das tipologias documentais está no apêndice C da dissertação.

Gráfico 2 – Quantitativo dos RIs das IFES que possuem as tipologias documentais da comunidade discente



Fonte: A autora (2016)

Podemos apontar na Gráfico 2 que dos 36 RIs analisados, 10 (UFBA, UFF, UFG, UFLA, UFPR, UFRGS, UFSC, UnB, UNILA, UTPR)[49] possuem trabalhos de conclusão de curso (TCC) em seu acervo digital, 4 (FURG, UFMT, UFRJ[50], UFT)

[49]É necessário ressaltar que os Trabalhos de Conclusão de Curso da graduação e as monografias da especializaçao da UnB, UFRN e da UFTPR encontram-se em repositórios diferenciados no site de cada instituição, porém construídos com o software Dspace.
[50]É necessário ressaltar que a UFMT e a UFRJ estão em fase de implementação de seus RIs.

apesar de existir um campo específico para inclusão do TCC, não há nenhum documento depositado e 21 (UFAL, UFC, UFES, UFGD, UFJF, UFMA, UFMG, UFMS, UFOP, UFPA, UFPB, UFPE, UFPel, UFRB, UFRN, UFS, UFSCar, UFU, UFV, UFVJM, UNIFESP) não possuem campo para inclusão dos trabalhos de conclusão de curso, totalizando 14 RIs que contemplam os trabalhos de conclusão de curso dos alunos da graduação. Vale destacar que em 1 RI (UFAC) o *link*[51] estava indisponível.

Quanto às monografias de especialização, 10 RIs (UFBA, UFF, UFG, UFLA, UFPR, UFRGS, UFSC, UnB, UNILA, UTPR) possuem em seu acervo digital essa tipologia depositada, 3 RIs (UFMT, UFRJ, UFT), apesar de existir um campo específico para inclusão das monografias de especialização, não há nenhum documento depositado e 22 (FURG, UFAL, UFC, UFES, UFGD, UFJF, UFMA, UFMG, UFMS, UFOP, UFPA, UFPB, UFPE, UFPel, UFRB, UFRN, UFS, UFSCar, UFU, UFV, UFVJM, UNIFESP) não possuem campo para inclusão das monografias de especialização, totalizando 13 RIs que contemplam os campos para inserção das monografias de especialização da comunidade discente. Vale frisar que em 1 RI (UFAC) o *link*[52] estava indisponível.

Em relação às dissertações de mestrado, 28 RIs (FURG, UFAL, UFBA ,UFC, UFES, UFF, UFGD, UFJF, UFLA, UFMG, UFMS,UFOP, UFPA, UFPB, UFPE, UFPel, UFPR, UFRB, UFRGS, UFRN, UFSC, UFT, UFU, UFV, UFVJM, UnB, UNIFESP, UTFPR) possuem em seu acervo digital essa tipologia depositada, 3 (UFG, UFRJ, UNILA) apesar de existir um campo específico para inclusão das dissertações de mestrado não há nenhum documento depositado e 4 (UFMA, UFMT, UFS, UFSCar) não possuem campo para inclusão das dissertações de mestrado, totalizando 31 RIs que possuem campos para inclusão das dissertações de mestrado. Vale destacar que 1 RI (UFAC) o *link*[53] estava indisponível.

Quanto às teses de doutorado, 27 RIs (FURG, UFAL, UFBA, UFC, UFES, UFF, UFGD, UFJF, UFLA, UFMS, UFOP, UFPA, UFPB, UFPE, UFPel, UFPR, UFRB, UFRGS, UFRN, UFSC, UFU, UFV, UFVJM, UnB, UNIFESP, UNILA, UTFPR) possuem em seu acervo digital essa tipologia depositada , em 3 (UFG, ,UFRJ, UFT)

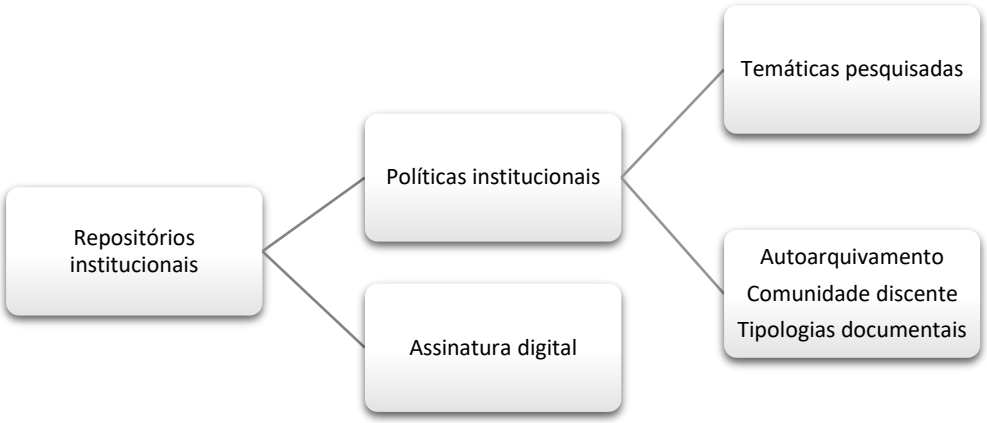
[51]Quando o link se mostrava indiponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.
[52]Quando o link se mostrava indiponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.
[53] Quando o link se mostrava indisponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.

apesar de existir um campo específico para inclusão das teses de doutorado não há nenhum documento depositado e 5 RIs não possuem campo para inclusão de teses de doutorado (UFMA, UFMG, UFMT, UFS, UFSCar), totalizando 30 RIs que possuem campos para inclusão de teses de doutorado. Vale ressaltar que em 1 RI (UFAC) olink[54] estava indisponível.

Essa diferença entre as teses e dissertações e as outras tipologias documentais se dá pelo fato de que, no momento do povoamento dos RIs das IFES, esses dados, em sua maioria, foram migrados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), visto que a Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006, publicada pelo MEC[55] tem como exigência a "[...] divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos [pelo MEC]" para aferir a qualidade dos programas de pós-graduação, não somente através das publicações dos resultados de pesquisa dos mestrandos e doutorandos em periódicos científicos, mas também por intermédio da divulgação dessas publicações em Bases de dados de Teses e Dissertações.

Quanto às políticas institucionais dos RIs [56] verificamos que 11 políticas institucionais dos 36 repositórios das IFES estão disponibilizados em seus sites.

Figura 7 – Desenho da pesquisa das políticas institucionais



Fonte: A autora (2016)

[54] Quando o link se mostrava indisponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.

[55] Muitas universidades construíram suas próprias bases para cumprir as exigências do MEC com tecnologia própria e outras utilizaram o Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE), disponibilizado pelo IBICT para criar a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações de suas instituições. (SOBRE O TEDE..., 2016)

[56]Só foram consideradas para efeito de contabilização os documentos referentes às políticas institucionais dos RIs assinados pelas reitorias, conselhos, secretarias ou coordenadorias de órgãos de colegiados das universidades.

A questão da análise das políticas institucionais disponibilizados nos sites dos RIs é fundamental para identificar como está explicitada a questão do autoarquivamento nos RIs e se a comunidade discente, epecificamente os alunos da graduação, está inserida nesse processo.

Abaixo, a Tabela 5 com as universidades que possuem políticas institucionais, totalizando 11 universidades que possuem políticas institucionais dos 36 sites de RIs pesquisados.

Tabela 5 – Quantitativo dos RIs das IFES que possuem políticas institucionais

QUANTIDADE	RI	PI
1	FURG	S
2	UFBA	S
3	UFC	S
4	UFLA	S
5	UFMS	S
6	UFOP	S
7	UFPel	S
8	UFRB	S
9	UFRGS	S
10	UFRJ	S
11	UFRN	S

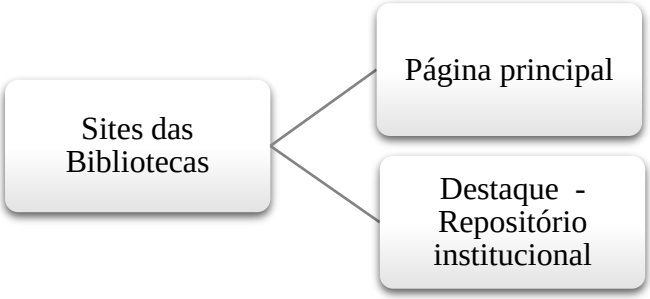
Siglas: *RI – Repositório institucional. PI – Política institucional*

Fonte: A autora (2016)

d) Quarta fase da coleta de dados: destaque do RI na página principal do site da biblioteca.

Na quarta fase da coleta de dados verificamos se o RI estava em destaque na página principal do site das bibliotecas.

Figura 8 – Desenho da pesquisa dos RIs nos sites das bibliotecas



Fonte: A autora (2016)

Observamos nessa fase da pesquisa que em muitas universidades as bibliotecas centrais[57] são consideradas a sede administrativa, assumindo, assim, o papel técnico-administrativo do sistema de bibliotecas (SIBI), principalmente por questões históricas, de forma que não existia SIBI como concebemos atualmente, um sistema que gerencia todas as bibliotecas das universidades com sede própria, sendo as outras bibliotecas consideradas unidades integrantes do SIBI. Por isso, fizemos a opção de considerar as duas. Para efeito de contabilização, consideramos a identificação do RI nos sites da Biblioteca Central ou no Sistema de bibliotecas. Identificamos 22 links de RIs (UFAL, UFBA, UFC, UFES, UFF, UFGD, UFLA, UFMA, UFMS, UFOP, UFPA, UFPR, UFRB, UFRGS, UFRN, UFS, UFT, UFU, UFV, UFVJM, UnB, UNILA) em destaque na página principal dos 36 sites das bibliotecas pesquisados. Encontramos 14 bibliotecas (FURG, UFAC, UFG, UFJF, UFMG, UFMT, UFPB, UFPE, UFPel, UFRJ, UFSC, UFSCar, UNIFESP, UTFPR) que não possuem o link do RI na página principal da biblioteca. Consideramos a importância de realizar essa pesquisa, pois o link do RI disponível na página principal da biblioteca facilita a visibilidade do RI da instituição e o acesso por parte da comunidade discente. Mesmo que um calouro nunca ouvisse falar do RI o link disponível e em destaque na página principal poderia instigar sua curiosidade em obter informações sobre o repositório. Vale frisar que em 1 RI (UFAC) o link[58] estava indisponível.

Tabela 6 – RIs das universidades que possuem destaque do RI na página principal da biblioteca

Numeração	RI	Destaque RI Link	Site
1	UFAL	S	http://www.sibi.ufal.br/
2	UFBA	S	http://www.sibi.ufba.br/
3	UFC	S	http://www.ufc.br/biblioteca
4	UFES	S	http://www.biblioteca.ufc.br/
5	UFF	S	http://www.bibliotecas.uff.br/
6	UFGD	S	http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca
7	UFLA	S	http://www.biblioteca.ufla.br/
8	UFMA	S	http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/biblioteca.jfs
9	UFMS	S	http://biblioteca.sites.ufms.br/
10	UFOP	S	http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/
11	UFPA	S	http://bc.ufpa.br/site/

[57]Consideradas em muitas universidades "[...] a unidade administrativa que coordena as atividades técnico-administrativas do Sistema de Bibliotecas (SIBI) [...]."

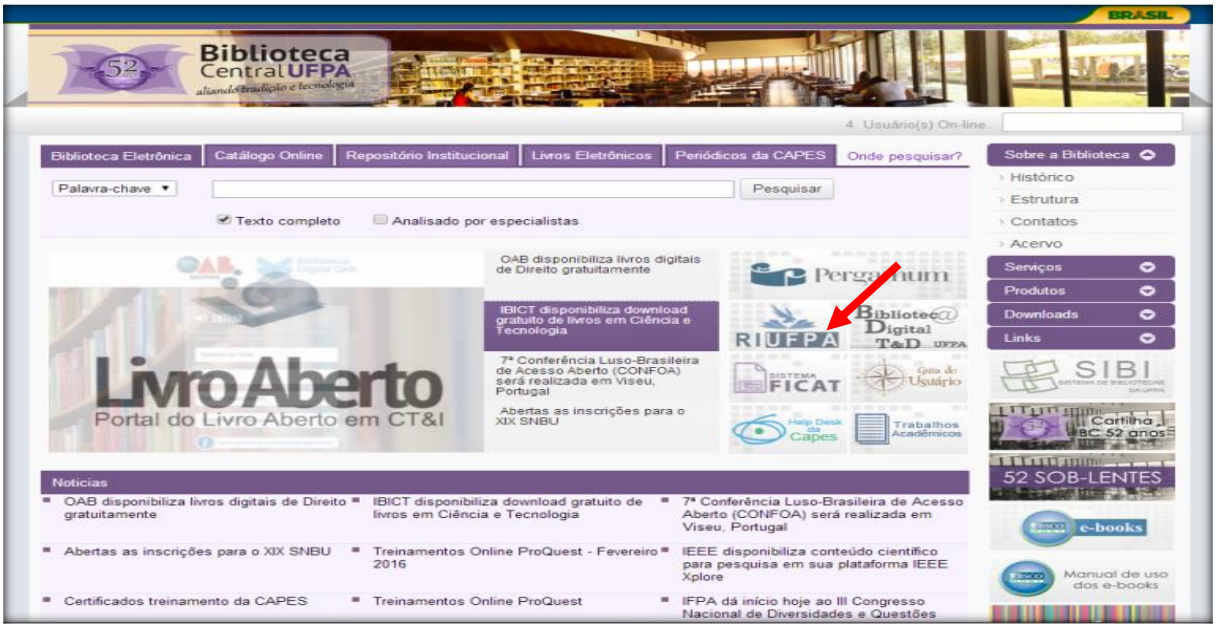
[58] Quando o link se mostrava indiponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.

12	UFPR	S	http://www.portal.ufpr.br/
13	UFRB	S	http://www1.ufrb.edu.br/biblioteca/
14	UFRGS	S	https://www.ufrgs.br/bibliotecas/
15	UFRN	S	http://sisbi.ufrn.br/bczm/
16	UFS	S	http://bibliotecas.ufs.br/
17	UFT	S	http://ww1.uft.edu.br/index.php/sistema-de-bibliotecas-sisbib
18	UFU	S	http://www.bibliotecas.ufu.br/
19	UFV	S	http://www.bbt.ufv.br/
20	UFVJM	S	http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/
21	UnB	S	http://www.bce.unb.br/
22	UNILA	S	https://www.unila.edu.br/conteudo/biblioteca-latino-americana

Fonte: A autora (2016)

Na figura abaixo, exemplificamos um tipo de biblioteca que possui o RI em destaque em sua página principal.

Figura 9 – Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará: RI em destaque



Fonte: Biblioteca Central (2016)

e) Quinta fase da coleta de dados: identificar a existência de capacitação de usuários referente ao Acesso Livre.

Na quinta fase da coleta de dados verificamos os sitíos das Bibliotecas Centrais e/ou dos SIBIs das universidades públicas federais para identificar como é realizado o trabalho de capacitação de usuários, buscando identificar se existiam ações de

capacitação[59] por parte dos bibliotecários no que concerne às seguintes categorias: Acesso Livre, repositórios institucionais e autoarquivamento.

Figura 10 – Desenho da pesquisa sobre capacitação de usuários

Fonte: A autora (2016)

O processo de pesquisa sobre capacitação de usuários se deu sempre na página inicial dos sites e na página de serviços e produtos apresentados nos sites das bibliotecas. Identificamos que dos 36 sites das bibliotecas pesquisadas apenas 2 universidades (UFBA, UFC) mencionam o repositório institucional no processo de capacitação de usuários. Encontramos 33 bibliotecas que não mencionam na capacitação de usuários o RI da instituição. Vale ressaltar que em 01 RI (UFAC) o *link*[60] estava indisponível.

Tabela 7 – Quantitativo dos RIs das IFES que possuem capacitação concernentes ao ALi

Quantidade	Bibliotecas	Capacitação	AL	RI	Autoarquivamento	Site
1	UFBA	S	N	S	N	http://www.sibi.ufba.br/produtos-servicos
2	UFC	S	N	S	N	http://www.biblioteca.ufc.br/educacao-de-usuarios/1185-cursos

Siglas: *AL – Acesso livre. RI – Repositório institucional*
Fonte: A autora (2016)

[59]Termos encontrados para capacitação de usuários nos sites das bibliotecas: Assistência aos usuários, Capacitação de usuários, Educação de usuários, Formação de usuários, Programa de Educação continuada de usuários, Treinamento de usuários, Treinamento e capacitação de usuários.

[60] Quando o link se mostrava indiponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.

Na Figura 11 abaixo, exemplificamos um tipo de biblioteca que menciona em seu site capacitação de usuários sobre o repositório institucional.

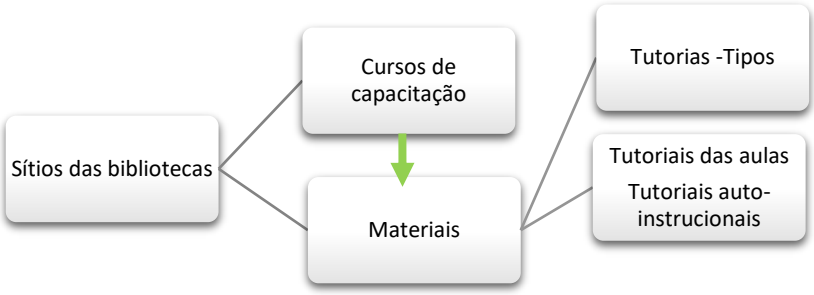
Figura 11 – Capacitação de usuários sobre o RI

Fonte: Cursos (2016)

f) Sexta fase da coleta de dados: identificar a existência de materiais referentes aos cursos de capacitação de usuários.

Na sexta fase da coleta de dados procuramos identificar nos sites das bibliotecas das universidades públicas federais (Bibiotecas centrais e/ou SIBIs) se existiam disponibilizados materiais referentes aos cursos de capacitação, versando sobre o Acesso Livre, RI e o autoarquivamento nos sites das bibliotecas.

Figura 12 – Desenho da pesquisa sobre materiais disponíveis nos sites das bibliotecas



Fonte: A autora (2016)

Identificamos que, dos 36 sites das bibliotecas pesquisadas, apenas 3 universidades (UFES, UFRGS, UFSC) têm disponível em seus sites tutoriais[61] referentes às aulas ministradas nos cursos de capacitação e 2 bibliotecas (UFC, UNILA) disponibilizam em seus sites tutorais[62]auto-instrucionais. Sendo assim, 31 sites de bibliotecas (FURG, UFAC, UFAL, UFBA, UFF, UFG, UFGD, UFJF, UFLA, UFMA, UFMG, UFMS, UFMT, UFOP, UFPA, UFPB, UFPE , UFPel, UFPR, UFRB, UFRJ, UFRN, UFS, UFSCar, UFT, UFU UFV, UFVJM, UnB, UNIFESP, UTFPR) não disponibilizam nenhum dos dois tipos de tutoriais.Vale destacar que em 1 RI (UFAC) o *link*[63] estava indisponível.

Tabela 8 – Tutorais das aulas disponibilizados nos sites das bibliotecas referentes aos cursos de capacitação

Numeração	Bibliotecas	Tutoriais_Aulas	Site
1	UFES	S	http://www.bc.ufes.br/content/fontes-de-informa%C3%A7%C3%A3o-line
2	UFRGS	S	https://www.ufrgs.br/bibliotecas/capacitacoes/seminariosrealizados/
3	UFSC	S	http://portal.bu.ufsc.br/files/2013/10/SLIDES_FI_2015_CC.pdf

Fonte: A autora (2016)

Na Figura 13 abaixo, exemplificamos um tipo de biblioteca que disponibiliza o tutorial da aula, onde menciona o repositório institucional.

[61] Compreende-se o material disponiblizado das aulas ministradas nos cursos de capacitação de usuário, seja em formato do arquivo em PDF (Adobe) ou Slide Share, que continham alguma informação sobre a temática pesquisada.
[62]Compreende-se aqui o aprendizado de forma independente de busca e uso do RI por parte do aluno através do material instrucional disponibilizados nos sites da biblioteca.
[63] Quando o *link* se mostrava indiponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.

Figura 13 – Tutorial de aula: Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo

Fonte: Fontes de informação *online* (2010)

Tabela 9 – Tutorais auto-instrucionais dos RIs disponibilizados nos sites das bibliotecas

Quantidade	Bibliotecas	Tutoriais_RI	Site
1	UFC	S	http://www.biblioteca.ufc.br/educacao-de-usuarios/1186-tutoriais
2	UNILA	S	https://www.unila.edu.br/repositorio-institucional

Fonte: A autora (2016)

Nas Figuras 14 e 15, exemplificamos um tipo de biblioteca que disponibiliza o tutorial auto-instrucional, onde descreve o passo a passo de como usar o repositório institucional, Compreende-se aqui o aprendizado de forma independente de busca e uso do RI por parte do aluno através do material instrucional disponibilizado no site da biblioteca.

Figura 14 – Tutorial auto-instrucional Conhecendo o Repositório Institucional da UFC

Fonte: Tutoriais (2016)

Figura 15 – Tutorial auto-instrucional da Universidade Federal do Ceará

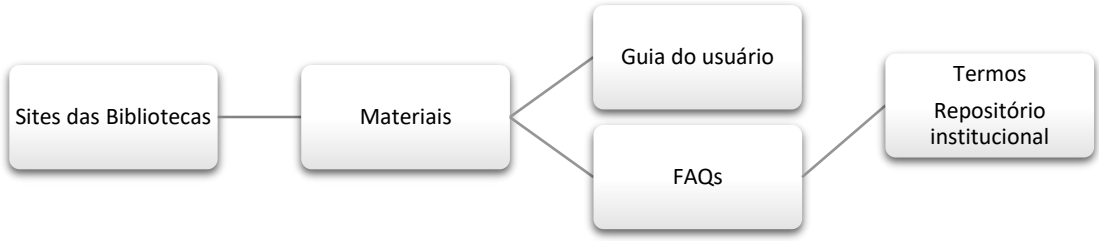
Fonte: Repositório Institucional da UFC – Tutorial (2016)

g) Sétima fase da coleta de dados: identificar nos guias do usuário e FAQ's[64] informações sobre o RI

[64]"FAQ é um acrônimo da expressão inglesa Frequently Asked Questions, que pode ser traduzido por «Perguntas Mais Frequentes»".

Na sétima fase da coleta de dados procuramos identificar nos sites das bibliotecas das universidades públicas federais (Bibiotecas centrais e/ou SIBIs) se havia informações nos guias do usuário e FAQs sobre o RI para a comunidade acadêmica das universidades.

Figura 16 – Desenho da pesquisa: guia do usuário e FAQ's



Fonte: A autora (2016)

Identificamos que dos 36 sites das bibliotecas pesquisadas apenas 4 (UFLA, UFPA, UFPel, UFRN) mencionam o repositório institucional no guia do usuário e 1 (UFRGS) no FAQ[65]. Sendo assim, contabilizamos que 31 bibliotecas não mencionam em seu guia do usuário os repositórios e 35 não mencionam no FAQ. Vale realçar que em 1 RI (UFAC) o *link*[66] estava indisponível.

Tabela 10 – Materiais disponibilizados nos sites das bibliotecas: FAQ e guia do usuário

Bibliotecas	FAQ	Guia_Us	Site
UFLA		S	http://www.biblioteca.ufla.br/wordpress/wp-content/uploads/GuiaUsu%C3%A1rio22.10.15OK.pdf
UFPA		S	http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/guia2014.pdf
UFRGS	S		https://www.ufrgs.br/bibliotecas/faq/
UFPel		S	http://wp.ufpel.edu.br/sisbi/files/2013/12/Guia-das-Bibliotecas-2014.pdf
UFRN		S	http://sisbi.ufrn.br/bczm/pagina.php?a=guia_usuario#.VuSPfZwrLIU

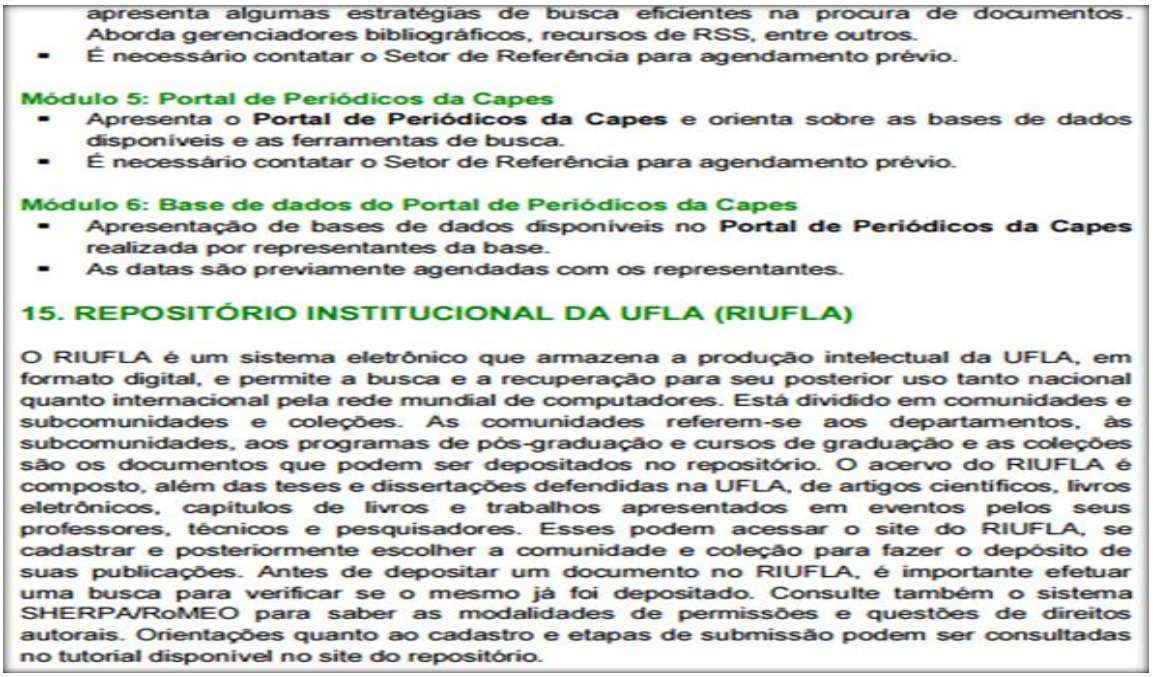
Fonte: A autora (2016)

Nas Figuras 17 e 18 abaixo apresentamos um exemplo de guia de usuário e FAQ onde menciona o RI.

[65]"FAQ é um acrônimo da expressão inglesa Frequently Asked Questions, que pode ser traduzido por «Perguntas Mais Frequentes»".

[66] Quando o link se mostrava indiponível procurou-se visitar os sites dos RIs até terminar a pesquisa para verificar sua indisponibilidade real.

Figura 17 – UFLA: Exemplo de guia de usuário onde menciona o RI



apresenta algumas estratégias de busca eficientes na procura de documentos. Aborda gerenciadores bibliográficos, recursos de RSS, entre outros.
- É necessário contatar o Setor de Referência para agendamento prévio.

Módulo 5: Portal de Periódicos da Capes
- Apresenta o **Portal de Periódicos da Capes** e orienta sobre as bases de dados disponíveis e as ferramentas de busca.
- É necessário contatar o Setor de Referência para agendamento prévio.

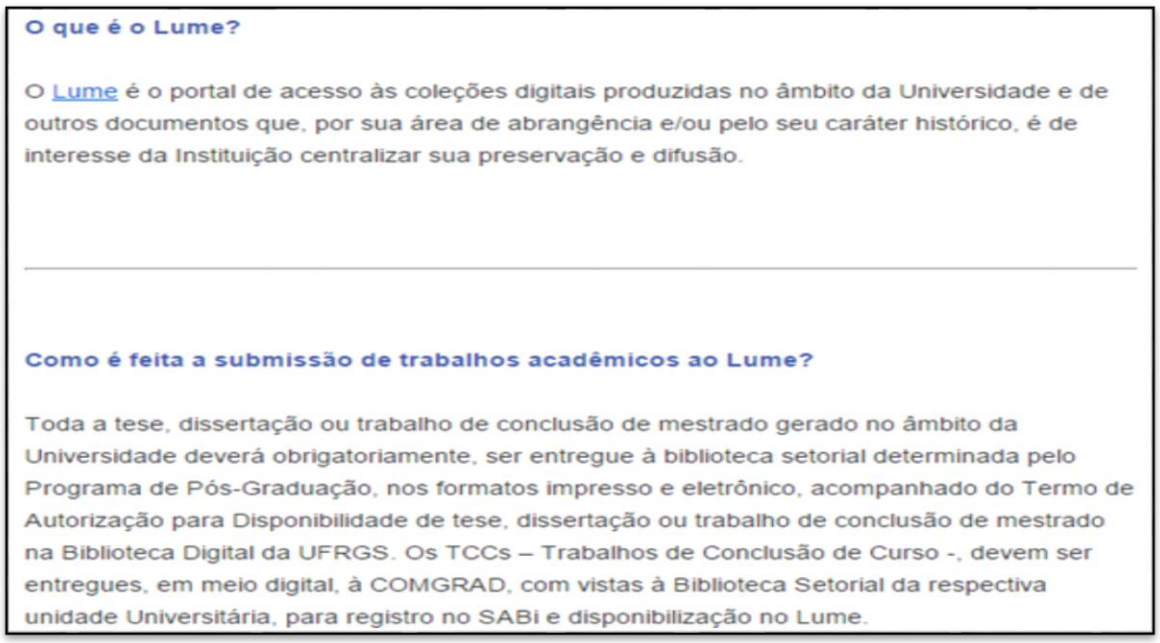
Módulo 6: Base de dados do Portal de Periódicos da Capes
- Apresentação de bases de dados disponíveis no **Portal de Periódicos da Capes** realizada por representantes da base.
- As datas são previamente agendadas com os representantes.

15. REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFLA (RIUFLA)

O RIUFLA é um sistema eletrônico que armazena a produção intelectual da UFLA, em formato digital, e permite a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores. Está dividido em comunidades e subcomunidades e coleções. As comunidades referem-se aos departamentos, às subcomunidades, aos programas de pós-graduação e cursos de graduação e as coleções são os documentos que podem ser depositados no repositório. O acervo do RIUFLA é composto, além das teses e dissertações defendidas na UFLA, de artigos científicos, livros eletrônicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos pelos seus professores, técnicos e pesquisadores. Esses podem acessar o site do RIUFLA, se cadastrar e posteriormente escolher a comunidade e coleção para fazer o depósito de suas publicações. Antes de depositar um documento no RIUFLA, é importante efetuar uma busca para verificar se o mesmo já foi depositado. Consulte também o sistema SHERPA/RoMEO para saber as modalidades de permissões e questões de direitos autorais. Orientações quanto ao cadastro e etapas de submissão podem ser consultadas no tutorial disponível no site do repositório.

Fonte: Guia do usuário (2015)

Figura 18 – UFRGS: Exemplo de um FAQ de biblioteca que menciona o RI



O que é o Lume?

O Lume é o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão.

Como é feita a submissão de trabalhos acadêmicos ao Lume?

Toda a tese, dissertação ou trabalho de conclusão de mestrado gerado no âmbito da Universidade deverá obrigatoriamente, ser entregue à biblioteca setorial determinada pelo Programa de Pós-Graduação, nos formatos impresso e eletrônico, acompanhado do Termo de Autorização para Disponibilidade de tese, dissertação ou trabalho de conclusão de mestrado na Biblioteca Digital da UFRGS. Os TCCs – Trabalhos de Conclusão de Curso -, devem ser entregues, em meio digital, à COMGRAD, com vistas à Biblioteca Setorial da respectiva unidade Universitária, para registro no SABi e disponibilização no Lume.

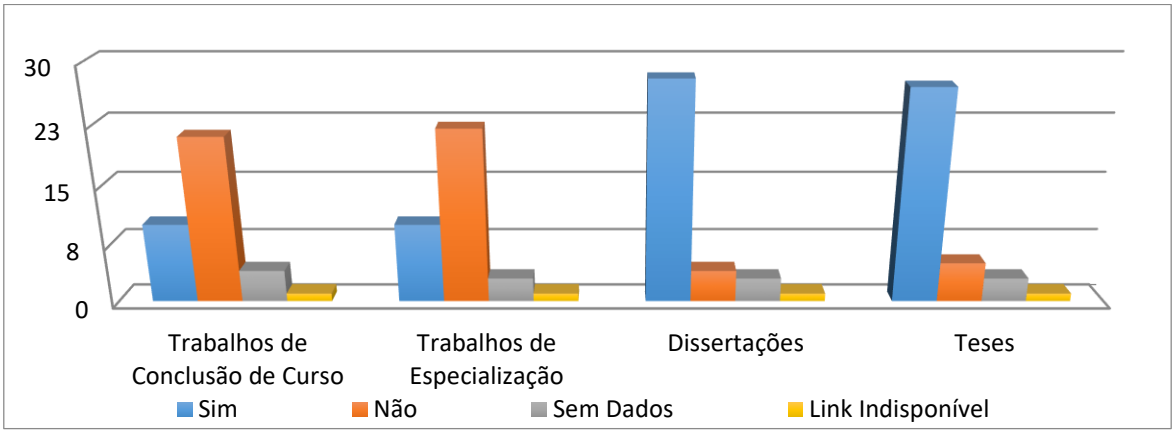
Fonte: FAQ da UFRGS.

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Podemos observar que na primeira e segunda fases da coleta de dados, ao realizar o levantamento das universidades públicas existentes no Brasil, com o objetivo de identificar quais universidades possuem RIs, das 62 universidades encontradas (100%) identificamos 36 (58%) universidades que possuíam RIs em suas instiuições, sendo que dentro desse universo algumas estavam em fase de implementação, não possuindo dados em muitas coleções já criadas em seus RIs, como por exemplo, UFC, UFES,UFRJ etc. Apenas possuíam metadados para posterior inclusão dos dados.

Quanto ao resultado das tipologias documentais[67] inseridas no acervo digital dos RIs das universidades públicas federais da comunidade discente, especificamente da graduação e especialização em relação aos discentes do mestrado e doutorado, encontramos uma diferença significativa no resultado da existência dessas tipologias. No Gráfico 3 conseguimos visualizar claramente a realidade das monografias de graduação em relação as outras tipologias documentais delimitadas nessa pesquisa, onde apenas 10 dos 36 RIs identificados das IFES no sistema do e-MEC possuem metadados para inclusão de TCCs em seu acervo digital, ocorrendo o mesmo com os trabalhos de especialização. Enquanto encontramos 28 RIs que possuem metadados para inclusão dissertações de mestrado e 27 RIs para teses de doutorado.

Gráfico 3 – Comparativo entre os TCCs e Trabalhos de especialização em relação às Teses e Dissertações dos RIs das IFES



Fonte: A autora (2016)

[67] Análise da terceira fase da coleta de dados.

Esse resultado ratifica a necessidade do bibliotecário possuir um olhar diferenciado relacionado a esses discentes no que se refere ao Acesso Livre, de forma a inseri-los já na graduação e especialização nesse movimento.

Vale ainda ressaltar que, desse universo de 36 RIs pesquisados, apenas 8 universidades possuem em seus RIs todas as tipologias documentais referentes à comunidade discente delimitadas para essa pesquisa (TCC's de graduação, monografia de especialização, dissertações e teses). Isso indica que os discentes dos programas de mestrado e doutorado, apesar das exigências do MEC de visibilidade da produação científica desse segmento, também denota uma lacuna de envolvimento desses alunos no que se refere ao Acesso Livre e à questão do autoarquivamento. Isso porque grande parte das teses e dissertações existentes foram fruto da migração de dados da BDTD de suas universidades e porque na cultura das universidades brasileiras que possuem RIs, são os funcionáros das bibliotecas que realizam o depósito dessas tipologias documentais.

Nessa perspectiva, como já discorrido em toda a construção dessa pesquisa, a atuação do bibliotecário, de forma a tornar informacionalmente letrada os discentes das universidades públicas federais, seria fundamental nessa iniciativa para transformar esse quadro e consolidar o Acesso Livre no Brasil. Ainda na terceira fase da coleta de dados, pesquisamos quais RIs possuíam Políticas institucionais disponiblizados nos seus sites. Como já mencionado, dos 36 repositórios, apenas 11 universidades possuem políticas institucionais. Dentro do contexto dessa pesquisa, que era identificar como era realizado o autoarquivamento das tipologias documentais pela comunidade discente das universidades que possuíam RIs, verificamos, de acordo com a Tabela 11 abaixo, que apenas a UFRGS destaca claramente na portaria[68] que regulamenta a política institucional do Lume o termo autoarquivamento como uma atividade a ser realizada pelo autor ou pela responsável da comunidade do RI, com a supervisão técnica do RI. Entretanto, nos documentos posteriores para regulamentação da política, discriminam que o processo de submissão dessas tipologias documentais ficam sob a responsabilidade das Bibliotecas setoriais em compartilhamento com a Comissão de Graduação[69] e Secretarias de Pós-Graduação[70].

[68] Portaria nº 5068/2010 - UFRGS - Estabelece a Política Institucional de Informação para o Lume. (BRASIL, 2010e)
[69] Instrução Normativa nº 01/2010 - PROGRAD - Regulamenta a disponibilização de trabalho de conclusão de curso de graduação (TCC) no Lume. (BRASIL, 2010g)
[70] Of. Circ. nº 07/2007 - PROPG - Instruções para submissão de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de mestrado e de especialização para disponibilização da BD-UFRGS. (BRASIL, 2007b)

Tabela 11 – Depósito da produção acadêmcia nas Políticas Institucionais[71]

Universidades	Depósito da produção acadêmica
FURG	Resolução Nº 005/2010[72],16 de abril de 2010. "[...] Art. 7º. O RI será alimentado pelas Unidades da FURG [...]".
UFBA	"Portaria nº 024/2010[73], 07 de janeiro de 2010.[...] Art. 2º. [...]alimentado pela comunidade científica institucional [...]. Art. 6º. A Biblioteca Central ou outra unidade da universidade podem alimentar o RI, mediante aprovação dos autores."
UFC	Resolução nº 02/CONSUNI[74], 29 de abril de 2011. "[...] Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição [...] Art. 11. A Biblioteca Universitária poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios".
UFLA	"Resolução CUNI nº 082[75], 13 de novembro de 2012. Art. 5º, I. Depósito realizado pela comunidade acadêmica."
UFMS	Resolução nº61[76], 21 de julho de 2011. No documento principal não especifica como é realizado o depósito. Tem anexo, porém não tivemos acesso ao documento.
UFOP	Resolução CEPE nº5.525[77]de 7 novembro de 2013. "[…] Art. 5º Depósito realizado pela comunidade acadêmica [...] Art. 7º Para facilitar opovoamento do RI/UFOP, o SISBIN ou qualquer outraUnidade desta Universidade poderá promover o registro da produção científica, mediante autorização dos autores e/ou das editoras científicas que detiverem seus direitos patrimoniais, efetuando a entrada de cada documento no RI/UFOP ou importando os dados já registrados em outros repositórios."
UFPel	Resolução nº4[78], de 24 de junho de 2010. Art. 2°. Depósito realizado pela comunidade acadêmica ou pessoa designida pelo professor ou pesquisador para realizar a submissão de suas publicações.
UFRB	Portaria nº 771[79], 6 de setembro de 2013. "Art. 3º. O depósito será inicialmente realizado pelas Bibliotecas dos Centros."
UFRGS	Portaria nº 5068[80], de 13 outubro de 2010. "[...] Art. 12. Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFGRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade. No caso, de autoarquivamento, o registro de metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação técnica do LUME."
UFRJ	Resolução nº 01/2015[81], 02 de junho de 2015. "[...] Art. 2º O RIP é uma responsabilidade compartilhada, cabendo ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) desta Universidade o desenvolvimento e alimentação para a guarda e preservação da produção científico-acadêmica de toda a UFRJ em suporte digital e à Superintendência de Tecnologia de

[71] Como cada instituição tinha um nome e informações diferenciadas na política do RI disponibilizada no site do RI, para agrupá-las colocamos um único título - Políticas institucionais – de forma a uniformizar e contemplar as políticas de acesso livre, de informação de funcionamento do RI descritas em suas políticas.
[72]FURG - Política do RI (BRASIL, 2010b).
[73] UFBA - Política Institucional (BRASIL, 2010a).
[74] UFC - Política Institucional de Informação (BRASIL, 2011b).
[75] UFLA - Política Institucional de Informação (BRASIL, 2012).
[76] UFMS – Repositório institucional (BRASIL, 2011a).
[77] UFOP - Política de Informação do RI (BRASIL, 2013c).
[78] UFPel - Política institucional (BRASIL, 2010c).
[79] UFRB - Política do RI (BRASIL, 2013a).
[80] UFRGS - Política Institucional de Informação (BRASIL, 2010e).
[81] UFRJ - Política de Informação do Repositório Institucional.

	Informação e Comunicação (SuperTIC) sua implantação, hospedagem e manutenção.”
UFRN	Resolução nº 059/2010-CONSEPE[82], de 13 de abril de 2010. “[...] Art. 3º. O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição [...]. Art. 9º. A Biblioteca Central Vila Mamede (BCZM) poderá também efetuar o registro da produção científica, mediante autorização dos autores, seja realizando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios”.

Fonte: A autora (2016)

Nas outras universidades encontramos na política os termos *alimentação* (FURG, UFBA, UFRJ) e *depósito* (UFC, UFLA, UFOP, UFPel, UFRB, UFRN). Entretanto, destaca-se a participação no povoamento do RI a comunidade acadêmica da UFBA, UFC, UFLA, UFOP, UFPel e UFRN. Vale destacar que a UFMS, apesar de possuir uma política institucional, não menciona como é a participação da comunidade acadêmica na atividade de autoarquivamento.

Constatamos que o povoamento dos RIs está intrisicamente ligado com as normas estabelecidas pelas políticas institucionais dos RIs das universidades referentes aos mesmos, porém o que observamos é que as políticas precisam ser mais claras quanto à cooperação de toda a comunidade discente no processo de participação do autoarquivamento dos documentos comprabatórios de final de curso (TCC’s de graduação, monografias de especialização, dissertações e teses), pois são as bibliotecas que ficam responsáveis pelo povoamento do RI em relação a essas tipologias documentais.

A necessidade de inclusão da comunidade discente, principalmente da graduação, é uma constatação nas políticas sobre esse assunto, pois a única universidade a mencionar uma parcela de participação na atividade de autoarquivamento foi a UFPel, onde subtentende-se que os alunos de iniciação científica realizam o depósito de sua produção científica. Entretanto, não menciona os documentos comprabatórios de final de curso. É necessário que essa atividade por parte da comunidade seja incluída de forma clara nas políticas institucionais dos RIs das universidades, com vistas a realizar a inclusão e engajamento desse segmento no Movimento de Acesso Livre à Informação Cientifica como estratégia de transformar o quadro do ALi no Brasil.

Na quarta fase da coleta de dados sobre os RIs que possuíam destaques na página principal das bibliotecas das universidades públicas federais, apesar dos 36 sites

[82] UFRN - Política de Informação. (BRASIL, 2010d)

de bibliotecas analisados, apenas 22 possuíam destaque na página principal. Posicionar em destaque o RI da instituição na página principal é primordial para facilitar o acesso, a visibilidade e a divulgação para comunidade acadêmica de que existe um repositório na universidade. Propõe-se que logo na página principal não se coloque apenas o link, porém o conceito e a finalidade do RI. Em alguns sites, apesar de estar na página principal em destaque, o RI se perdia no meio das outras informações disponiblizadas na página, tornando a visibilidade nebulosa. A importância do RI é primordial, pois o seu acervo digital é a memória da produção científica da comunidade acadêmica.

A visibilidade da informação científica inserida no RI tem início em simples ações. O destaque principal do RI na página principal é uma dessas ações. Interessante observar que, apesar das instituições possuírem RI, há ainda 14 sites de bibliotecas que não apresentaram destaque na página principal. Necessário ressaltar, portanto, nessa análise, que 2 universidades (UFRJ, UFMT) 83 estavam ainda no momento dessa coleta de dados com seus RIs em fase de implementação. Além disso, os repositórios institucionais são jovens no Brasil e é necessário caminhar para ações mais efetivas de forma a maximizar o RI na universidade. Sugere-se, como estratégia para maior divulgação dos RIs nas universidades, o destaque dos mesmos nas páginas principais das universidades, de forma a maximizar a sua visualização pela comunidade acadêmica. Na quinta fase da coleta de dados, que se refere à pesquisa de cursos de capacitação de usuários sobre o Acesso Livre, especificamente a via verde, que são os RIs e a questão do autoarquivamento, observamos o baixo índice nos sites das bibliotecas sobre a capacitação de usuário referente a essas temáticas, pois, dos 36 sites pesquisados, apenas 2 universidades (UFBA e UFC) apresentavam no site da biblioteca menção sobre o curso de capacitação em RI, entretanto nenhuma biblioteca apresentou de forma visível em sua ementa essa temática sobre autoarquivamento. A UFBA destaca em seu curso de capacitação a apresentação aos alunos iniciantes de graduação sobre o RI da universidade, o que é uma iniciativa singular para inserir esses discentes no Movimento de Acesso Livre. Esse resultado revela um campo no qual os bibliotecários devem ter ações que venham realizar a inclusão desse segmento no Acesso Livre. Sugere-se que as bibliotecas universitárias realizem cursos de capacitação específicos relativos à temática do Acesso Livre para a comunidade discente, com o

[83] No apêndice C encontra-se a tabela completa com quantitativo dos RIS das IFES que possuem metadados para as tipologias documentais da comunidade discente.

objetivo de torná-los informacionalmente letrados nesse movimento. No capítulo sobre letramento informacional como prática bibliotecária, incluímos uma subseção como sugestão de um Programa de Letramento Informacional sobre o Acesso Livre para ser ministrado pelos bibliotecários.

Na sexta fase da coleta de dados, pesquisamos os tutoriais disponibilizados dos cursos de capacitação disponibilizados nos sites das bibliotecas,de modo a verificarmos se havia referência ao Acesso Livre à Informação Científica. Encontramos dois tipos de tutoriais disponiblizados nos sites das bibliotecas: tutoriais de aulas e tutoriais auto-instrucionais. Identificamosna ementa ou título dos cursos de capacitação apenas duas universidades (UFBA, UFC) que mencionavam sobre o ALi de forma visível. Encontramos, também, 3 sites de bibliotecas que mencionavam o Acesso Livre, sem portanto estarem discriminadas de forma visível que essa informação seria estudada nos cursos de capacitação, a saber: UFES, UFRGS e UFSC. Nessa fase também encontramos apenas 2 tutoriais auto-instrucionais (UFC, UNILA) que foi uma excelente iniciativa dessas universidades para que o próprio aluno aprenda de forma didática e independente sobre o Acesso Livre.

Na sétima fase, ao pesquisar informações sobre o Acesso Livre nos Guias do Usuário e FAQ's dos 36 sites analisados, apenas 4 as mencionavam no Guia do Usuário e 1 no FAQ's. Ao analisarmos essa informação, ratificamos ainda a necessidade de mais ações por parte dos bibliotecários das universidades públicas federais, com o intuito de tornar disponíveis informações de forma sistemática sobre o Acesso Livre em todos os produtos criados e disponíveis nos sites das bibliotecas.

Em função desses resultados decidiu-se criar um aplicativo para disponíveis móveis sobre o Acesso Livre, objetivando maximizar a temática nas universidades públicas federais e servir como auxílio didático para os bibliotecários em suas aulas de capacitação sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica.

6 **PROPOSTA DE APLICATIVO PARA O ACESSO LIVRE**

Segundo Mavodza (2013), os bibliotecários e educadores estão cientes da importância e popularidade dos dispositivos móveis. Entretanto, é necessário que esses dispositivos sejam percebidos pelos alunos e utilizados para situações de aprendizagem. A autora destaca que é necessário compreender como os usuários interagem com a Internet, pois o entendimento dos padrões de utilização dessas tecnologias de informação e comunicação influenciam diretamente o trabalho dos bibliotecários e educadores, sendo necessário que esses profissionais se adaptem a essa mudança de paradigma. Ela ressalta em estudo realizado no *EDUCAUSE Center for Applied Research*[84] em 2012, que esses dispositivos são mais utilizados pelos alunos de graduação para navegação em redes sociais e ligações pessoais do que para comunicação acadêmica.

Goldner (2011 apud MAVODZA 2013) ainda menciona que os bibliotecários podem incentivar o uso de sites como *Flickr* ou *Picasa Web* pelos usuários para compartilhar fotos que são relevantes para as suas atividades acadêmicas, ou ter uma conta da rede social de sua biblioteca, como *Twitter*, *Facebook* ou qualquer uma das plataformas similares que estão atualmente em uso na rede.

Nessa mesma linha de pensamento Lippincott (2010) destaca o potencial dos dispositivos móveis, principalmente os *smartphones*, no ensino superior, visto que seu uso se tornou quase onipresente na sociedade atual. Ressalta que esse dispositivo se tornou o principal meio para acessar informações na internet, sendo uma ferramenta que será cada vez mais utilizada não somente para acessar informações, mas também para criar conteúdos digitais para as atividades acadêmicas, como por exemplo, o discente tirar uma fotografia ou gravar um vídeo para utilizar em suas apresentações e atividades em sala de aula ou na produção de um texto acadêmico.

Lippincott (2010) sugere que os bibliotecários podem ensinar a comunidade discente sobre a riqueza de informações que eles podem acessar através desse dispositivo como apoio em suas pesquisas, ensinando como organizar suas referências através de softwares disponibilizados na internet para organizar suas informações em seus *smartphones*. Essa iniciativa requer, por parte do bibliotecário, a disponibilidade de

[84] (ECAR..., 2012)

estar aberto a novas inovações e sua aplicabilidade no ambiente acadêmico, desenvolvendo competências e habilidades para ensinar essas ferramentas.

O autor menciona o exemplo de dois estudantes de graduação da *Stanford University* que contribuiram com um aplicativo para *iPhone* chamado *iStanford*, em parceria com a unidade de tecnologia da universidade, para facilitar a comunicação e a disponibilização de informações no campus com a aprovação da *Stanford University*. Ele também sugere que nesse exemplo os bibliotecários também podem realizar parcerias com estudantes e professores de suas universidades para desenvolver aplicativos voltados para as bibliotecas de modo a tornar os conteúdos informacionais oferecidos pela biblioteca mais visíveis e úteis para a comunidade acadêmica, participando de forma mais efetiva do processo de ensino-aprendizagem da comunidade. Segundo Carvalho (2015),

> a utilização crescente de dispositivos móveis na Internet tem levado ao desenvolvimento dos websites responsivos para dar resposta otimizada à visualização da informação em vários dispositivos (smartphones, tablets e computadores). Recentemente, foi a vez do motor de pesquisa Google alterar as suas regras de apresentação dos resultados em função da capacidade de um website de ser apresentado aos dispositivos móveis (designado por *mobile-friendly*). É previsível que esta nova regra da Google venha a ser seguida pelos principais motores de pesquisa [sic] pois o acesso à Internet através de dispositivos móveis tem vindo a crescer e esta medida surge como uma forma de facilitar o acesso e a experiência de uso dos utilizadores. Além da questão de usabilidade e interface, este tópico pode ser particularmente importante para os repositórios no que diz respeito à sua visibilidade na web e ao acesso aos seus conteúdos.

Dentro desse contexto, consolidamos a ideia de disponibilizar em um aplicativo para *smartphone* os principais conteúdos sobre o Acesso Livre condensados em um aplicativo para que o aluno pudesse ter na palma de sua mão (ZAREMBA, 2014) as principais infomações sobre esse movimento.

Esse aplicativo foi criado com a plataforma da empresa Fábrica de aplicativos[85], como mencionado na descrição metodológica do Aplicativo Acesso Aberto. Vale destacar que a Fábrica de aplicativos apresenta alguns exemplos interessantes de aplicativos para *smartphone* na área de educação para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula e facilitar a interação dos alunos com suas instituições de ensino.

[85] Endereço eletrônico: <http://fabricadeaplicativos.com.br/>.

Esses aplicativos possibilitam que professores compartilhem o conteúdo de suas aulas, material complementar, vídeos, temáticas voltadas para disciplina no canal *YouTube*, integrar páginas da web no aplicativo, utilizar a ferramenta de notificação push para enviar mensagens em larga escala sobre novos conteúdos disponíveis no aplicativo. Além disso, disponibiliza a ferramenta *Mural*, onde os usuários podem estar sempre interagindo através do aplicativo com o professor ou criador do mesmo, dentre outras funcionalidades.

Vale salientar, o caso de uma escola na qual uma professora do nono ano do Colégio I. L. Peretz, desafiou sua turma acriar um aplicativo sobre a ditadura militar brasileira. A turma foi dividida em grupos e cada grupo criou o seu aplicativo. No final, tiraram de cada *app* as melhores ideias e fizeram o aplicativo Ditadura da Memória (YANG, 2016). São iniciativas que podemos levar para o contexto da universidade, pois é essa geração estimulada pelas tecnologias móveis que chegará às nossas universidades conectada e familiarizada com os dispositivos móveis. Por isso, bibliotecários e professores podem usar essa tecnologia a favor da construção e disseminação de novos conhecimentos para geração atual e para as gerações futuras.

Nesse aspecto, a criação do aplicatico Acesso Aberto visa contribuir e auxiliar para a divulgação do Movimento do Acesso Livre à Informação Científica entre os estudantes das universidades públicas federais brasileiras. O aplicativo Acesso aberto possui 27 abas no total com informações que discorrem sobre o Movimento de Acesso Aberto. Estas incluem o conceito, propósito, seu histórico, sobre a via dourada e a via verde, sites dos repositórios das universidades públicas existentes no Brasil, conceito de autoarquivamento, diretórios e registros de repositórios, políticas editorais, site do *Ranking Web Repositories*[86], os softwares livres mais usados para construção de RIs, portais de repositórios, galeria de áudios baixados do *YouTube*, sinalizando também seus respectivos vídeos, fontes de informação sobre o acesso aberto, mural, onde o usuário pode dar sugestões, comunicar eventos, tirar dúvidas sobre a temática, etc, contato através de *e-mail* e o objetivo do aplicativo.

Além dessa geração chamada de nativos digitais, que foi criada com a influência da internet e já atuante nas universidades, existe outra geração chamada de geração *touch*, que assim foi definida por ser a primeira geração ligada desde a sua infância com o universo totalmente digital e móvel, que vem se destacando nesse cenário. Essa

[86] Endereço eletrônico: </http://repositories.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil/>

geração tem em torno de 15 anos e são empreendedores por natureza pela facilidade que as tecnologias de informação e comunicação proporcionam. (LOIOLA; CARNEIRO, 2016).

Essa geração em breve estará nas universidades públicas e antecipar a forma como eles enxergam o mundo, a forma como utilizam esses dispositivos móveis, especificamente os *smartphones* é fundamental para interagir e também alcançá-la. Zaremba (2014, p. 59) ressalta que "[...] em um período extremamente curto de tempo, os celulares tiveram um impacto sobre a nossa forma de interagir com os outros e de organizar nossas próprias vidas". Foi nesse ambiente que essa geração foi criada e que interage com esse dispositivo. Por isso, cada vez mais os desenvolvedores de *websites* têm adaptado as páginas disponibilizadas na internet para uma visualização específica para *smartphone*. Nesse movimento, bibliotecários, professores e outros profissionais da educação caminharão para adquir e ensinar competências e habilidades para interagir com essa geração e realizar uma parceria rica para desenvolver aplicativos e projetos que venham contribuir para uma visão mais rica de aprendizagem nesse dispositivo, que se tornou de uso universal na sociedade contemporânea.

Finalmente, essa plataforma usada para construir esse aplicativo Acesso Aberto é um projeto educacional, que está livre para ser utilizado como parâmetro para outros aplicativos sobre o ALi e melhorados pelas universidades que possuem RIs com suas equipes de Tecnologias de Informação, que se dispuserem a usar essa proposta para criar seus aplicativos sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica para engajar essa geração nativa digital.

6.1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA ELABORAÇÃO DO APLICATIVO ACESSO ABERTO

Antes de realizar a descrição metodológica para a elaboração do Aplicativo Acesso Aberto, vale ressaltar, que decidimos no momento da criação do aplicativo utilizar o termo Acesso aberto, pois a grande maioria dos especialistas envolvidos com o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica preferem utilizar o termo Acesso aberto (PINHEIRO; KURAMOTO, 2012, p. 307). Sendo assim, mais familiar para encontrar o aplicativo disponibilizado nas lojas *Google Play* ou *Apple Store* ou em endereço independente na internet fora desses canais.

A ideia desse aplicativo Acesso Aberto para universitários surgiu a partir da observação de como os indivíduos, especificamente os estudantes, se relacionam atualmente com o *smartphone*. A partir da leitura do artigo *Nativos digitais: um novo perfil de usuário*, escrito por Castro e Calil Junior (2010), e da leitura do artigo escrito por Loyola e Carneiro (2016), *A geração Touch*, a ideia foi consolidada.

Figura 19 – Desenho da Idealização do Aplicativo

Fonte: A autora (2016)

Localizamos no site *Open Science* (2016) uma publicação que cita seis aplicativos que visam atender às necessidades de informação da comunidade científica. Os aplicativos citados se referem a aplicativos voltados para o Acesso Livre. São os

seguintes: *ArXiv mobile for Android* e *iOs* (aplicativo para pesquisa no repositório digital *ArXiv*, possibilitando realizar download dos documentos em formato *.pdf* no dispositivo); *BronZine* (ferramenta utilizada para pesquisar e salvar periódicos de Acesso Livre no dispositivo; além disso, indica e possibilita acesso a bibliotecas universitárias que disponibilizam documentos em ALi); *CORE Research Mobile* (ferramenta que tem como objetivo facilitar a busca de artigos científicos de Acesso Livre. Essa ferramenta agrega em torno de 15 milhões de artigos de Acesso Livre); *New Rocket Scientist* (Possibilita a busca de informações sobre o impacto das citações dos pesquisadores selecionados pelo usuário) e *Scholar Droid* (Aplicativo criado para navegar mais facilmente no Google acadêmico).

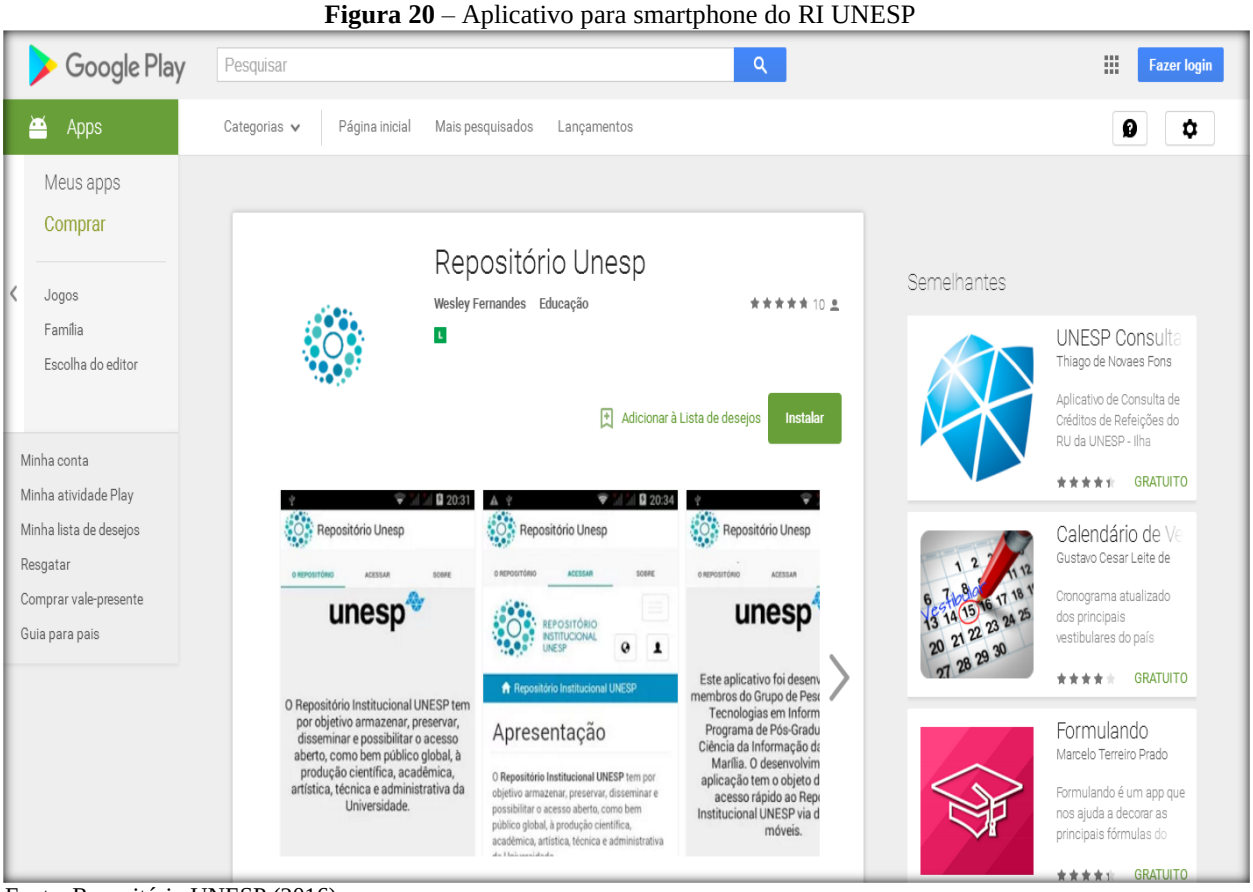
No Brasil há iniciativas de uso de aplicativos para dispositivos móveis em instiuições de pesquisa e universidades para facilitar a comunicação entre os membros de uma instituição. A Escola Pública de Saúde da Fiocruz (ENSP/Fiocruz) lançou um aplicativo institucional disponibilizado tanto nos sistemas operacionais *Android* quanto *iOS* para facilitar a comunicação e novas informações em tempo real para professores, alunos, pesquisadores e outros trabalhadores da comunidade em geral, sendo o primeiro aplicativo lançado para *smartphones* e *tablets* para esse fim na Fiocruz. (ENSP, 2016).

Em pesquisa na loja da *Apple Store* não identificamos aplicativos de universidades públicas federais brasileiras. Porém, em pesquisa realizada na loja *Google Play Store* de aplicativos para *smartphones* com sistema operacional *Android*, encontramos iniciativas similares a da ENSP/Fiocruz nas seguintes universidades[87]: FURG, UFF, UFMG, UFMS, UFPB, UFPE, UFPel, UFPR, UFRGS, UFRJ, UNIFESP e UTFPR.

Entretanto, voltadas para o Acesso Livre à informação científica, encontramos apenas o RI da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), que possui um aplicativo para acesso rápido de busca para *smartphone*, utilizando o sistema operacional *Android*, com o objetivo de divulgar e maximizar o uso do repositório. (GOOGLE PLAY STORE, 2016)

[87] Só foram objeto de análise as 36 universidades públicas federais, que possuíam RIs, conforme destacado na pesquisa.

Figura 20 – Aplicativo para smartphone do RI UNESP



Fonte: Repositório UNESP (2016)

Vale destacar, que não encontramos, nessa pesquisa, universidades federais brasileiras que possuam aplicativos para *smartphone* relacionados à RIs ou ao Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla.

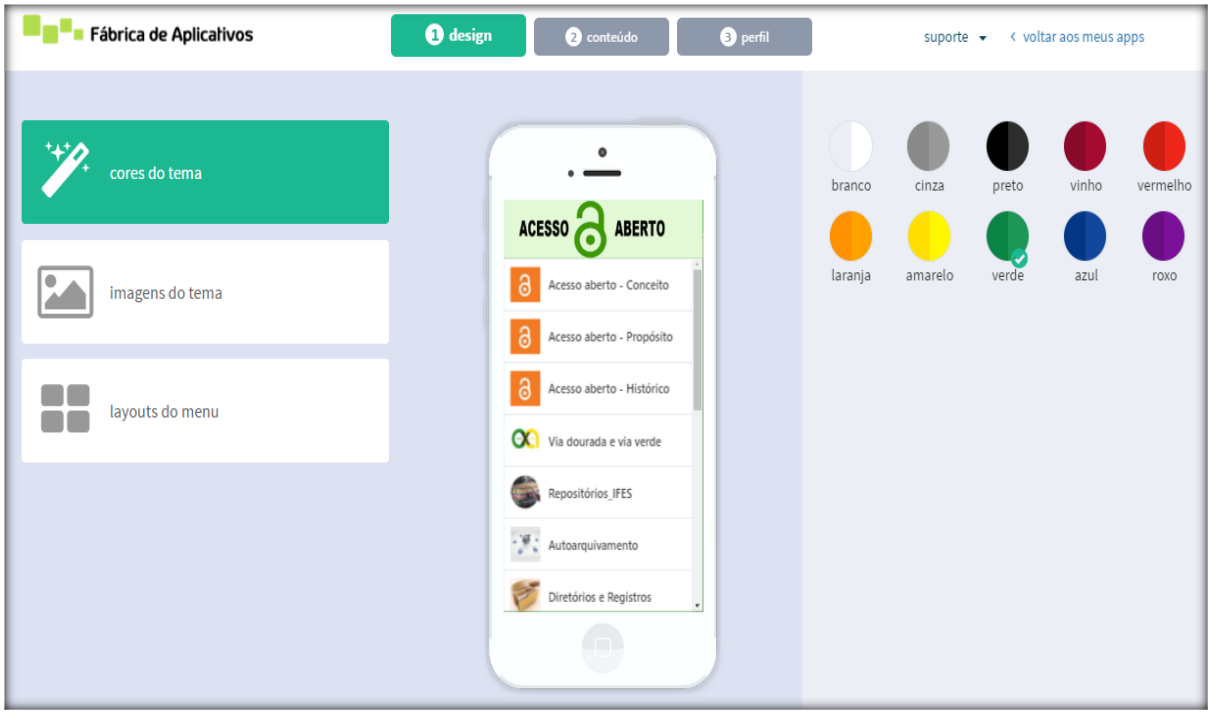
Posteriormente, foi realizada uma pesquisa no *Google Web* com a frase *como criar aplicativos para smartphones?*, objetivando encontrar informações de como criar aplicativos para construção de um aplicativo voltado para o acesso livre. Nesse momento da pesquisa encontramos o site Fábrica de Aplicativos[88], que é uma plataforma que possibilita a construção de aplicativos sem possuir conhecimentos prévios de programação, que veio atender ao nosso objetivo para colocar a ideia em prática.

No site solicita-se o cadastro para iniciar o uso da plataforma. Como a plataforma possui tutoriais, o aprendizado de como usá-la foi bem intuitiva.

De acordo com as funcionalidades oferecidas pela plataforma, que incluem: *1. Design*, *2. Conteúdo* e *3. Perfil*, foi criado o aplicativo.

[88] Endereço eletrônico: <http://fabricadeaplicativos.com.br/>.

Figura 21 – Plataforma da Fábrica de aplicativos



Fonte: Fábrica de Aplicativos

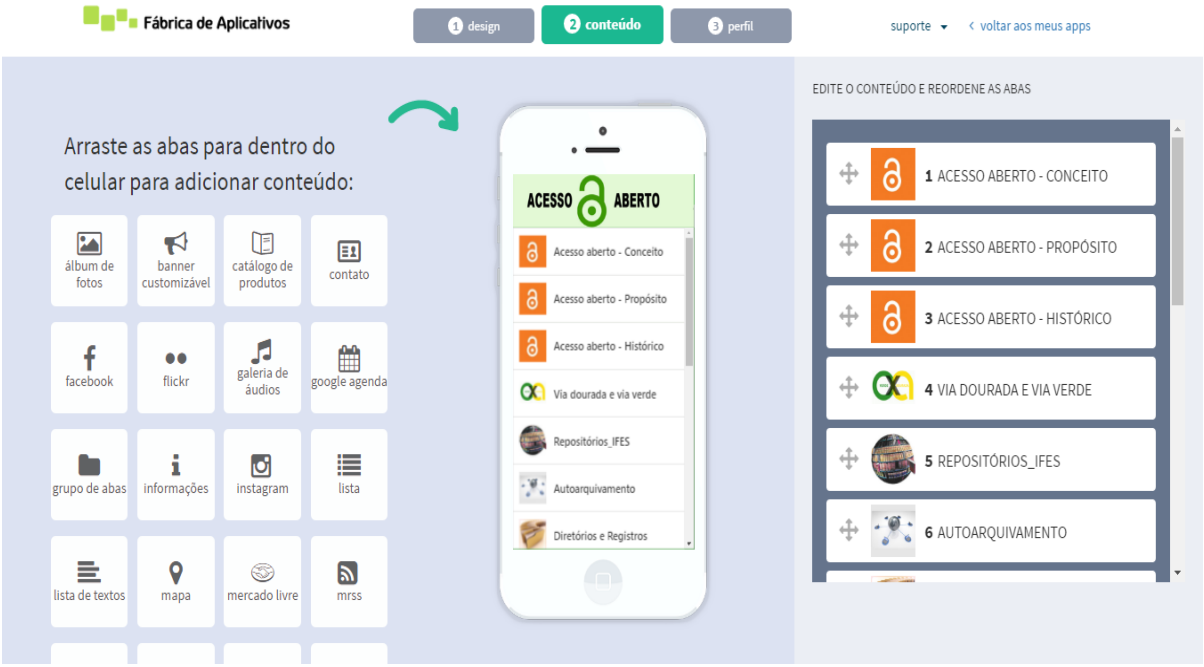
Na *funcionalidade 1, Design*, escolhem-se as cores do tema, imagens do tema e leiaute do menu. Na *funcionalidade 2, Conteúdo*, estão disponíveis as abas para usar de acordo com a criatividade do usuário, como por exemplo, contato, galeria de áudios, lista de textos, página *web* e etc. Na *funcionalidade 3, Perfil*, colocam-se as informações do aplicativo, que são: nome, ícone, *link*, descrição, categoria e subcategoria do *app* (app é um termo da língua inglesa para *aplicativo*, usado para designar os aplicativos de *smartphones* e outros aparelhos eletrônicos). No caso desse aplicativo, escolhemos a categoria *Educação* e a subcategoria *Projetos educacionais*.

Finalmente, a partir da temática sobre Acesso Livre escrita no decorrer da dissertação de mestrado, elaboramos o aplicativo com os principais assuntos abordados pelo Movimento de Acesso Livre à Informação Científica.

6.2 PROTÓTIPO DO APLICATIVO ACESSO ABERTO

O protótipo do aplicativo Acesso Aberto apresenta a seguinte configuração na Plataforma Fábrica de Aplicativos[89]:

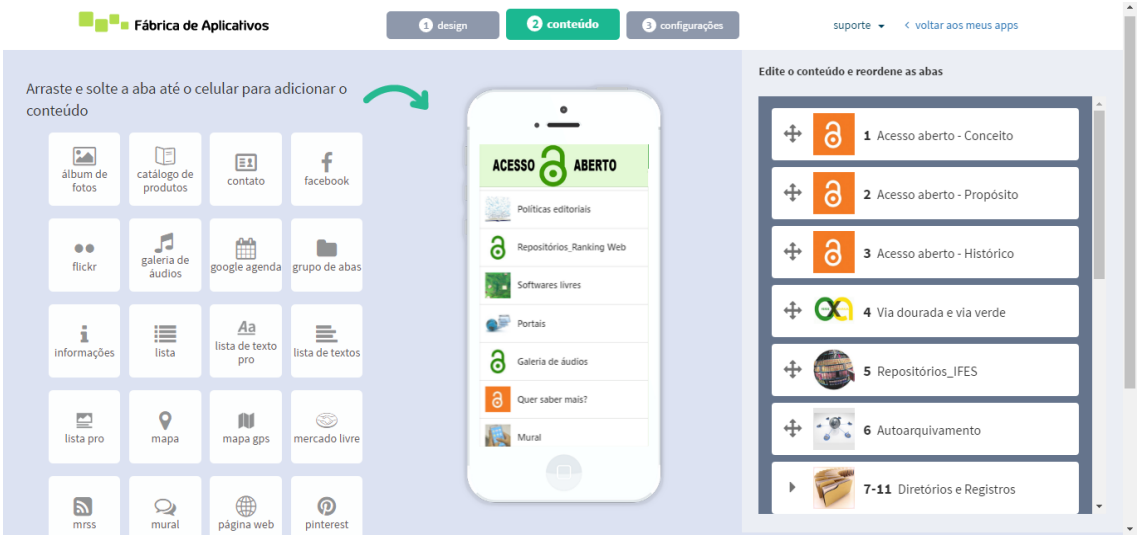
Figura 22 – Menu dos Tópicos do aplicativo sobre o Acesso aberto



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

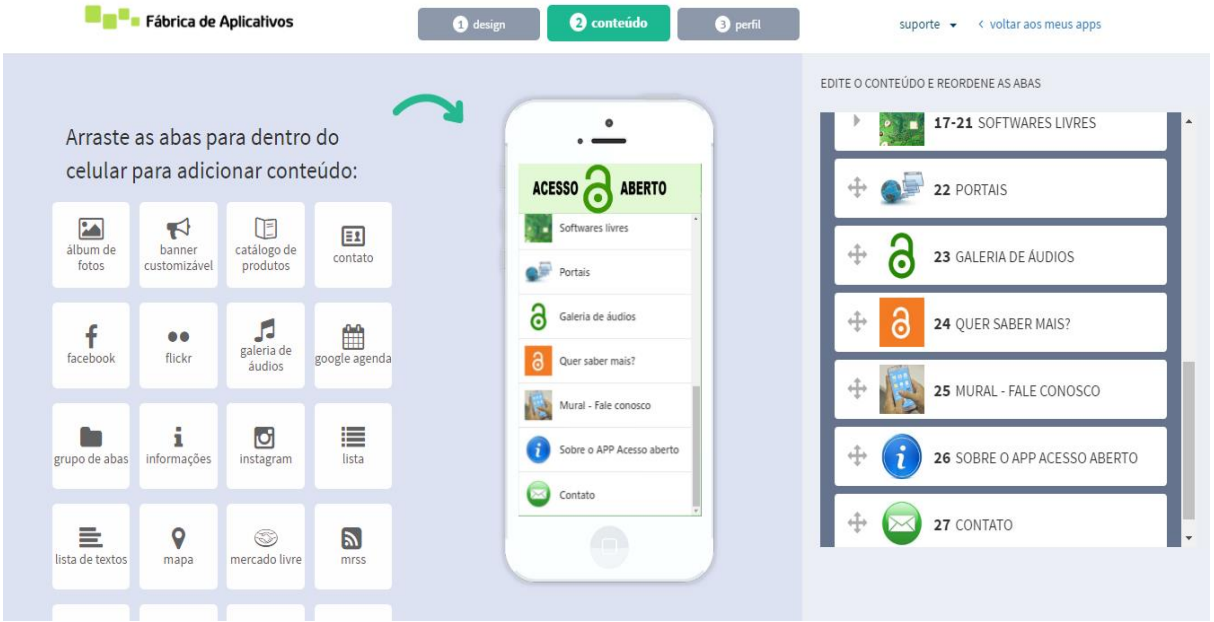
[89] Download gratuito do aplicativo Acesso Aberto no seu *smartphone* no seguinte endereço: <http://app.vc/acessoaberto17122015/>

Figura 23 – Continuação do Menu dos Tópicos do aplicativo sobre o Acesso aberto



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

Figura 24 – Continuação do Menu dos Tópicos do aplicativo sobre o Acesso aberto



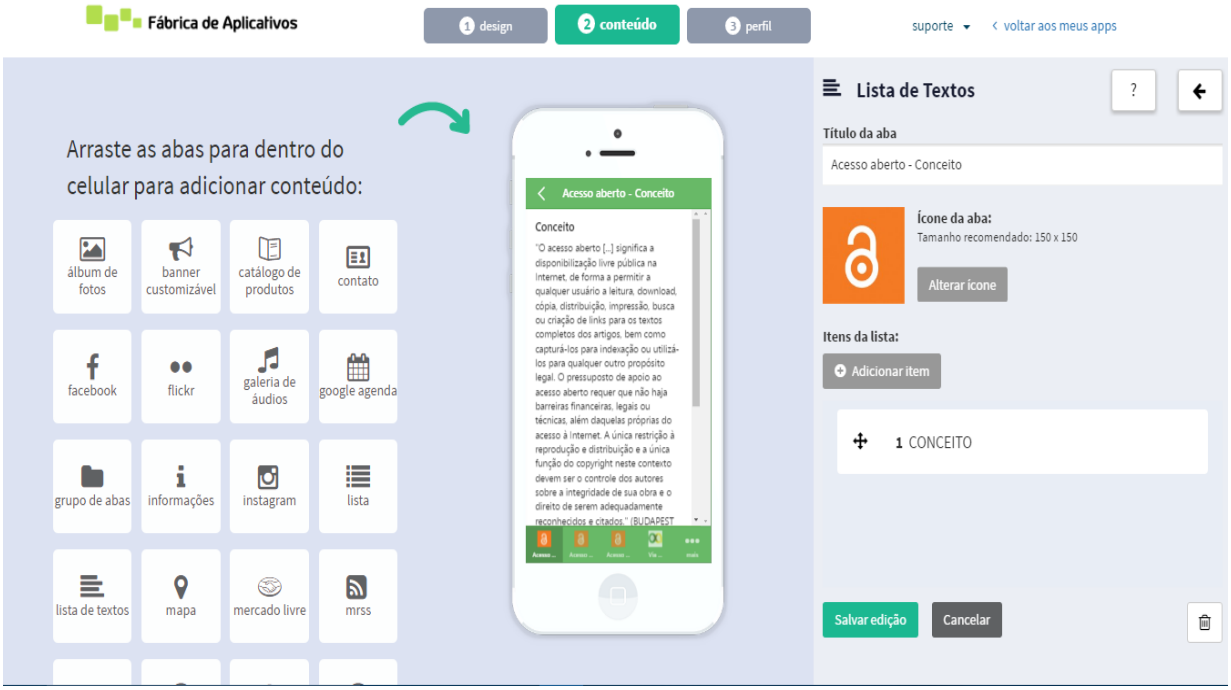
Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

O Menu do aplicativo Acesso aberto possui 27 abas no total, com informações que discorrem sobre o Movimento de Acesso Aberto. As 27 abas incluem o conceito, propósito, histórico do acesso aberto, sobre a via dourada e a via verde, sites dos repositórios das universidades públicas existentes no Brasil, conceito de autoarquivamento, Diretórios e registros de repositórios, políticas editorais, site do *Ranking Web Repositories*, os softwares livres mais usados para construção de RIs,

portais de repositórios, galeria de áudios baixados do *YouTube*, sinalizando também seus respectivos vídeos, fontes de informação sobre o Acesso Aberto, Mural, onde o usuário pode dar sugestões e tirar dúvidas sobre a temática, contato através de e-mail e o objetivo do aplicativo.

Nas figuras abaixo serão disponibilizados os conteúdos utilizados no protótipo do aplicativo Acesso Aberto.

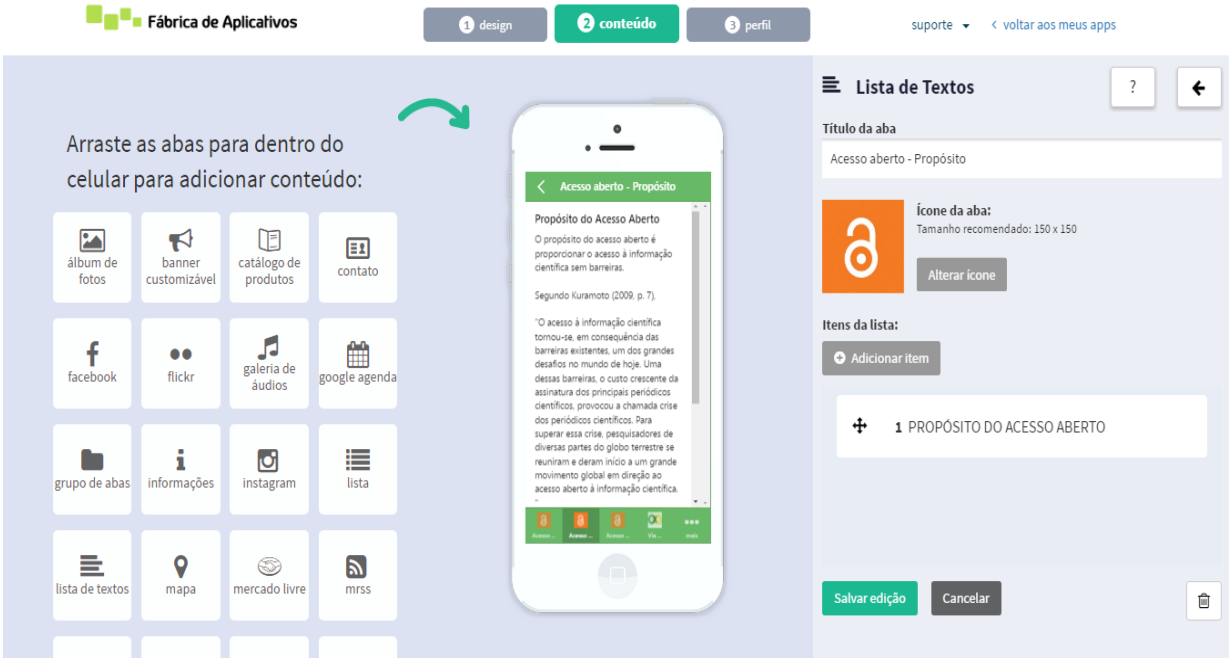
Figura 25 – Acesso aberto: conceito



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015).

> O acesso aberto [...] significa a disponibilização livre pública na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de links para os textos completos dos artigos, bem como captura-los para indexação ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal. O pressuposto de apoio ao acesso aberto requer que não haja barreiras financeiras, legais ou técnicas, além daquelas próprias do acesso à Internet. A única restrição à reprodução e distribuição e a única função do copyright neste contexto devem ser o controle dos autores sobre a integridade de sua obra e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados. (LEITE, 2009, p. 15)

Figura 26 – Acesso aberto: propósito



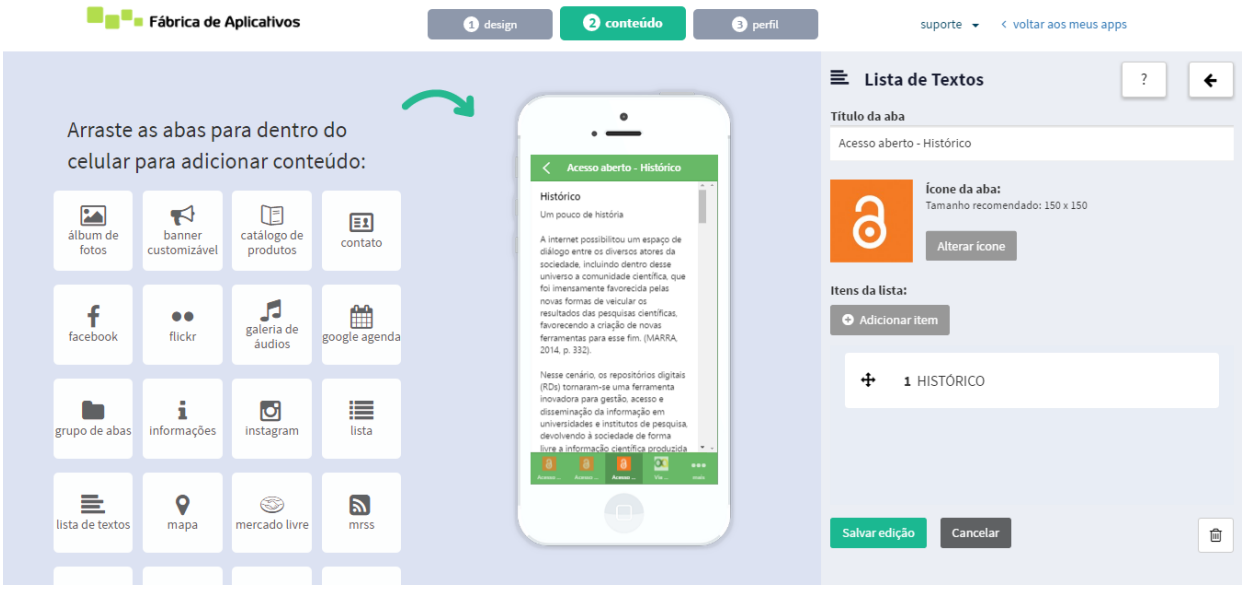
Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015).

O propósito do acesso aberto é proporcionar o acesso à informação científica sem barreiras, visto que esse movimento teve início por causa do alto custo das assinaturas dos periódicos científicos comercializados pelas editoras científicas comerciais e seu consequente monopólio. Segundo Kuramoto (2009, p. 7),

> O acesso à informação científica tornou-se, em consequência das barreiras existentes, um dos grandes desafios no mundo de hoje. Uma dessas barreiras, o custo crescente da assinatura dos principais periódicos científicos, provocou a chamada crise dos periódicos científicos. Para superar essa crise, pesquisadores de diversas partes do globo terrestre se reuniram e deram início a um grande movimento global em direção ao acesso aberto à informação científica.

Portanto, o propósito desse Movimento é proporcionar o Acesso Livre e irrestrito das publicações científicas financiadas com recursos públicos para toda comunidade científica e para a sociedade, com o objetivo de maximizar o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Figura 27 – Acesso aberto: histórico



Fonte: Elaboração da autora (2015) com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis.

Um pouco de história

A Internet possibilitou um espaço de diálogo entre os diversos atores da sociedade, incluindo dentro desse universo a comunidade científica, que foi imensamente favorecida pelas novas formas de veicular os resultados das pesquisas científicas, favorecendo a criação de novas ferramentas para esse fim (MARRA, 2014).

Nesse cenário, os Repositórios digitais (RDs) tornaram-se uma ferramenta inovadora para gestão, acesso e disseminação da informação em universidades e institutos de pesquisa, devolvendo à sociedade de forma livre a informação científica produzida com recursos públicos, proporcionando também o compartilhamento da informação de forma mais rápida e significativa para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia.

Os RDs surgiram a partir do Movimento de Acesso aberto à Informação Científica. Na história do movimento, o marco mais importante foi o encontro realizado em Budapeste, nos dias 1 e 2 de dezembro de 2001, onde personalidades interessadas no sistema de comunicação da ciência, encontraram-se para discutir estratégias para tornar realidade o acesso aberto e sem restrições à literatura científica publicada em periódicos científicos (BOAI, 2016; RODRIGUES, 2004a, p. 29-30).

Esse encontro foi promovido pelo *Open Society Institute*[90] com o objetivo de obter subsídios para financiar o Acesso Aberto (AA), resultando num dos documentos mais importantes para ampliar e maximizar o Movimento do Acesso Aberto à Informação Científica: a declaração de *Budapest Open Acess Initiative*[91] Como resultado desse encontro, esse documento apontou que foi a primeira declaração a usar uma definição pública sobre o termo Open Acess (OA) e a primeira a ser acompanhada por finaciamentos substanciais para a ampliação do Acesso Aberto (AA), formulando ações para universalizar o movimento. Além disso, foi a primeira a criar duas estratégias complementares para promover e consolidar esse movimento. (BOAI, 2002; RODRIGUES, 2004b, p. 29). A meta principal dessas estratégias era potencializar o Acesso Livre e irrestrito à literatura avaliada por pares em periódicos científicos.

O grande expoente do Movimento do Acesso Aberto à Informação Científica foi o pesquisador húngaro Stevan Harnad. Para melhor facilitar o entendimento dessas estratégias propostas nesse encontro, Harnad denominou essas estratégias como via dourada e via verde, mencionadas nos dez anos do histórico da *Budapest Open Acess Initiative*[92] (BOAI, 2012; KURAMOTO, 2009, p. 8.). A via dourada é entendida como a disponibilização dos artigos científicos sem restrição na *web*, ou seja, não é necessário pagar uma assinatura para ter acesso ao conteúdo, realizar *download* ou utilizá-lo para fins de pesquisa. A outra via projetada por Harnad foi a via verde, que consiste na "[…] criação de RIs para a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa." (KURAMOTO, 2009, p. 8.).

Em entrevista ao periódico Encontros Bibli, Harnad coloca que em primeiro lugar esse movimento somente foi possível com o surgimento do meio digital, incluindo respectivamente a Internet, a *web* e, logo depois, "[…] o modelo de interoperabilidade estabelecido pela *Open Archives Initiative* (OAI)." (HARNAD, 2007, p. x), visto que a Iniciativa de Arquivos Abertos criou um protocolo, tornando os conteúdos digitais incluídos nesse modelo pesquisáveis e com a possibilidade de serem coletados e tratados por outros sistemas de informação que possuam o mesmo modelo, "[…] como se todos os conteúdos de todos os arquivos estivessem em um arquivo global". (HARNAD, 2007, p. x).

---

[90] Endereço eletrônico: <https://www.opensocietyfoundations.org/>

[91] Endereço eletrônico <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>.

[92] Endereço eletrônico <(http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>

Os RDs se dividem em duas categorias principais: temáticos ou disciplinares e institucionais. Recentemente, no panorama internacional está se consolidando um terceiro tipo de repositório, a saber, o de dados científicos. (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2015). Os repositórios temáticos ou disciplinares, institucionais e de dados científicos são conceituados respectivamente da seguinte forma:

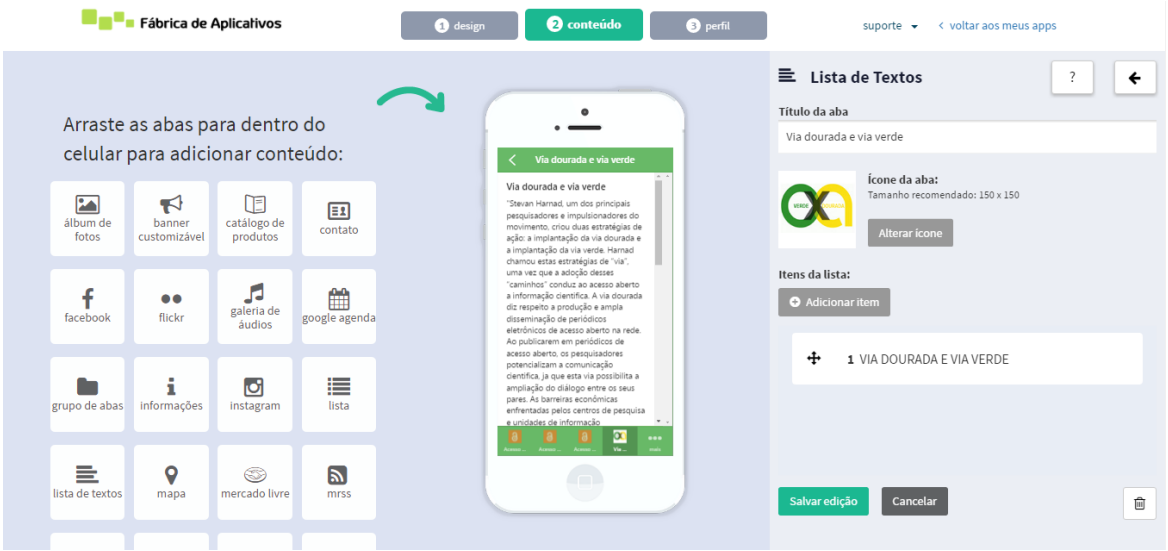
1. Os repositórios temáticos ou disciplinares armazenam e disponibilizam informações referentes a disciplinas ou assuntos específicos. Nesse contexto, o *arXiv* e o *PubMed Central* são considerados os mais conhecidos no mundo.

2. Os repositórios institucionais têm por objetivo preservar e disseminar a produção científica das universidades, laboratórios ou institutos de pesquisa.

3. Quanto aos repositórios de dados científicos, estão sendo "[...] criados por diferentes tipos de organizações para recolher, preservar e facilitar a partilha de conjuntos de dados científicos resultantes de atividades de investigação." (UNIVERSIDADE DO MINHO, 2015)

Vale salientar que o Movimento de Acesso aberto à Informação Científica teve início por causa do alto custo das assinaturas dos periódicos científicos comercializados pelas editoras científicas comerciais e seu consequente monopólio.

Figura 28 – Via dourada e Via Verde

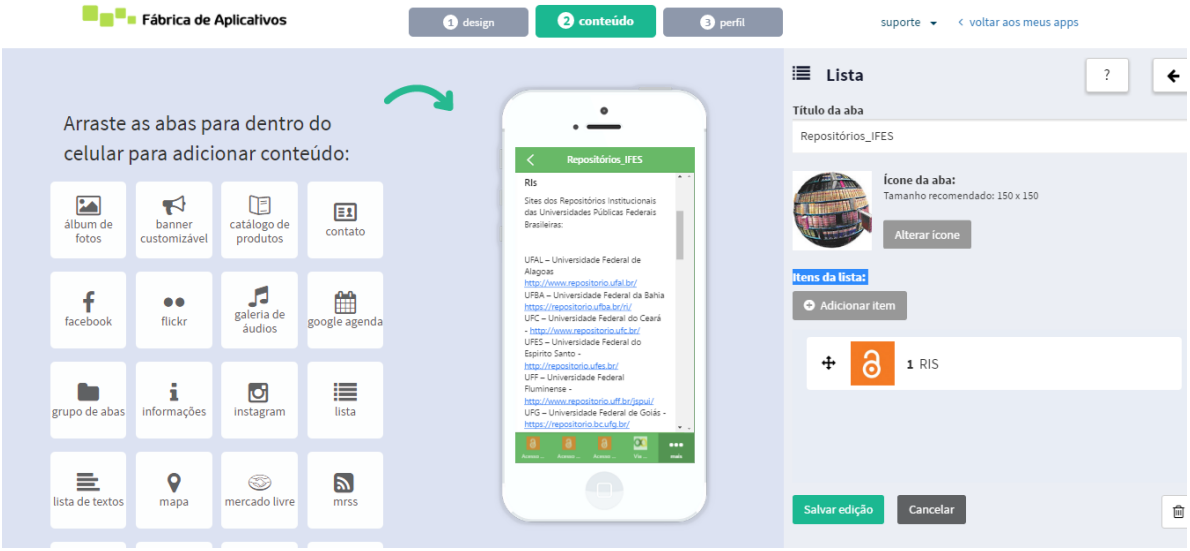


Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicativos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

> Stevan Harnad, um dos principais pesquisadores e impulsionadores do movimento, criou duas estratégias de ação: a implantação da via dourada e a implantação da via verde. Harnad chamou estas estratégias de "via", uma vez que a adoção desses "caminhos"conduz ao acesso aberto à informação cientifica. A via dourada diz respeito à produção e ampla disseminação de

> periódicos eletrônicos de acesso aberto na rede. Ao publicarem em periódicos de acesso aberto, os pesquisadores potencializam a comunicação científica, ja que esta via possibilita a ampliação do diálogo entre os seus pares. As barreiras econômicas enfrentadas pelos centros de pesquisa e unidades de informação desaparecem, e é possível estabelecer um fluxo direto de comunicação de novidades que podem vir a representar importantes avanços científicos. A outra "via" idealizada por Harnad é a via verde. Trata-se da criação de repositórios institucionais (RIs) para a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa. Nos RIs, tanto é possível o armazenamento e difusão de artigos de periódicos científicos eletrônicos, quanto de outros documentos científicos, tais como teses e dissertações, que são avaliados pelos pares. A disseminação da implantação de RIs tem levado as instituições de pesquisa a pensar na importância do estabelecimento de políticas de informação institucionais e tem trazido benefícios incontestáveis à gerência da produção científica. Isto significa que as universidades e centros de pesquisa que aderirem ao movimento construindo os seus RIs estarão promovendo maior acesso à informação científica. (KURAMOTO, 2009, p. 7-8).

Figura 29 – Repositórios IFES



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

Tabela 12 - Repositórios Institucionais das Universidades Públicas Federais no Brasil (continua)

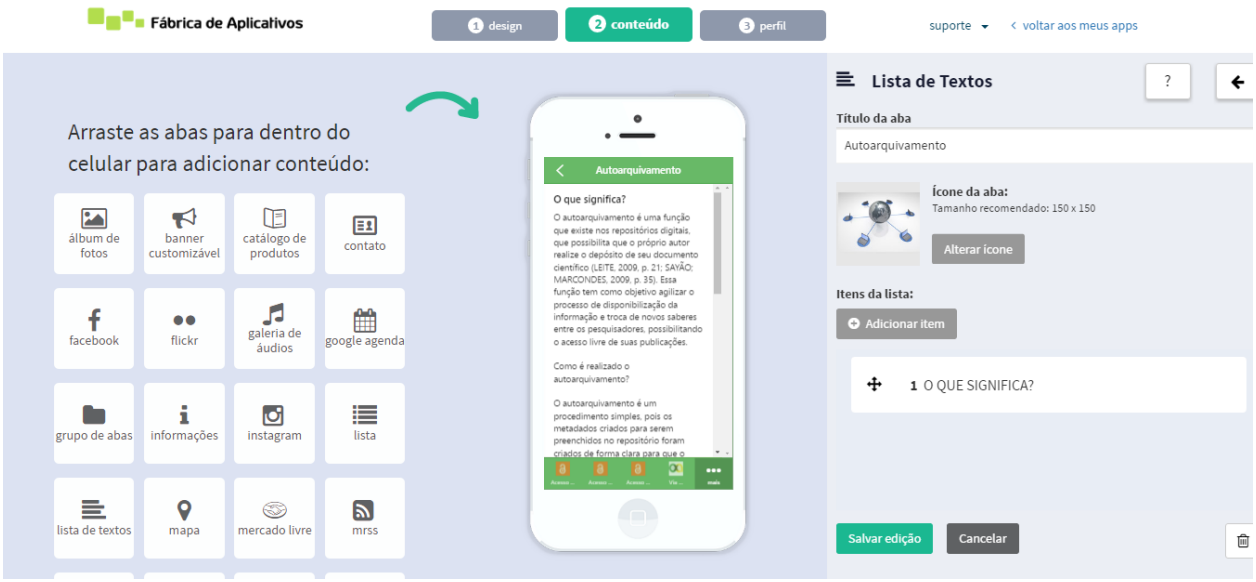
Sigla	Universidade Federal	Site
UFAL	Universidade Federal de Alagoas.	<http://www.repositorio.ufal.br/>.
UFBA	Universidade Federal da Bahia.	<https://repositorio.ufba.br/ri/>.
UFC	Universidade Federal do Ceará.	<http://www.repositorio.ufc.br/>.
UFES	Universidade Federal do Espirito Santo.	<http://repositorio.ufes.br/>.
UFF	Universidade Federal Fluminense.	<http://www.repositorio.uff.br/jspui/>.
UFG	Universidade Federal de Goiás.	<https://repositorio.bc.ufg.br/>.
UFGD	Universidade Federal de Grandes Dourados.	<http://dspace.ufgd.edu.br/>.
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora.	<https://repositorio.ufjf.br/jspui/>.

Tabela 12 - Repositórios Institucionais das Universidades Públicas Federais no Brasil (conclusão)

Sigla	Universidade Federal	Site
UFLA	Universidade Federal de Lavras.	<http://repositorio.ufla.br/>.
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.	<http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/>.
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso.	<http://200.129.241.122/>.
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto.	<http://www.repositorio.ufop.br/>.
UFPA	Universidade Federal do Pará.	<http://repositorio.ufpa.br/jspui/>.
UFPB	Universidade Federal da Paraíba.	<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/>.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.	<http://repositorio.ufpe.br/>.
UFPel	Universidade Federal de Pelotas.	<http://guaiaca.ufpel.edu.br/>.
UFPR	Universidade Federal do Paraná.	<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/>.
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.	<http://www.repositorio.ufrb.edu.br/>.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	<http://pantheon.ufrj.br/>.
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	<http://repositorio.ufrn.br/jspui/>
UFS	Universidade Federal de Sergipe.	<https://ri.ufs.br/>.
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina.	<https://repositorio.ufsc.br/>.
UFMA	Universidade Federal do Maranhão.	<https://repositorio.ufma.br/xmlui/>.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	<http://www.lume.ufrgs.br/>.
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos.	<http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/>.
UFT	Universidade Federal do Tocantins.	<http://repositorio.uft.edu.br/>.
UFU	Universidade Federal de Uberlândia.	<http://repositorio.ufu.br/>.
UFV	Universidade Federal de Viçosa.	<http://www.locus.ufv.br/>.
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.	<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/>.
UnB	Universidade de Brasília.	<http://repositorio.unb.br/>.
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo.	<http://repositorio.unifesp.br/>.
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana.	<https://www.unila.edu.br/repositorio-institucional>.

Fonte: A autora (2016)

Figura 30 – Autoarquivamento



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

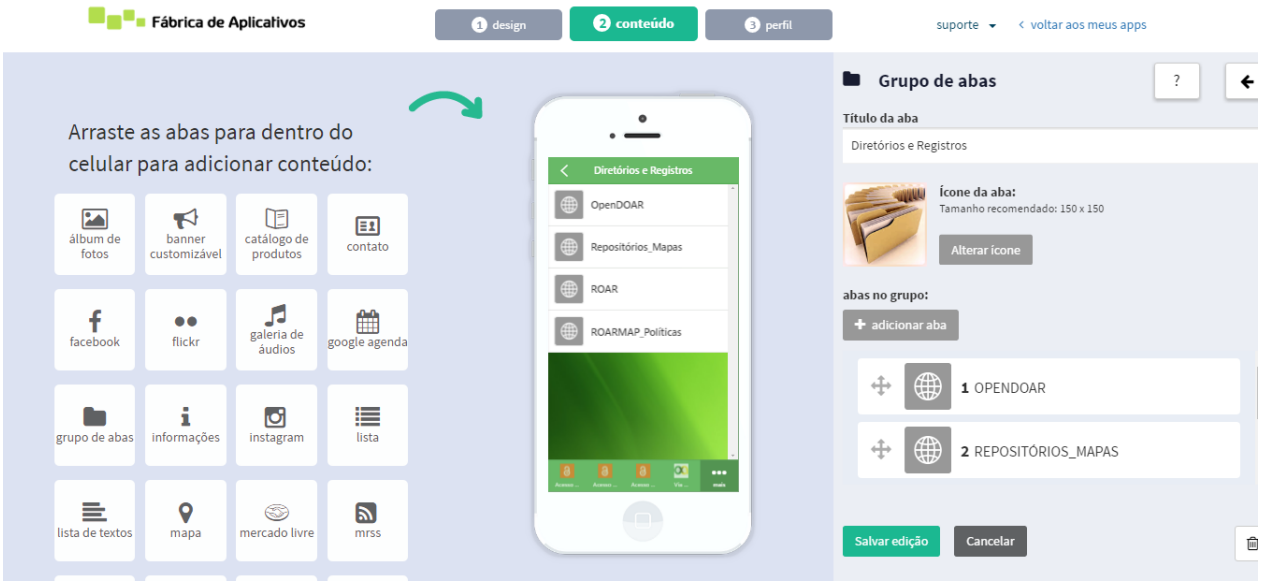
O que significa o autoarquivamento?

O autoarquivamento é uma função que existe nos repositórios digitais, que possibilita que o próprio autor realize o depósito de seu documento científico (LEITE, 2009, p. 21; SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 35). Essa função tem como objetivo agilizar o processo de disponibilização da informação e troca de novos saberes entre os pesquisadores, possibilitando o Acesso Livre de suas publicações.

Como é realizado o autoarquivamento?

O autoarquivamento é um procedimento simples, pois os metadados criados para serem preenchidos no repositório foram elaborados de forma clara para que o autor não encontrasse nenhuma dificuldade para preencher as informações solicitadas. Além disso, a realização do *upload* do arquivo segue o mesmo procedimento como se fôssemos realizar um *upload* de um arquivo quando utilizamos o *e-mail*.

Figura 31 – Diretórios e Registros

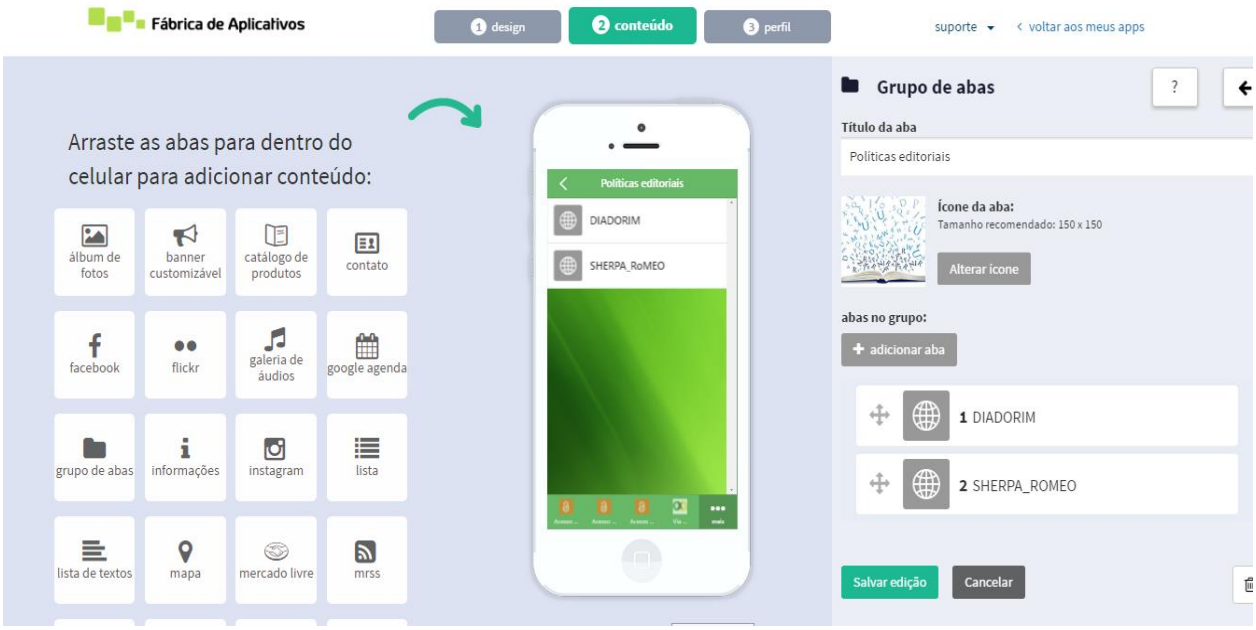


Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

Os sites sobre Diretórios e Registros disponibilizados no aplicativo são:

- The Directory of Open Access Repositories (OPENDOAR)
- REPOSITORY MAPS
- Registry of Open Acess Repositories (ROAR)
- ROARMAP

Figura 32 – Políticas editoriais

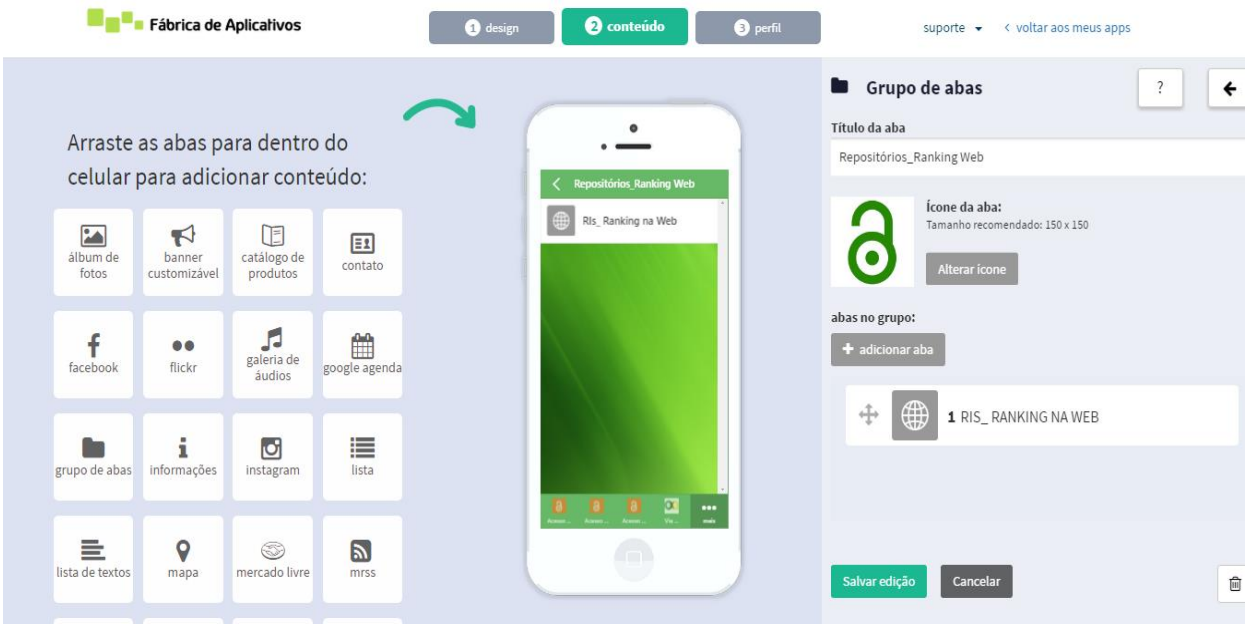


Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

As políticas editoriais sinalizadas no aplicativo são:

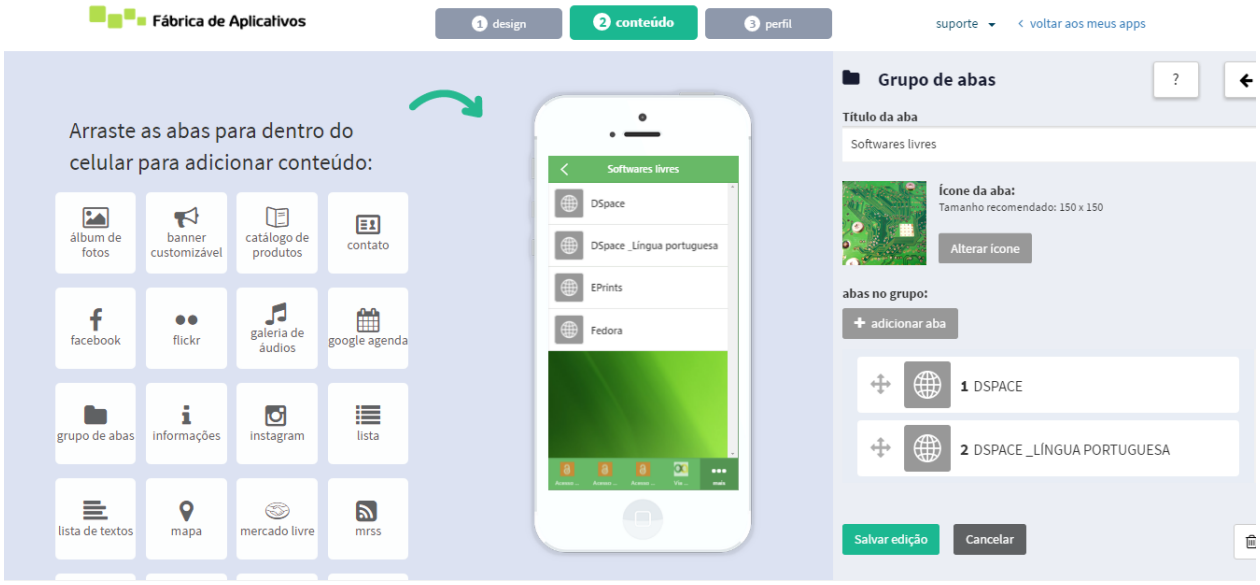
- Diadorim (IBICT)
- Sherpa/Romeo (em português)

Figura 33 – Repositórios: Ranking Web



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

Figura 34 – Softwares livres

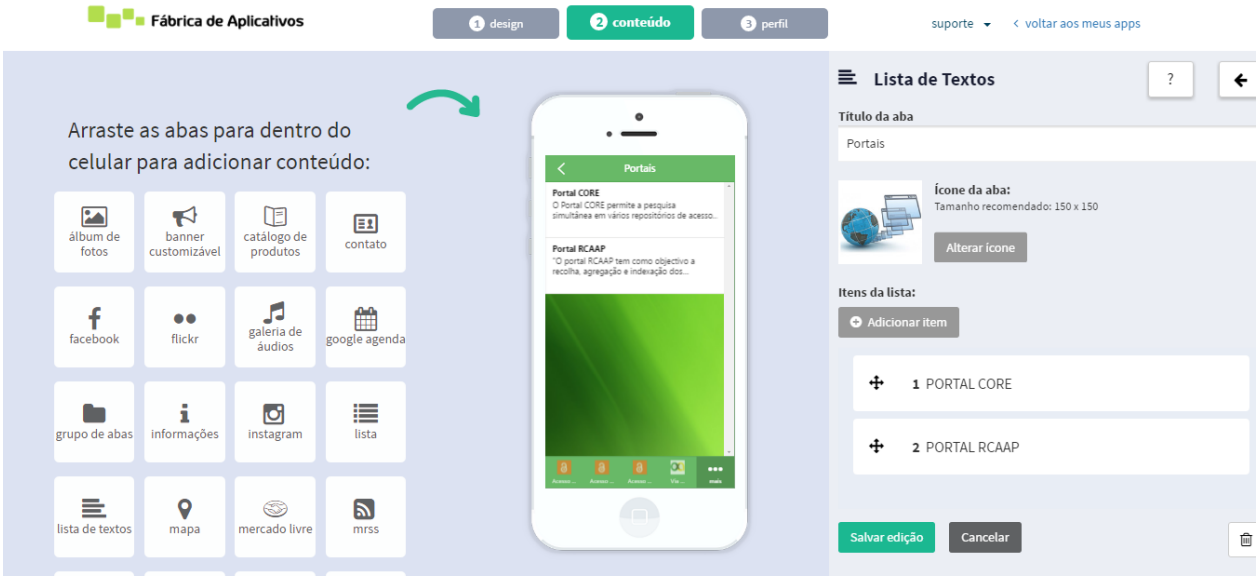


Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

Foram destacados no aplicativo os softwares livres mais utilizados para criação de repositórios digitais.

- DSPACE
- DSPACE – IBICT
- EPRINTS SERVICES
- FEDORA

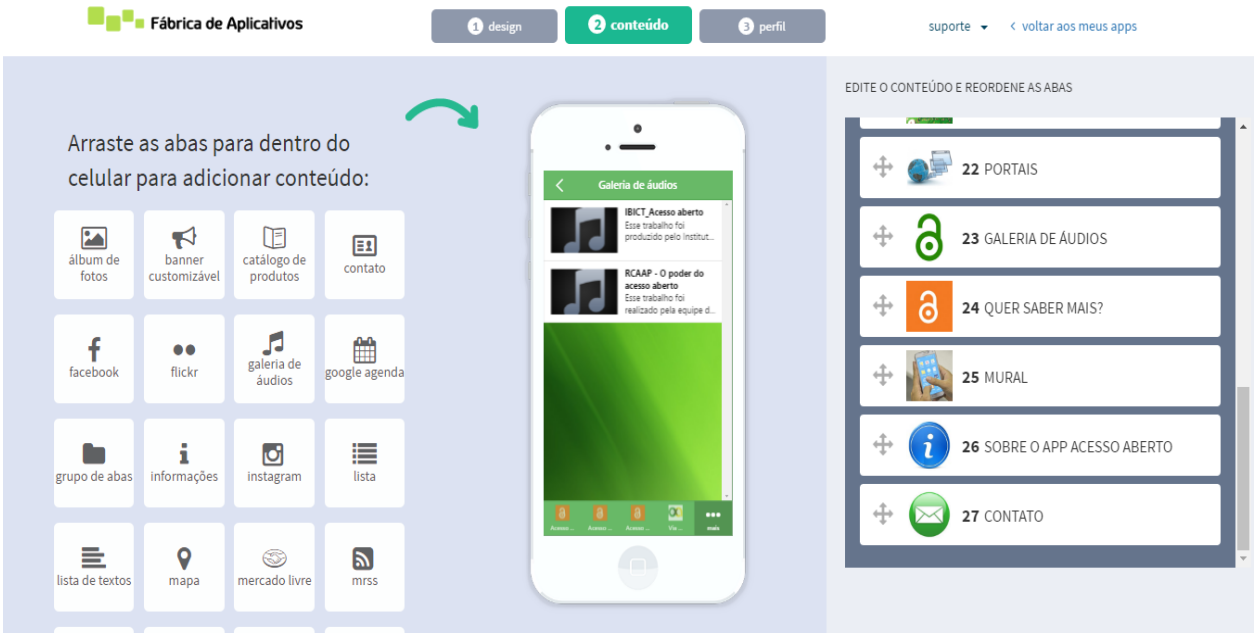
Figura 35 – Portais



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

- O *Portal CORE* permite a pesquisa simultânea em vários repositórios de Acesso Aberto.
- *O Portal RCAAP* tem como objectivo a recolha, agregação e indexação dos conteúdos científicos em acesso aberto (ou Acesso Livre) existentes nos repositórios institucionais das entidades nacionais de ensino superior, e outras organizações de I&D".

Figura 36 – Galeria de áudios



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

- IBICT: Acesso aberto

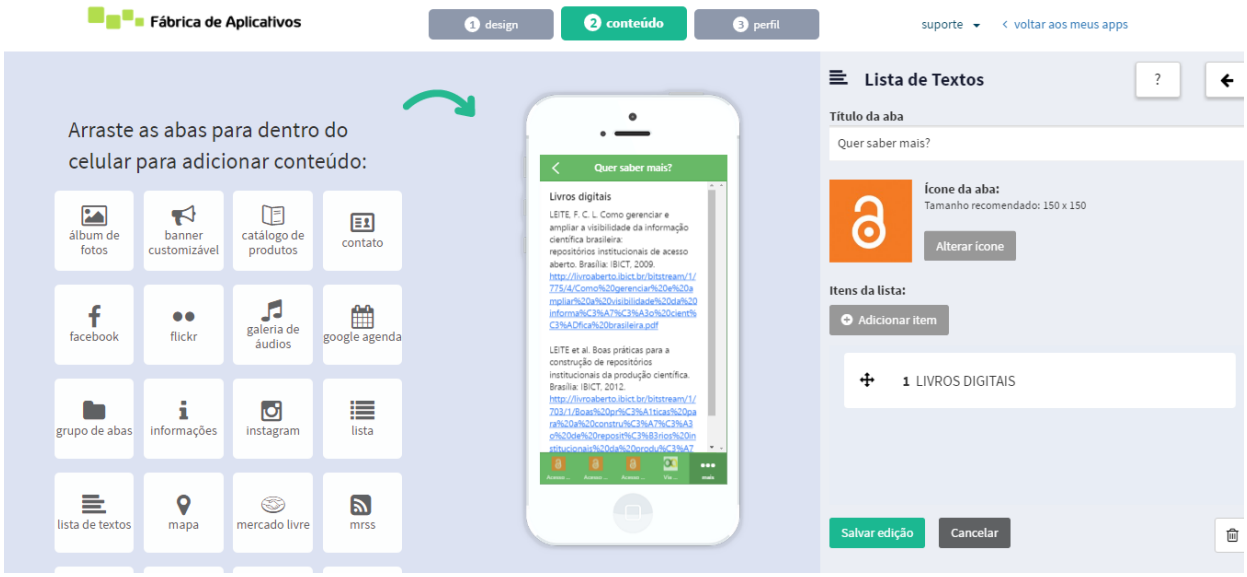
  Esse trabalho foi produzido pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) para esclarecer à comunidade científica sobre a importância do acesso aberto. Disponibilizamos tanto o áudio baixado para o aplicativo e o endereço eletrônico do vídeo no *YouTube*[93].

- RCAAP - O poder do acesso aberto

  Esse trabalho foi realizado pela equipe do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Disponibilizamos tanto o áudio baixado para o aplicativo e o endereço eletrônico do vídeo no *YouTube*[94].

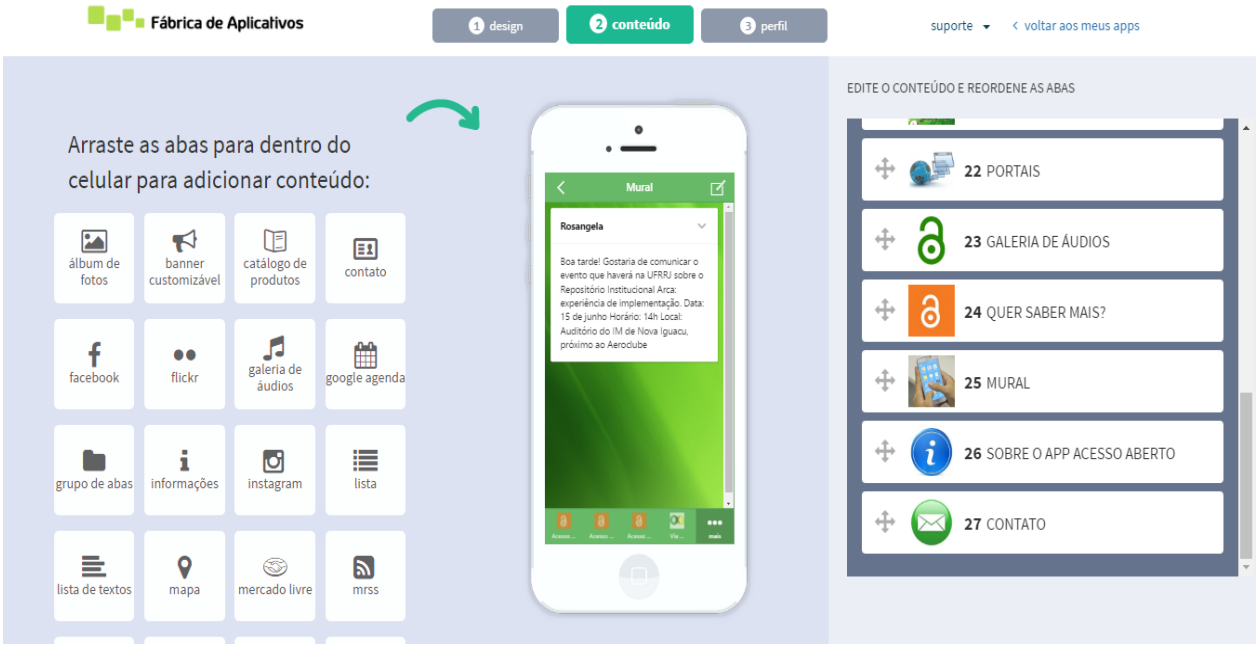
[93] Vídeo disponiblizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=NgGb7Dx79aE>.
[94] Vídeo disponiblizado no You Tube em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rs4VAfA2u3A>.

Figura 37 – Quer saber mais?



Fonte: A autora (2016)

Figura 38 – Mural

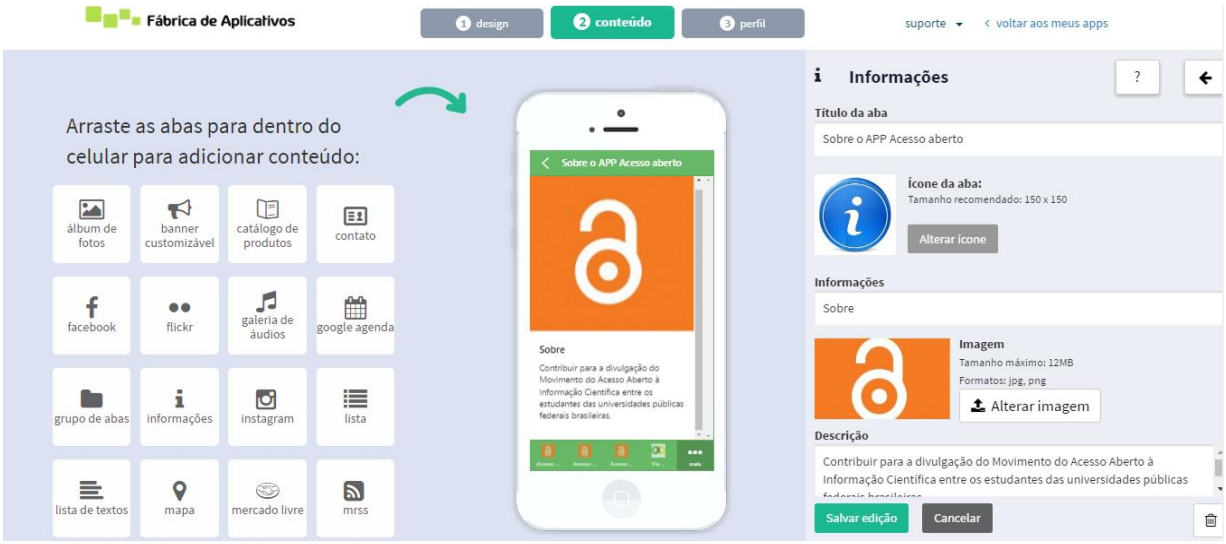


Fonte: A autora (2016)

O Mural possibilita que o usuário possa tirar dúvidas sobre o Acesso Aberto, comunicações de eventos, sugestões para melhora do aplicativo, etc. Exemplo:

> Boa tarde! Gostaria de comunicar o evento que haverá na UFRRJ sobre o Repositório Institucional Arca: experiência de implementação.
>
> Data: 15 de junho
>
> Horário: 14h. Local: Auditório do IM de Nova Iguacu, próximo ao Aeroclube.

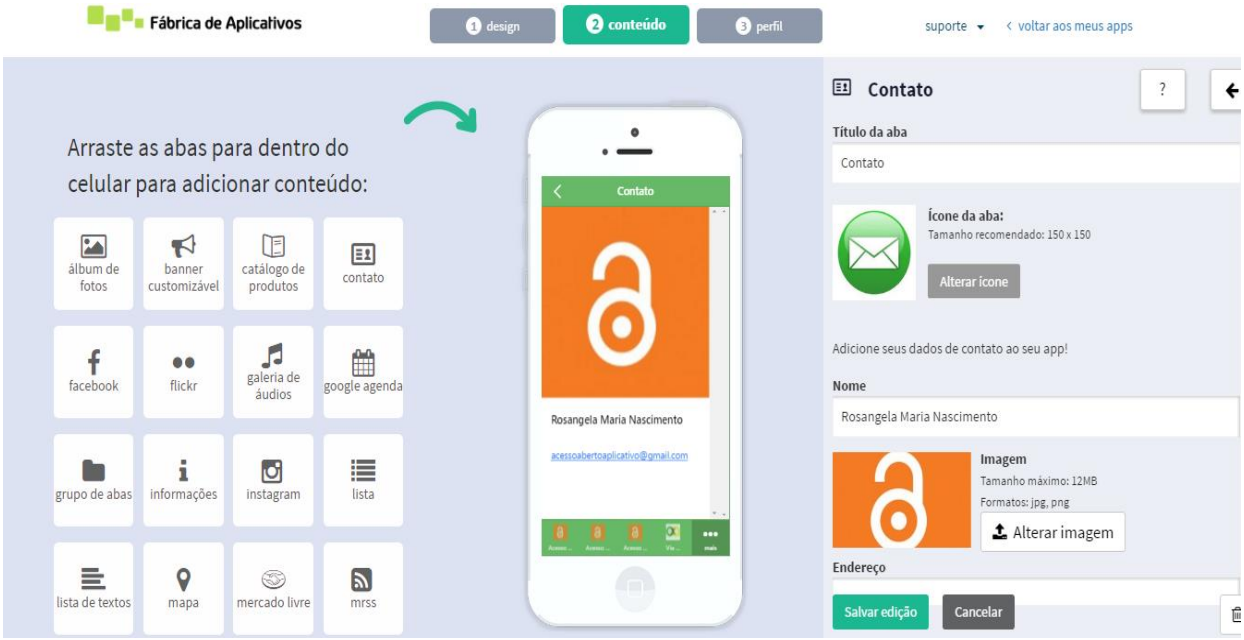
Figura 39 – Sobre o App Acesso aberto



Fonte: A autora (2016)

Contribuir para a divulgação do Movimento do Acesso Aberto à Informação Científica entre os estudantes das universidades públicas federais brasileiras.

Figura 40 – Contato[95]



Fonte: Elaboração da autora com a utilização da plataforma da Fábrica de Aplicaticos para criação de aplicativos para dispositivos móveis (2015)

[95] Via e-mail: e-mail: acessoabertoaplicativo@gmail.com

7 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme visto no transcorrer da pesquisa, através do mapeamento dos RIs das universidades públicas federais identificados no site do e-MEC, há poucos repositórios que possuem as quatro tipologias documentais analisadas, que são documentos compratórios de final de curso referentes à comunidade discente incluídas no acervo digital de seus RIs, que são os Trabalhos de conclusão de curso da graduação, Monografias de especialização, Dissertações e Teses.

Por isso, há necessidade de discriminar de forma mais clara nas políticas institucionais dos repositórios institucionais no Brasil iniciativas que venham contemplar o autoarquivamento das tipologias documentais pela comunidade discente, no que se refere aos trabalhos de conclusão de curso da graduação, as monografias de especialização, as dissertação e tesses, respectivamente do mestrado e do doutorado. Esse resultado reflete o pouco engajamento da comunidade discente na atividade de autoarquivamento dos repositórios institucionais das universidades, já que nas próprias políticas institucionais essa questão ainda não foi contemplada por todas as universidades. Sugere-se que nas políticas institucionais dos repositórios institucioanais sejam sinalizados cursos de capacitação sobre o Acesso Livre na universidade, que devem ser implantados para engajar a comunidade discente nesse processo, procurando desenvolver uma visão mais ampla do Acesso Livre, visto que essa ação é uma etapa do planejamento do RI (LEITE, 2009).

Kuramoto (2014b) destaca a problemática do autoarquivamento quando compara o caminho adotado referente ao autoarquivamento das instituições no Brasil e no exterior, onde o próprio autor tem a responsabilidade da autosubmissão de sua produção científica, seguindo as diretrizes especificadas pela declaração da *Budapest Open Initiative* (2012). Enquanto no Brasil, os profissionais da informação das bibliotecas têm a incunbência de realizar o depósito da produção cientifica de seus autores, em quase sua totalidade. Entretanto, existem algumas universidades nas quais o autoarquivamento é compartilhado com os autores. Porém, a responsabilidade maior continua sendo das bibliotecas, pois caso o autor não realize o autoarquivamento assina um documento cedendo os direitos autorais e a responsabilidade de depositá-la é repassada à instituição. É preciso ressaltar que a assinatura desse documento é necessária também no autoarquivamento quando realizado pelo autor, devido aos direitos autorais.

Vale destacar que a implantação dos repositórios institucionais nas unversidades públicas federais é uma iniciativa considerada recente, pois somente em 2009 o Instituto Brasileiro de Tecnologia e Informação junto com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) elaborou um projeto para implatação de repositórios institucionais nas universidades para estimular de forma efetiva os RIs nas universidades, sendo ainda um caminho longo a ser percorrido para que sejam tomadas ações para envolver a comunidade acadêmica no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Sugere-se realizar cursos de capacitação constantes que venham a transformar futuramente a visão dos futuros pesquisadores brasileiros sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica em sua concepção mais ampla, além de desmistificar o autoarquimento no Brasil. Os TCC's e as Monografias de Especialização são documentos comprobatórios de final de curso e fruto de um produto de iniciação científica, e isso já deve ter em si o mérito para trabalhar com esses discentes, posto que uma parte desse discentes será o futuro da pesquisa de ponta do país.

No decorrer da pesquisa nos sites das bibliotecas das instituições que possuem repositórios institucionais observamos que os RIs têm pouco ou nenhum destaque em sua página principal, necessitando repensar a forma como o repositório precisa ser destacado no site para possibilitar uma maior visibilidade dessa ferramenta por parte de seus usuários. Além disso, nos produtos disponibilizados pelas bibliotecas como Guias do Usuário e FAQ's poucas são as universidades que disponibilizam informações sobre os repositórios de suas instituições. Através desse resultado, também é essencial que nesses produtos possam ser encontradas informações sobre os repositórios, pois a maximização dos repositórios é primordial em todos os produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas.

No que tange aos cursos de capacitação de usuários sobre os repositórios institucionais, autoarquivamento e o Acesso Livre de forma mais ampla, as iniciativas voltadas para a temática pesquisada se revelaram ainda embrionárias, necessitando de ações mais efetivas por parte dos bibliotecários no que concerne ao engamento da comunidade discente no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Percebe-se, então, a necessidade de ter um novo olhar sobre esse segmento, visto que essa comunidade é o futuro da pesquisa do país. Essa questão traz em si a possibilidade de transformar uma atividade operacional, que é a atividade de autoarquivamento, em uma atividade reflexiva sobre os aspectos que envolvem os RIs no Brasil e no mundo. Portanto, o bibliotecário é um profissional imprescindível nesse processo, pois possui

toda uma formação de conhecimento teórico e prático sobre a organização, busca, acesso e disseminação da informação. Nessa perspectiva, é essencial que o bibliotecário exerçao seu papel educacional junto à comunidade discente de sua universidade, formando futuros pesquisadores informacionalmente letrados sobre a sua participação no Movimento de Acesso à Informaçao Científica através da atividade de autoarquivamento em repositórios institucionais. (NASCIMENTO; CALIL JUNIOR, 2015).

O letramento informacional foi apresentado no decorrer da pesquisa como uma prática a ser exercida pelos bibliotecários junto à comunidade discente para desenvolver competências, habilidades e a capacidade de aprender de forma a torná-lo informacionalmente letrado sobre o Acesso Livre, para que esse segmento tenha um contato mais profundo sobre o que é esse movimento e suas implicações para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil e no mundo.

Reconhecer o impacto que um documento científico em Acesso Livre possui através da disponibilização em um repositório e sua visibilidade em escala mundial poderá transformar a perspectiva desse discente como futuro pesquisador no decorrer de sua vida acadêmica.

Os caminhos que esses alunos irão trilhar e como usarão essa informação sobre o Acesso Livre são processos de investimento que precisam ser práticas constantes do fazer bibliotecário, já que o investimento em educação é um resultado a longo prazo, sendo, no entanto, o único caminho para haver resultados permanentes e que venham a transformar determinada realidade. No caso dessa pesquisa, a realidade a ser transformada é o engajamento da comunidade acadêmica das universidades públicas federais no autoarquivamento em repositórios institucionais, no uso dos RIs de forma mais efetiva e no Movimento de Acesso Livre à Informação Científica de forma mais ampla.

Do universo de 62 universidades públicas federais identificadas no sistema e-MEC, encontramos 36 universidades que possuem repositórios institucionais. Todavia, mesmo as universidades que não possuem repositórios podem incluir em seus cursos de capacitação a temática sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, como realizar buscas em repositórios institucionais para familiriazar a sua comunidade sobre o Acesso Livre e despertar na universidade a ideia de implantação de um RI, pois o programa sobre o letramento informacional sobre o Acesso Livre e o aplicativo sobre

Acesso Aberto como auxílio didático proposto nessa pesquisa são sugestões que podem ser aplicadas e aprimoradas pelos bibliotecários das universidades públicas federais.

Conforme vimos na Tabela 4, *Descrição metodológica para alcançar os objetivos*, sobre os objetivos propostos, considera-se que a pesquisa alcançou os objetivos estabelecidos nessa pesquisa. Finalmente, quanto às sugestões apresentadas têm o objetivo de contribuir para o abraçamento da comunidade discente a respeito do Acesso Livre e para consolidação da temática nas universidades públicas federais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALDEIA global. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aldeia_Global>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ALFANO, Bruno. “Precisamos programar cabeças para construir o conhecimento oletivo”, diz Pierre Levy. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 set. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/educacao-360/precisamos-programar-cabecas-para-construir-conhecimento-coletivo-diz-pierre-levy-13849349#ixzz3Gd60XGdf>. Acesso em: 19 out. 2014.

BELLUZZO, R. C. B. A Information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 8., 2001, São Paulo. **Anais**... São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=8>. Acesso em: 2 mar. 2016.

BIBLIOTECA Central. Acesso em: <http://bc.ufpa.br/site/>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MULLER, Suzana Pinheiro Machado (Org). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38. Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M14%20Aulas/met_pesq_cienc_info.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 174, de 30 de dezembro de 2014. Define, para efeitos de enquadramento nos avaliações, as categorias de docentes dos programas desse nível de ensino. **Diário Oficial da** União, n. 253, 31 dez. 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/documentos/Portaria_174_2014_CategoriasDocentesPPG.pdf >. acesso 18 maio 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 002, de 03 de janeiro de 2013a. Implantação do Repositório Institucional na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2013.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 024/2010. 2010a. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.224 de 18 de dezembro de 2013b. Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 246, seção 1, p. 105-116, 19 jun. 2013. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Port-1224-2013-12-18.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. Resolução CEPE N° 5.525. Regulamenta a política de informação doRepositório Institucional da UFOP. 2013c. Disponível em: <http://200.239.128.16/jspui-teste/image/resolucao_cepe.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução CUNI Nº 082, de 13 de novembro de 2012. Dispõe sobre a Política Institucional de Informação da UFLA. Disponível em: <http://www.ufla.br/documentos/arquivos/082_13112012.pdf>. Acesso em:27 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 005/2010. Dispõe sobre a Política Institucional de Informação da FURG – PII FURG. 2010b. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/static/politica>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 04 de 24 de junho de 2010. Estabelece a Política de Informação do RepositórioInstitucional Digital UFPel, a qual dispõe sobreNormas e Procedimentos para Funcionamento. 2010c. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/ri/2644/5/Politica%20do%20Repositorio%20Institucional%20Guaiaca.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução Nº 059/2010-CONSEPE, de 13 de abril de 2010. Estebelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico Científica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI). 2010d. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/documentos/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução n° 1, de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. **Portal MEC**. 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução N° 61, de 21 de julho de 2011. Disponível em: <http://biblioteca.sites.ufms.br/files/2016/02/dspace_resolucao.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 3 mar. 2015.

_____. Portaria nº 5068 de 13 de outubro de 2010 - UFRGS - Estabelece a Política Institucional de Informação para o Lume. 2010e. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Of. Circ. nº 07/2007-PROPG. Porto Alegre, 15 de agosto de 2007. 2007b. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/circular07.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Resolução Nº 01/2015. Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional Pantheon da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://pantheon.ufrj.br/terms/politics.jsp>. Acesso em: 09 dez. 2015.

_____. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-reitoria de Graduação. **Instrução Normativa Nº 01/2010**. 2010f. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Instrucao_Normativa.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Universidade Federal do Ceará. Resolução Nº 02/CONSUNI, de 29 de abril de 2011.Estabelece normas para a Política Institucional deInformação Técnico-Científica da UniversidadeFederal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/sobre/UFC_Consuni_2011_Resolucao02.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação cientifica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Inf. Inf**., v. 15, n. esp., p. 1-12, Londrina, 2010. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000009517/d17dcf39aee2e6732da0aca83858ab71>. Acesso em: 6 set. 2015.

CAMPELLO, B. S.**Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. Teses e dissertações. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 121-128.

_____. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001112/9b3ed89d0e80e3e0a208645b83287862 >. Acesso em: 3 out. 2014.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia &Comumunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004619&dd1=f236c>. Acesso em: 29 nov. 2014.

CARTA DE MARÍLIA SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO. Marília, 2014. Disponível em: <http://www.valentim.pro.br/GICIO/Textos/Carta_de_Marilia_Portugues_Final.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

CARVALHO, J. C. **As novas regras do Google e o acesso à publicação científica**. Disponível em: <http://openaccess.sdum.uminho.pt/?p=3826>. Acesso em: 7 jun. 2016.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, J. F. S.; CALIL JUNIOR, A. Nativos digitais: um novo perfil de usuário. In:ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt3>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CERVO, A. L. **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, M. P. **Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina**. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15687/1/2014_MichelliPereiradaCosta.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.

COSTA, S. M. S. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: MARCONDES, C. H., et al. **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 167-186.Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1013/1/Bibliotecas%20Digitais.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CURSOS. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/educacao-de-usuarios/1185-cursos>. Acesso em: 06 fev. 2016.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000691&dd1=92de9>. Acesso em: 14 nov. 2014.

ECAR STUDY OF UNDERGRAD STUDENTS AND INFORMATION TECHNOLOGY, 2012. Disponível em: <https://library.educause.edu/~/media/files/library/2012/9/ers1208.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

ENSP lança sua nova ferramenta de informação: um aplicativo para smartphones e tablets. Disponível: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/39261>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FIOCRUZ. Política de acesso aberto ao conhecimento. 2014. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

FONTES DE INFORMAÇÃO ONLINE. 2010. Disponível em: <http://www.bc.ufes.br/content/fontes-de-informa%C3%A7%C3%A3o-line>. Acesso em: 15 fev. 2015.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introduação ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_conscientizacao.pdf>. Acesso em: 9 maio 2016.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 83-92, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013a. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/atoz/article/view/41315/25246>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Letramento informacional. palestra sobre letramento informacional proferida pela professora Kelley Cristine Gasque aos professores da Província Marista Brasil-Norte. Publicado em 6 jul. 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w7V_g8kna3c >. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: FCIUNB, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf >. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. O processo de aprendizagem necessário para lidar eficientemente com a informação denomina-se LETRAMENTO INFORMACIONAL! Brasília, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/Grupo-de-Pesquisa-Compet%C3%AAncia-InformacionalLetramento-informacional-308431162587554/>. Acesso em: 13 mar. 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIA DO USUÁRIO. 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufla.br/wordpress/wp-content/uploads/GuiaUsu%C3%A1rio22.10.15OK.pdf>. Acesso em: 11 fe. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004.

GOMES, S. L. R.; MENDONÇA, M. A. R.; SOUZA, C. M. de. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.p. 97-103.

GOOGLE PLAY STORE. Repositório UNESP. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.embarcadero.RepositorioUNESP&hl=pt_BR>. Acesso em: 8 maio 2016.

HARNAD, S. Entrevista com Stevan Harnad**. Enc. Bibli**.: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1. sem. 2007. p. x-xv. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14720411002>. Acesso em: 5 jun. 2016.

HATSCHBACH, M. H. L.; OLINTO, G. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/60/1/OLINTORBBD2008.pdf>. Acesso em: 12 abr.
2015.

HATSCHBACH, M.H. de L. **Information literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - UFRJ/ECO-MCT/IBICT, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/722/1/mariahelena2002.pdf >. Acesso em: 6 jun. 2016.

HENNING, P. C. **Micro e macropolíticas de informação**: o acesso livre à informação científica no campo da saúde no Brasil e em Portugal. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Informaçao, Comunicação e Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6998/1/TESE_PATRICIA_HENNING.pdf> . Acesso em: 27 jan. 2015.

IBICT WIKI - SOBRE O DSPACE. Disponível em: <http://wiki.ibict.br/index.php/Sobre_o_DSpace>. Acesso em: 21 jan. 2016.

IBICT. **Repositório**. Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais/repositorios-brasileiros>. Acesso em: 7 fev. 2015.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

_____. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

KURAMOTO, H. **Acesso aberto:** Kuramoto elogia iniciativa da Fiocruz e vê nova função para as bibliotecas. 2014a. Disponível em:

<https://www.icict.fiocruz.br/content/acesso-aberto-kuramoto-elogia-iniciativa-da-fiocruz-e-v%C3%AA-nova-fun%C3%A7%C3%A3o-para-bibliotecas>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. Acesso livre: uma solução adotada em todo o globo; porém, no Brasil parece existir uma indefinição. **Revista Eletronônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde.** Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.166-179, jun. 2014b. Disponível em:<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/630>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. Fiocruz institui sua política de acesso aberto.**Blog do Kuramoto**. 2014c. Disponível em: <http://kuramoto.blog.br/2014/06/29/fiocruz-institui-sua-politica-de-acesso-aberto/>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. Prefácio. In: LEITE, F. C. L. **Como ampliar e gerenciar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em.<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4841/1/LIVRO_ComoAmpliareGerenciar.pdf >. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Repositórios institucionais de projeto piloto**. [Rio de Janeiro]: Fiocruz, 2014d. Disponível em: <http://kuramoto.blog.br/2011/10/29/repositorios-institucionais-de-projetos-piloto/>. Acesso em: 7 out. 2014.

LEITE, F.C.L. **Como ampliar e gerenciar a visibilidade da informação científica brasileira**:repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4841/1/LIVRO_ComoAmpliareGerenciar.pdf >. Acesso em: 31 mar. 2016.

LEITE, F. C. L. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília, 2012. 34 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

LIMA, J. D. A. O conceito de aldeia global de McLuhan aplicado ao Webjornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1816-1.pdf >. Acesso em: 5 mar. 2015.

LIPPINCOTT, J. K. A mobile future for academic libraries. **Reference Services Review**, v. 38, n. 2, . p. 205 – 213, 2010
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/00907321011044981>. Acesso em: 29 abr. 2009.

LISTA de comunidades. Disponível em: <https://dspaceprod02.grude.ufmg.br/dspace/>. Acesso em: 23 maio 2016.

LIVRE SABER Repositório Digital de Materiais Didáticos – SEaD-UFSCar: Página inicial. Disponível em: <http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

LORENZONI, I. Pesquisa traça perfil de alunos das universidades federais. 15 jan. 2015. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=21032:pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais>. Acesso em: 1 mar. 2016.

LOIOLA, R. ; CARNEIRO, R. A geração touch. **Veja,** São Paulo, ed. 2459, v. 49, n.1, p. 72-81, 6 jan. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MACHADO, R. R. **Representação e recuperação dos relatórios de pesquisa da Fiocruz**: proposta de metodologia para ampliação do acesso. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado)-Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://arca.icict.fiocruz.br/bitstream/icict/1317/1/machado_rejane.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

MAVODZA, J. The impact of cloud computing on the future of academic library practices and services, N**ew Library World**, v. 114, n. 3/4, p.132-141, 2013. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/03074801311304041#_i6>. Acesso em: 19 mar. 2016.

MANIFESTO DE FLORIANÓPOLIS SOBRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E AS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS E MINORIAS. Florianópolis, 2013. Disponível em:<http://www.fci.unb.br/phocadownload/manifesto_florianopolis.pdf>.Acesso em: 14 mar. 2016.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. F. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memórias, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARRA, P. S, C. Visibilidade dos repositórios institucionais brasileiros: análise de diretórios internacionais de acesso aberto. **RECIIS,** v. 8, n. 3, p. 330-343, set. 2014. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/930/1843>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MEADOWS, A. J. A comunicação científica. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MEC. Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programasde doutorado e mestrado reconhecidos.Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf >. Acesso em: 23 maio 2016.

MORENO, F. P.; ARELLANO, M.A.M. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.76-86, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propesq1/sobrelinks/arquivos/Publicacao_acesso_aberto.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

MURAKAMI, T. R. M.; FAUSTO, S. Panorama atual sobre os repositórios institucionais das instituições de ensino superior no Brasil. **InCID**: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, ed. esp., p. 185-201, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/69327/pdf_13>. Acesso em: 5 mar. 2015.

NASCIMENTO, R. M.; CALIL JUNIOR, A. A função educacional do bibliotecário: o autoarquivamento em repositórios institucionais como *locus* para o letramento infomacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000017633/1c7e4a241f7e57ea9152cf5b517f88d2>. Acesso em: 29 abr. 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Estado do Rio de Janeiro. **Notícias**. Disponível em: <http://www.unirio.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

NUNES, R. R. **Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros.** 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Renato_Nunes.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. **Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros.**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em: < http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19302.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

PAVÃO, C. G. Contribuição dos repositórios institucionais à comunicação científica: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27127/000761499.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PINHEIRO, L.V. R; KURAMOTO, H. Novos paradigmas da comunicação científica: ampliando o debate. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 307-310, set., 2012. Disponível em: < http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/501/371>. Acesso em: 09 jun. 2016.

PRIMO, A. Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. In: PRETTO, N. L.; SILVEIRA, S. A. (Org.). **Além das redes de colaboração:** internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 51-68. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/211/1/Alem%20das%20redes%20de%20colaboracao.pdf >. Acesso em: 29 de abr. 2016.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

RI UFVJM. **Página inicial**. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

RIBEIRO, O. B; VIDOTTI, S. A. B. G. Otimização do acesso à informação científica: discussão sobre a aplicação de elementos da arquitetura da informação em repositórios digitais. **Biblos**, Rio Grande, v. 23, n. 2, p. 105-116, 2009. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1309/593>. Acesso em: 10 maio 2016. ROAR: Registry of Open Access Repositories. Disponível em: <http://roar.eprints.org/view/software/>. Acesso em: 7 out. 2014.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a utopia e a realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECAS JURÍDICAS, 1., Lisboa, 2004a – "**Direito e informação**: actas". Coimbra: Coimbra Editora, 2006. p. 29-40. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4942/1/ENBJ_ER.pdf>. Acesso em 21 nov. 2015.

_____. Acesso livre ao conhecimento: a mudança no sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos BAD**, n.1, 2004b. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/670/1/Cadernos%20BAD%202004.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Eloy Rodrigues**: pioneiro no debate sobre acesso aberto. Disponível em: <http://periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/eloy-rodrigues-pioneiro-no-debate-sobre-acesso-aberto>. Acesso em: 6 jun. 2016.

_____. Kit de políticas open access. **Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.** 2009. Disponível em: <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/component/remository/?func=fileinfo&id=97>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. Softwares livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: MARCONDES, C. H. et al. (Org.).**Implantação e gestão de repositórios institucionais:**políticas, memórias, livre acesso e preservação.

Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: 7 out. 2014.

SANTOS, C. A. et al. Inovação e competência em informação no âmbito de redes acadêmicas de conhecimento: uma reflexão sobre as bibliotecas universitárias e a formação continuada do profissional da informação. In: BELUZZO, R. C. B.; FERES, G. G; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). **Redes de conhecimento e competência em informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. p. 171-214.

SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A. Fontes de informação na web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba. **TransInformação**, Campinas, v. 26, n.2, p. 203-212, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n2/0103-3786-tinf-26-02-00203.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

SHERPA ROMEO PORTUGUÊS – Políticas de copyright e de auto-arquivo de editores. Disponível em: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SOBRE O DSPACE – IBICT. Disponível em: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais/apresentacao>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SOBRE O TEDE – IBICT. Disponível em: <http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-teses-e-dissertacoes(tede)>. Acesso em: 23 maio 2016.

SOBRE REPOSITÓRIOS DIGITAIS – IBICT. Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais/sobre-repositorios-digitais>. Acesso em: 7 fev. 2015.

SPARC. Who we are. Disponível em: <http://sparcopen.org/who-we-are/>. Acesso em: 12 jan. 2016.

TARGINO, M. G. A. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001182/84ab877222ee9a872699786b77e70725>. Acesso em: 11 jul. 2016.

TUTORIAIS. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/educacao-de-usuarios/1186-tutoriai>. Acesso em: 11 fev. 2015.

UNIVERSIDADE Federal do Amazônas. Disponível em: <http://www.ufam.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de ciências e Saúde de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ufcspa.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Goiás. Disponível em: <http://www.ufg.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Lavras. Disponível em: <http://www.ufla.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.ufms.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Oeste da Bahia.Disponível em: <http://www.ufob.edu.br>. Acesso em: 23 maio. 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.ufpi.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Rural da Amazônia. Disponível em: <http://www.ufra.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Recôncavo Baiano. Disponível em:<http://www.ufrb.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portal.ufrrj.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de São João del-Rei. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Triângulo Mineiro – Página Inicial. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Viçosa. **Ensino, Pesquisa e Extensão Para a Sociedade Brasileira**. Disponível em: <http://www.ufv.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE de Brasília. Disponível em: <http://www.unb.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Sul. Disponível: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Cariri. Disponível em: <http://www.ufca.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Alfenas. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Itajubá/MG. Disponível em: <http://www.unifei.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Pampa. Disponível em: <http://www.unipampa.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Vale do São Francisco. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE DO MINHO. **Sobre repositórios OA**. Disponível em: <http://openaccess.sdum.uminho.pt/?page_id=348>. Acesso em: 21 fev. 2015.

_____. **O que é o Open Access**. Disponível em: <http://openaccess.sdum.uminho.pt/?page_id=276>. Acesso em: 5 jun. 2016.

UNIVERSIDADE federal da Bahia. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE federal de campina grande. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE federal de juiz de fora. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.ufop.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://www.ufpe.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Roraima – Página inicial. Disponível em: <http://ufrr.br/>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Santa Catarina. Disponível em: <http://www.ufsc.br>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De São Carlos. Disponível em: <http://www.ufscar.br>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De São Paulo. Disponível em: <http://www.unifesp.br/>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Rio Grande | Furg. Disponível em: <http://www.furg.br/>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Rio Grande Do Norte. Disponível em: <http://www.ufrn.br>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Rio Grande Do Norte: Página inicial. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/jspui/>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Uberlândia. Disponível em: <http://www.ufu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Acre. Disponível em: <http://www.ufac.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Amapá. Disponível em: <http://www.unifap.br>. Acesso em: 23 maio 2016.
UNIVERSIDADE Federal Do Sul Da Bahia. Disponível em: <http://www2.ufsb.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.ufes.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Maranhão. Disponível em: <http://www.ufma.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Oeste Do Pará. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Pará. Disponível em: <http://www.ufpa.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Paraná. Disponível em: <http://www.ufpr.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Rio De Janeiro. Disponível em: <http://www.ufrj.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.uff.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Rural De Pernambuco. Disponível em: <http://www.ufrpe.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE de Brasilia. **Repositório** Disponível em: <http://repositorio.unb.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista. **Repositório**.Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.embarcadero.RepositorioUNESP&hl=pt_BR>. Acesso em: 8 jun. 2016.

UNIVERSIDADE Federal da Bahia. **Repositório** Disponível em:<://repositorio.ufba.br/ri/>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal da Integração Latino Americana. **Repositório**. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/repositorio-institucional>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.ufpb.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal da Paraíba. **Repositório**. Disponível em: <http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Goiás. **Repositório**. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Grandes Dourados. **Repositório**. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/prograd/repositorio-ufgd>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Lavras. **Repositório**. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Mato Grosso. Disponível em: <http://www.ufmt.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Mato Grosso. **Repositório**. Disponível em: <http://200.129.241.122/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Pelotas. **Repositório.** Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal De Pernambuco. **Repositório**. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. **Repositório.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Maria. Disponível <http://www.ufsm.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de São Paulo. **Repositório**. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Uberlândia. **Repositório** Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do ABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Alagoas. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Alagoas. **Repositório** Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.ufc.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Ceára. **Repositório.** Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Ceára. **Repositório**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/images/arquivos/instrucoes_modelos/tutorial_repositorio_institucional_ufc.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

UNIVERSIDADE Federal do Espirito Santo. **Repositório** Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Do Maranhão. **Repositório**. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/xmlui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Ouro Preto. **Repositório.** Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Pará. **Repositório**. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Recôncavo da Bahia. **Repositório** Disponível em: <http://www.repositorio.ufrb.edu.br/>.Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. Pantheon. Disponível em: <http://pantheon.ufrj.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande. **Repositório** Disponível em: <http://repositorio.furg.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grane do Sul. **Repositório**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Sergipe. Disponível em: <http://www.ufs.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Sergipe. **Repositório**: <https://ri.ufs.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.
UNIVERSIDADE Federal do sul e sudeste do Pará. Disponível em: <http://www.unifesspa.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. Disponível em: <http://www.uft.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Tocantins. **Repositório** Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Fluminense. **Repositório** Disponível em: http://www.repositorio.uff.br/jspui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal Grande Dourados. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br>. Acesso em: 23 maio 2016.

UNIVERSIDADE Tecnológica Federal do Paraná. **Repositório.** Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>. Acesso em: 23 maio 2016.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008837&dd1=8847c>. Acesso em: 29 nov. 2014.

WEITZEL, S. R. O**s repositórios de *e-prints* como nova forma de organização da produção científica:** o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil.2006. 361 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2006. p. 17-22. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/pt-br.php>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/3709/3497>. Acesso em: 29 abr. 2016.

YANG, H. **6 formas inovadoras de usar apps na Educação**. Disponível em: <http://fabricadeaplicativos.com.br/colunistas/hugo-yang/6-formas-de-usar-apps-na-educacao/>. Acesso em: 31 mar. 2016.

ZAREMBA, R. S. **O mundo na palma da sua mão**: reflexos do estilo de vida "superconectado". 2014. 152 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1012201_2014_completo.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

APÊNDICE A – LISTA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS ENCONTRADAS NO SISTEMA E-MEC DO MEC POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Tabela 13 – Lista das universidades públicas federais encontradas no sistema e-MEC do MEC por Unidade da Federação

Numeração	UF	Região	Sigla	Cat. Adm.	Org. Acad.	Site
1	AC	Norte	UFAC	Pública federal	Universidade	http://www.ufac.br/
2	AL	Nordeste	UFAL	Pública federal	Universidade	http://www.ufal.edu.br
3	AM	Norte	UFAM	Pública federal	Universidade	http://www.ufam.edu.br
4	AP	Norte	UNIFAP	Pública federal	Universidade	http://www.unifap.br
5	BA	Nordeste	UFBA	Pública federal	Universidade	http://www.portal.ufba.br
6	BA	Nordeste	UFOB	Pública federal	Universidade	http://www.ufob.edu.br
7	BA	Nordeste	UFRB	Pública federal	Universidade	http://www.ufrb.edu.br
8	BA	Nordeste	UFESBA	Pública federal	Universidade	http://www2.ufsb.edu.br/
9	CE	Nordeste	UNILAB	Pública federal	Universidade	http://www.unilab.edu.br
10	CE	Nordeste	UFCA	Pública federal	Universidade	http://www.ufca.edu.br
11	CE	Nordeste	UFC	Pública federal	Universidade	http://www.ufc.br/
12	DF	Centro-Oeste	UNB	Pública federal	Universidade	http://www.unb.br/
13	ES	Sudeste	UFES	Pública federal	Universidade	http://www.ufes.br/
14	GO	Centro-Oeste	UFG	Pública federal	Universidade	http://www.ufg.br/
15	MA	Nordeste	UFMA	Pública federal	Universidade	http://www.ufma.br
16	MG	Sudeste	UNIFAL-MG	Pública federal	Universidade	http://www.unifal-mg.edu.br

Siglas usadas nesta tabela*: UF – Unidade federativa; Região; Sigla; Categoria administrativa – Cat. Adm. Organização Acadêmica – Org. Acad.; Site; Link Indisponível – LI.*

Tabela 13 – Lista das universidades públicas federais encontradas no sistema e-MEC do MEC por Unidade da Federação – (continua)

Numeração	UF	Região	Sigla	Cat. Adm.	Org. Acad.	Site
17	MG	Sudeste	UNIFEI	Pública federal	Universidade	http://www.unifei.edu.br/
18	MG	Sudeste	UFJF	Pública federal	Universidade	http://www.ufjf.br
19	MG	Sudeste	UFLA	Pública federal	Universidade	http://www.ufla.br/
20	MG	Sudeste	UFMG	Pública federal	Universidade	https://www.ufmg.br/
21	MG	Sudeste	UFOP	Pública federal	Universidade	http://www.ufop.br/
22	MG	Sudeste	UFSJ	Pública federal	Universidade	http://www.ufsj.edu.br/
23	MG	Sudeste	UFU	Pública federal	Universidade	http://www.ufu.br/
24	MG	Sudeste	UFV	Pública federal	Universidade	http://www.ufv.br/
25	MG	Sudeste	UFVJM	Pública federal	Universidade	http://www.ufvjm.edu.br/
26	MG	Sudeste	UFTM	Pública federal	Universidade	http://www.uftm.edu.br/
27	MS	Centro-Oeste	UFGD	Pública federal	Universidade	http://www.ufgd.edu.br
28	MS	Centro-Oeste	UFMS	Pública federal	Universidade	http://www.ufms.br/
29	MT	Centro-Oeste	UFMT	Pública federal	Universidade	http://www.ufmt.br/
30	PA	Norte	UFOPA	Pública federal	Universidade	http://www.ufopa.edu.br/
31	PA	Norte	UFPA	Pública federal	Universidade	http://www.ufpa.br
32	PA	Norte	UNIFESSPA	Pública federal	Universidade	http://www.unifesspa.edu.br

Siglas usadas nesta tabela: *UF – Unidade federativa; Região; Sigla; Categoria administrativa – Cat. Adm. Organização Acadêmica – Org. Acad.; Site; Link Indisponível – LI.*

Tabela 13 – Lista das universidades públicas federais encontradas no sistema e-MEC do MEC por Unidade da Federação (continuação)

Numeração	UF	Região	Sigla	Cat. Adm.	Org. Acad.	Site
33	PA	Norte	UFRA	Pública federal	Universidade	http://www.ufra.edu.br
34	PB	Nordeste	UFPB	Pública federal	Universidade	http://www.ufpb.br/
35	PB	Nordeste	UFCG	Pública federal	Universidade	http://www.ufcg.edu.br/
36	PE	Nordeste	UFPE	Pública federal	Universidade	http://www.ufpe.br
37	PE	Nordeste	UFRPE	Pública federal	Universidade	http://www.ufrpe.br
38	PE	Nordeste	UNIVASF	Pública federal	Universidade	http://www.univasf.edu.br/
39	PI	Nordeste	UFPI	Pública federal	Universidade	http://www.ufpi.br/
40	PR	Sul	UNILA	Pública federal	Universidade	https://www.unila.edu.br/
41	PR	Sul	UFPR	Pública federal	Universidade	http://www.ufpr.br
42	PR	Sul	UTFPR	Pública federal	Universidade	http://www.utfpr.edu.br/
43	RJ	Sudeste	UNIRIO	Pública federal	Universidade	http://www.unirio.br/
44	RJ	Sudeste	UFRJ	Pública federal	Universidade	http://www.ufrj.br/
45	RJ	Sudeste	UFF	Pública federal	Universidade	http://www.uff.br/
46	RJ	Sudeste	UFRRJ	Pública federal	Universidade	http://portal.ufrrj.br/
47	RN	Nordeste	UFRN	Pública federal	Universidade	http://www.ufrn.br
48	RN	Nordeste	UFERSA	Pública federal	Universidade	LI

Siglas usadas nesta tabela: *UF – Unidade federativa; Região; Sigla; Categoria administrativa – Cat. Adm. Organização Acadêmica – Org. Acad.; Site; Link Indisponível – LI.*

Tabela 13 – Lista das universidades públicas federais encontradas no sistema e-MEC do MEC por Unidade da Federação (conclusão)

Numeração	UF	Região	Sigla	Cat. Adm.	Org. Acad.	Site
49	RO	Norte	UNIR	Pública federal	Universidade	http://www.unir.br/
50	RR	Norte	UFRR	Pública federal	Universidade	http://ufrr.br/
51	RS	Sul	UFCSPA	Pública federal	Universidade	http://www.ufcspa.edu.br/
52	RS	Sul	UNIPAMPA	Pública federal	Universidade	http://www.unipampa.edu.br
53	RS	Sul	UFPEL	Pública federal	Universidade	http://www.ufpel.edu.br
54	RS	Sul	UFSM	Pública federal	Universidade	http://www.ufsm.br
55	RS	Sul	FURG	Pública federal	Universidade	http://www.furg.br/
56	RS	Sul	UFRGS	Pública federal	Universidade	http://www.ufrgs.br
57	SC	Sul	UFSC	Pública federal	Universidade	http://www.ufsc.br
58	SE	Nordeste	UFS	Pública federal	Universidade	http://www.ufs.br
59	SP	Sudeste	UFABC	Pública federal	Universidade	http://www.ufabc.edu.br/
60	SP	Sudeste	UFSCAR	Pública federal	Universidade	http://www.ufscar.br
61	SP	Sudeste	UNIFESP	Pública federal	Universidade	http://www.unifesp.br/
62	TO	Norte	UFT	Pública federal	Universidade	http://www.uft.edu.br

Siglas usadas nesta tabela: *UF – Unidade federativa; Região; Sigla; Categoria administrativa – Cat. Adm. Organização Acadêmica – Org. Acad.; Site; Link Indisponível – LI.*

Fonte: A autora com base nos dados retirados do sistema e-MEC (2015)

APÊNDICE B – LISTA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS QUE POSSUEM RIS

Tabela 14 – Lista das Universidades Públicas Federais que possuem Ris (continua)

Numeração	RI	SITE
1	FURG	http://repositorio.furg.br/
2	UFAC	Link Indisponível
3	UFAL	http://www.repositorio.ufal.br/
4	UFBA	https://repositorio.ufba.br/ri/
5	UFC	http://www.repositorio.ufc.br/
6	UFES	http://repositorio.ufes.br/
7	UFF	http://www.repositorio.uff.br/jspui/
8	UFG	https://repositorio.bc.ufg.br/
9	UFGD	http://www.ufgd.edu.br/prograd/repositorio-ufgd
10	UFJF	https://repositorio.ufjf.br/jspui/
11	UFLA	http://repositorio.ufla.br/
12	UFMA	https://repositorio.ufma.br/xmlui/
13	UFMG	https://dspaceprod02.grude.ufmg.br/dspace/
14	UFMS	http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/
15	UFMT	http://200.129.241.122/
16	UFOP	http://www.repositorio.ufop.br/
17	UFPA	http://repositorio.ufpa.br/jspui/
18	UFPB	http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/
19	UFPE	http://repositorio.ufpe.br/
20	UFPel	http://guaiaca.ufpel.edu.br/
21	UFPR	http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/
22	UFRB	http://www.repositorio.ufrb.edu.br/
23	UFRGS	http://www.lume.ufrgs.br/
24	UFRJ	http://pantheon.ufrj.br/
25	UFRN	http://repositorio.ufrn.br/jspui/

Tabela 14 – Lista das Universidades Públicas Federais que possuem Ris (conclusão)

Numeração	**RI**	**SITE**
26	UFS	https://ri.ufs.br/
27	UFSC	https://repositorio.ufsc.br/
28	UFSCar	http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/
29	UFT	http://repositorio.uft.edu.br/
30	UFU	http://repositorio.ufu.br/
31	UFV	http://www.locus.ufv.br/
32	UFVJM	http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/
33	UnB	http://repositorio.unb.br/
34	UNIFESP	http://repositorio.unifesp.br/
35	UNILA	https://www.unila.edu.br/repositorio-institucional
36	UTFPR	http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/

Fonte: A autora (2016)

APÊNDICE C – QUANTITATIVO DOS RIS DAS IFES QUE POSSUEM METADADOS PARA AS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DA COMUNIDADE DISCENTE

Tabela 15 – Quantitativo dos RIs das IFES que possuem metadados para as tipologias documentais da comunidade discente (continua)

Numeração	RI	TCC	TE	D	T
1	FURG	SD	N	S	S
2	UFAC	LI	LI	LI	LI
3	UFAL	N	N	S	S
4	UFBA	S	S	S	S
5	UFC	N	N	S	S
6	UFES	N	N	S	S
7	UFF	S	S	S	S
8	UFG	S	S	SD	SD
9	UFGD	N	N	S	S
10	UFJF	N	N	S	S
11	UFLA	S	S	S	S
12	UFMA	N	N	N	N
13	UFMG	N	N	S	N
14	UFMS	N	N	S	S
15	UFMT	SD	SD	N	N
16	UFOP	N	N	S	S
17	UFPA	N	N	S	S
18	UFPB	N	N	S	S
19	UFPE	N	N	S	S
20	UFPel	N	N	S	S
21	UFPR	S	S	S	S

Siglas usadas nesta tabela: *TCC: Trabalho de Conclusão de Curso; TE: Trabalhos de Especialização; Dissertação; T: Teses; S: Sim; N: Não; SD: Sem dados no RI; LI: Link indisponível.*

Tabela 15 – Quantitativo dos RIs das IFES que possuem metadados para as tipologias documentais da comunidade discente (conclusão)

Numeração	RI	TCC	TE	D	T
22	UFRB	N	N	S	S
23	UFRGS	S	S	S	S
24	UFRJ	SD	SD	SD	SD
25	UFRN	N	N	S	S
26	UFS	N	N	N	N
27	UFSC	S	S	S	S
28	UFSCar	N	N	N	N
29	UFT	SD	SD	S	SD
30	UFU	N	N	S	S
31	UFV	N	N	S	S
32	UFVJM	N	N	S	S
33	UnB	S	S	S	S
34	UNIFESP	N	N	S	S
35	UNILA	S	S	SD	S
36	UTFPR	S	S	S	S

Siglas usadas nesta tabela: *TCC: Trabalho de Conclusão de Curso; TE: Trabalhos de Especialização; D: Dissertação; T: Teses; S: Sim; N: Não; SD: Sem dados no RI; LI: Link indisponível.*
Fonte: A autora (2015)

ANEXO: INDICADORES DE COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Categorias		Padrões	Indicadores
Padrões de competência informacional	O indivíduo que possui competência informacional	1. Acessa informação de forma eficiente e eficiente	1. reconhece a necessidade de informação. 2. percebe que informação apropriada e abrangente é a base para a tomada de decisão 3.formula perguntas baseadas nas necessidades de informação 4. identifica uma variedade de fontes potenciais de informação 5. desenvolve e usa estratégias de localização de informação bem sucedidas.
		2. Avalia a informação de forma crítica e competente	1. determina exatidão, relevância e abrangência 2. distingue fato, ponto de vista e opinião 3. identifica informação imprecisa, inexata e Capciosa 4. seleciona informação apropriada para o problema ou pergunta propostos
		3. Usa a informação corretamente e produtivamente	1. organiza informação para aplicação prática 2. integra nova informação ao conhecimento próprio 3. aplica informação ao pensamento crítico e à resolução de problemas 4. produz e transmite informação e idéias em formatos apropriados.

Padrões de aprendizagem independente	O aprendiz independente posui competência informacional e:	4 Procura informação relacionada a assuntos de interesse pessoal	1.busca informação relacionada às várias dimensões de bem-estar pessoal, tais como interesses profi ssionais, envolvimento comunitário, questões de saúde, atividades de recreação. 2. projeta, desenvolve e avalia produtos e soluções de informação relacionadas a interesses pessoais.
		5. Aprecia literatura e outras expressões criativas da informação	1. é um aprendiz competente e auto-motivado 2. deduz sentido de informação apresentada de modo criativo e em diferentes Formatos 3. desenvolve produtos criativos em diferentes formatos
		6 Empenha-se pela excelência na busca de informação e na geração de conhecimento	1. avalia a qualidade dos processos e produtos da busca pessoal pela informação 2. delineia estratégias para revisar, melhorar e atualizar o serviço ou o conhecimento gerado individualmente

Padrões de responsabilidade social	O indivíduo que contribui positivamente para a aprendizagem da	7 Reconhece a importância da informação para uma sociedade democrática	1. busca os princípios de liberdade intelectual 2. respeita o princípio de acesso eqüitativo à informação
		8 Apresenta conduta ética com respeito à informação e às tecnologias de informação	1. respeita os limites de liberdade intelectual 2. respeita os direitos de propriedade intelectual 3. utiliza as tecnologias de informação de forma responsável
		9 Participa efetivamente em grupos de procura e geração de informação	1. compartilha conhecimento e informação de forma responsável 2. respeita as idéias e experiências alheias e reconhece suas contribuições 3. colabora com os outros na identifi cação de problemas de informação e na obtenção de suas soluções, seja pessoalmente ou através das tecnologias 4. colabora com os outros no projeto, desenvolvimento e avaliação de produtos e soluções de informação, seja pessoalmente ou através das tecnologias

Fonte: Duarte 2007 apud Campello 2009